

# ANEXOS

Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia









Aldeias Sustentáveis e Activas

**Título:** Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia

**Autores:** Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura

**Edição:** Edição de autor

**Ano:** 2013

**ISBN:** 978-972-97116-8-8

978-989-95386-4-1

978-972-99414-6-7

**Edição e imagem:** NaturBarroso, Lda

Este documento foi elaborado a partir dum relatório técnico desenvolvido por uma equipa coordenada por João Cordovil e integrada por Pedro Hespanha e António Cardoso Ferreira e que contou ainda com a participação de José João Rodrigues.

Os textos incluídos nesta publicação expressam unicamente a opinião dos autores.

Por decisão da parceria do projecto ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas, este documento não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

# Índice

## ANEXO 1

Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de comunidades rurais isoladas

*Eduardo Figueira*

6

## ANEXO 2

Recomendações no domínio das políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural e à promoção da coesão territorial

*João Cordovil*

11

## ANEXO 3

Os modos e os agentes de revitalização das aldeias

*Pedro Hespanha e Tiago Gillot*

38

## ANEXO 4

O perfil estatístico das aldeias isoladas ou em declínio demográfico acentuado

*Pedro Hespanha*

63

## ANEXO 5

Síntese de ideias e desafios resultantes das sessões descentralizadas

*José João Rodrigues e Tiago Gillot*

83

## ANEXO 6

Narrativas de processos de desenvolvimento local

*Ecomuseu do Barroso / Câmara Municipal de Montalegre;*

*Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira;*

*ASTA / Cabreira / Maria José Dinis da Fonseca;*

*Artur Cristóvão / Vera Medeiros / Rosário Melides ;*

*ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais;*

*António Cardoso Ferreira; António Cardoso Ferreira*

89

# ANEXO 1

## Melhorar a Qualidade de Vida e o Bem-Estar de Comunidades Rurais Isoladas

O propósito de melhorar, de forma sustentável, as condições de vida e o bem-estar de comunidades rurais isoladas só poderá ser perseguido no âmbito de estratégias eficazes e adequadas de Desenvolvimento Local que, para o efeito, terão de ser delineadas e planeadas, promovidas, implementadas e geridas com ampla e intensa participação da própria comunidade. Isto significa que a participação activa dos habitantes locais nas dinâmicas dos territórios locais assume-se como condição *sine qua non* para haver Desenvolvimento Local sustentável e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das comunidades locais. Esta condição decorre do pressuposto de que o DESENVOLVIMENTO não se oferece, reclama-se e constrói-se. Contudo, reclamar e construir o Desenvolvimento não constitui tarefa fácil de realizar para a maioria das comunidades locais, designadamente aquelas que estão localizadas em áreas rurais marginais ou isoladas, normalmente envelhecidas e sujeitas a um processo de desertificação humana.

De facto, para que uma comunidade local exerça o direito de Reclamar o Desenvolvimento é fundamental que estejam presentes pelo menos três condições:

(1) Consciência colectiva e individual dos actores locais sobre a necessidade de existir uma estratégia de Desenvolvimento Local para a Comunidade e Território a que pertencem;

(2) Consciência e vontade dos actores locais em exercer o direito (e dever) de cidadania; e

(3) Percepção dos actores locais quanto à vontade dos responsáveis políticos de estarem verdadeiramente interessados em apoiar as iniciativas localmente promovidas.

No que diz respeito à primeira condição, embora a maioria dos actores locais, regra geral, consider necessário a existência dessa estratégia, a realidade portuguesa indica que essa necessidade não se encontra suficientemente reflectida e *conscientizada* (como diria Paulo Freire)<sup>1</sup> no seio da maioria das pequenas comunidades do território português, especialmente das que se situam no interior e afastadas dos grandes centros. Esta realidade, que se vive na maioria das pequenas comunidades portuguesas localizadas no interior do território, pode considerar-se como sendo o resultado de um complexo conjunto de factores; fortemente interrelacionados entre si. Contudo, mesmo dentro desta complexidade, é possível especular se o nível educacional dos actores locais tem papel relevante no nível de consciência colectiva e individual dos actores de uma comunidade. De facto, Locais e Regiões com maior nível de Desenvolvimento são, em geral, habitados por indivíduos de maior nível educacional. Face a esta situação pode dizer-se que a existência de uma política educativa que contemple a oferta de educação a todos os cidadãos, qualquer que seja o lugar em que habitem, para além de respeitar o princípio da equidade democrática, desempenha papel fundamental na criação de oportunidades para que as pessoas possam receber educação nos momentos oportunos da sua vida. Isto significa que não havendo oferta educativa nos territórios locais rurais, afastados dos grandes centros, as comunidades aí residentes não usufruem da oportunidade para elevar o nível educativo e de qualificação dos seus membros e, como tal, a consciência sobre a necessidade de desenvolver e implementar uma estratégia de Desenvolvimento Local, concebida e gerida pela própria comunidade local, não está, nem podia estar, suficientemente viva, reflectida e *conscientizada*.

No que se refere à segunda condição, pode igualmente dizer-se que, na maioria das comunidades locais do território português, não existe consciência do direito e do dever do exercício de cidadania, suficientemente

<sup>1</sup> Paulo Freire (1981). *Education for Critical Consciousness*. New York: Continuum

desperta e reflectida, no sentido de levar os actores locais a se mobilizar para reclamar aquilo a que têm direito e sobre a obrigação de contribuir para o Desenvolvimento e promoção da Qualidade de Vida da sua comunidade. Também esta realidade resulta de uma complexidade de factores, onde o nível de educação dos actores locais desempenha papel preponderante. Por outro lado, o facto de muitas comunidades locais estarem envelhecidas e muitos dos seus habitantes terem vivido numa época sem liberdade de expressão<sup>2</sup> tem, certamente, influência relevante.

A terceira condição está também associada ao nível de educação dos actores locais. No entanto, a existência de vontade política no sentido de ver os actores locais a tomar iniciativas para promover o desenvolvimento do seu próprio território e, conseqüentemente, a percepção dos actores locais acerca dessa vontade política contribuirá de forma relevante para que as coisas aconteçam a partir da iniciativa local.

Em resumo, no que concerne à questão Reclamar o Desenvolvimento parece poder aceitar-se que a solução reside fundamentalmente no aumento do nível de educação dos actores locais e da demonstração clara dos responsáveis políticos sobre a sua vontade em criar condições (políticas) que facilitem e incentivem os actores locais a tomar iniciativas relativas ao seu próprio Desenvolvimento.

Relativamente ao aspecto Construir o Desenvolvimento, para além das condições acima indicadas na questão Reclamar o Desenvolvimento, existem outros factores de natureza técnica que, a não estarem presentes, limitam ou inibem mesmo a promoção do Desenvolvimento. Esses factores são:

- (1) a capacidade técnica para realizar um diagnóstico sobre as realidades locais, identificando para identificar os pontos fortes, os recursos, assim como os pontos fracos e as necessidades e problemas existentes na comunidade e seu território;
- (2) a competência técnica para a concepção, planeamento e implementação de uma estratégia de Desenvolvimento Local;
- (3) a disponibilidade e/ou acesso a recursos financeiros e outros que permitam a realização dos dois aspectos anteriores.

<sup>2</sup> Quase 50 anos de ditadura, antes da Revolução de 25 de Abril de 1974.



Os dois primeiros factores podem ser “facilmente” ultrapassados se, como acontece em muitos casos, existir uma estrutura técnica, como seja uma Associação de Desenvolvimento Local (ADL) razoavelmente apetrechada de recursos humanos especializados nas diversas problemáticas associadas à promoção do Desenvolvimento Local. O mesmo não se pode afirmar relativamente ao factor três. Frequentemente as comunidades locais situadas em áreas rurais marginais não dispõem de recursos financeiros próprios que possam colocar à disposição para implementar uma estratégia de Desenvolvimento Local nem capacidades para aceder ou angariar recursos financeiros para esse fim. Assim, são mais uma vez as ADL que, com os seus recursos humanos especializados, angariam os recursos financeiros para apoiar iniciativas locais, nomeadamente através da elaboração e execução de projectos financiados por diversos programas de iniciativa Comunitária ou Nacional vocacionados a apoiar iniciativas que possam enquadrar-se na estratégia local de Desenvolvimento.

Deixando de lado a questão *Reclamar o Desenvolvimento*, pode dizer-se que o problema central que se coloca à construção e implementação de uma estratégia eficaz de Desenvolvimento Local de comunidades rurais marginais ou isoladas reside na capacidade de participação activa dos seus habitantes na construção e implementação de uma estratégia de Desenvolvimento para o seu território. Isto é importante porque, não só todas as mudanças devem ser introduzidas com o total consentimento e participação daqueles cuja vida diária será afectada pela mudança, como fundamentalmente a participação dos actores locais garante o consentimento e o interesse público, permite obter uma melhor informação acerca das necessidades da comunidade, facilita o processo de aprendizagem, mobiliza recursos locais, legitima programas e actividades e, acima de tudo, permite à comunidade tomar nas suas mãos o poder de decisão e de gestão do processo de desenvolvimento do seu território. Só desta forma, isto é, pela participação activa da comunidade no seu próprio processo de desenvolvimento, se pode construir o Desenvolvimento Local e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população de um dado LOCAL.

Para além do envolvimento activo da comunidade local no processo de construção do seu Desenvolvimento, outros factores podem condicionar esse processo e a promoção da qualidade de vida e bem-estar da comunidade e dos seus membros. De entre esses factores, sobressaem e são de considerar como essenciais para a construção de uma verdadeira es-

estratégia de desenvolvimento Local a promoção e valorização das características do local, a integração de todos os sectores de actividade de forma harmoniosa, a sustentabilidade e viabilidade económica, social e ambiental, a promoção da qualificação e da empregabilidade e ainda a promoção do trabalho em rede tomando em consideração os fenómenos da globalização e da translocalização. Por outro lado, o Desenvolvimento Local só será eficiente e mesmo eficaz se todos os sectores de actividade forem considerados complementares na estratégia de desenvolvimento; tendo em vista a melhor utilização dos recursos, que usualmente são escassos, e potenciarem as sinergias existentes. Qualquer estratégia de desenvolvimento local terá que considerar de forma bastante rigorosa a questão da sua própria sustentabilidade não só em termos de natureza económica mas também social, cultural e ambiental. Só tomando em consideração os diversos sectores de actividade da vida humana e as complementaridades e sinergias daí decorrentes se poderá pôr em marcha um processo de Desenvolvimento Local sustentável. Ou seja, uma estratégia de Desenvolvimento Local só poderá ser duradoura se tiver dentro de si os mecanismos para se alimentar a si própria, resolvendo de forma eficaz a questão da sustentabilidade. Não menos importante para a construção do desenvolvimento é a promoção da qualificação e da empregabilidade dos membros da comunidade. Como acima foi já referido, uma comunidade com baixo nível de qualificação e educação tem menos possibilidades de gerar dentro de si uma estratégia de Desenvolvimento Local, ficando assim quase que inibida de promover o seu próprio desenvolvimento.

Em resumo, a *Construção do Desenvolvimento* e a conseqüente *Melhoria da Qualidade de Vida e do Bem-estar* de uma comunidade local só será possível através do activo envolvimento dos membros da Comunidade na concepção, planeamento, implementação e gestão de uma estratégia adequada de Desenvolvimento Local que, face aos condicionalismos e realidades em que se encontra a maioria das Comunidades Locais situadas em áreas rurais marginais, terá de ser apoiada por uma estrutura tecnicamente apetrechada com recursos humanos especializados na problemática do Desenvolvimento Local, como é o caso das Associações de Desenvolvimento Local que felizmente já existem em muitos LOCAIS do território Português.

Eduardo Figueira

# ANEXO 2

## Recomendações no domínio das políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural e à promoção da coesão territorial

Toda a experiência do projecto ASAS conduz a ideias-chave sobre o sentido em que podemos falar de um "Programa Integrado de Intervenção em Aldeia":

- É fundamental uma visão estratégica que suporte a acção, com uma lógica de processo de desenvolvimento local e não de simples acumulação de projectos avulsos;
- Em diversas situações a "escala mínima" para sustentar uma intervenção local exige que estejam englobadas várias aldeias, podendo o território de referência abranger uma ou várias freguesias rurais.
- Não existe um padrão de actividades (acções) a promover, mas existem alguns princípios orientadores para metodologias de intervenção em meio rural (local);
- A intervenção deve ter por base uma estratégia de desenvolvimento flexível e ajustada em função da experiência, mas alicerçada na continuidade e no reforço de competências locais, assente na participação qualificada das populações e em formas específicas de auto-organização. Neste sentido, as acções dirigidas ao aumento de competências (qualificação) das pessoas e das organizações locais devem ter primazia na estratégia e nos investimentos a promover. A mobilização das comunidades visando

a procura de soluções colectivamente construídas constitui assim dimensão nuclear.

- A intervenção local deve estar articulada com dinâmicas e intervenções territoriais de escala mais alargada, sem o que não é possível ancorar uma estratégia de desenvolvimento local e territorial. Neste sentido, a concepção e desenvolvimento de um “programa integrado de aldeia” não é compatível com uma visão localista (fechada apenas sobre a realidade local) e as organizações locais necessitam de articular-se com “organizações privadas ou públicas” que actuam a um nível supra local, nacional ou mesmo internacional, acedendo por essa via a redes colaborativas abertas para actuarem de forma eficaz em diversos domínios;

- A cooperação interinstitucional com instituições e serviços da administração pública pode desempenhar um papel essencial para a obtenção de resultados em processo de desenvolvimento local. Pelo mesmo motivo, importantes obstáculos podem resultar do alheamento (ou distanciamento) do Estado e dos respectivos serviços face às dinâmicas de desenvolvimento local.

As recomendações fundamentais para os “Actores-locais” envolvidos em processos de desenvolvimento local, na perspectiva de construção de um “Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia”, correspondem aos princípios que acabamos de enunciar, existindo três eixos de acção que no actual contexto de crise se revestem de particular relevância:

- É essencial reforçar a cooperação entre organizações com o objectivo de partilhar recursos, conseguir ganhos de qualificação (das pessoas e das próprias organizações) e desenvolver abordagens mais integradas à escala territorial;

- Por outro lado, é necessário enfrentar com determinação a actual vaga de medidas políticas claramente penalizadoras de sociedades locais:

- a) redução de serviços públicos e do emprego a eles associado;

- b) políticas sociais lesivas de sectores mais fragilizados, por exemplo ao nível do RSI;

- c) imposições insustentáveis para micro e pequenos empresários e para as próprias organizações do terceiro sector.

- É ainda essencial “dar voz” à reivindicação (proposta) de medidas de po-

lítica pública dirigidas à coesão territorial.

Os três eixos de acção estão articulados e constituem desafio a uma maior capacidade de intervenção conjunta em cada local e também em escalas territoriais mais alargadas (supralocal; sub-regional). Este desafio torna incontornável a necessidade de redes colaborativas e de “Organizações de nível Intermédio” que permitam superar as limitações inerentes à atomização das iniciativas.

No plano da *liderança* de processos de desenvolvimento local, o que acabamos de afirmar exige visão estratégica e competência organizacional para construir soluções que, embora enraizadas a nível da participação em cada aldeia ou sociedade local, ganhem capacidade de intervenção em escalas territoriais mais amplas.

Um “Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia” será, pelos motivos expostos, frágil ou inconsistente se não tiver subjacente uma abordagem territorialmente integrada, não apenas em termos de visão estratégica mas também de soluções organizativas.

As Associações de Desenvolvimento Local<sup>3</sup>, ou organizações similares, podem e devem desempenhar neste contexto uma função nuclear de apoio ao “enquadramento territorial” das intervenções locais. Função nuclear e muito exigente, se tivermos em linha de conta que deverão reunir algumas competências chave:

- a) bom conhecimento e envolvimento com o nível micro-local das intervenções, incluindo o reconhecimento por parte das organizações associativas locais;
- b) qualificação técnica para acções de animação territorial;
- c) capacidade de interlocução institucional, nomeadamente com o Poder Local e com organismos da Administração Central;
- d) capacidade de articulação em rede com organizações similares a nível territorial e interterritorial.

Deve clarificar-se que os instrumentos de política a considerar, bem como

3 Em Portugal, existe uma diversidade significativa de modelos de organização de “ADLs – Associações de Desenvolvimento Local”, em muitos casos sustentados em iniciativas da sociedade civil e com forte autonomia, mas também noutros casos com forte influência (ou mesmo dependência) da tutela autárquica.

os recursos financeiros a mobilizar, não se circunscrevem ao enquadramento de programas cofinanciados por fundos comunitários. Com efeito, os recursos públicos a mobilizar, por financiamento directo ou pela afectação de recursos humanos e materiais da administração pública, estão dependentes das prioridades estabelecidas no orçamento nacional, e alguns programas são sustentados sem o acesso a financiamento comunitário.

O que está em causa, na perspectiva que aqui se preconiza, são opções centrais de política pública nacional no que respeita à coesão social e territorial e respectivos instrumentos de intervenção e não apenas a decisão de como utilizar em Portugal os recursos financeiros disponibilizados por fundos estruturais europeus, embora se reconheça a sua particular relevância em função das finalidades que lhe estão subjacentes e à dimensão dos recursos financeiros mobilizáveis<sup>4</sup>.

A “animação territorial” é nuclear para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento local e do reconhecimento da sua importância depende em larga medida a eficácia das políticas públicas nos contextos territoriais que são objecto do Projecto ASAS.

Há alguns anos atrás, no âmbito da 2ª fase da última iniciativa comunitária Equal concretizada em Portugal e com base na “Comunidade de Prática para a Animação Territorial”, foi desenvolvido pelo Gabinete de Gestão do Equal o Projecto Anim@te. As conclusões desse projecto mantêm-se actuais.

Recorreremos a citação de documento na altura produzido, “Animação Territorial – Caminhos para a Inovação Social”<sup>5</sup>, para enquadrar recomendações quanto a opções de política pública:

(p. 23)

“A constituição de entidades com capacidade de iniciativa e organização para a auto-sustentação de acção visando a animação territorial, passa a poder constituir objecto de política pública. Assim como poderá passar a constituir objecto de política pública o aprofundamento do conhecimento sobre a natureza efectiva da acção de animação a desenvolver.

<sup>4</sup> Assinale-se, a este propósito, o contexto de fortes constrangimentos impostos pelo “Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal 2011-2014”, com as implicações que decorrem de metas estabelecidas quanto à redução do deficit público.

<sup>5</sup> Gabinete de Gestão EQUAL / Parceria de Desenvolvimento “Anim@Te (2008) – “Animação Territorial – Caminhos para a Inovação Social”, Edição do Gabinete de Gestão do Equal.

(...)

(p. 24)

“Em diferentes domínios se revela a necessidade de reformular pressupostos que antes se consideravam consolidados e acentua-se a necessidade de inovação social. As ilustrações em causa reconhecem e evidenciam a imprescindibilidade de posturas proactivas por parte de entidades concretas. A atenção crescente à promoção do acesso ao emprego através de “percursos integrados” ou através do “empreendedorismo inclusivo” é ilustrativa da necessidade de inovar na abertura a novas possibilidades de acção, reconhecendo-se a necessidade de existência prévia de formas organizativas (“agency”) a que possam associar-se acções de “facilitação” e de “animação”.

d) *Animação territorial e sectorial e inovação social*

É neste contexto que se situa a relevância central da “animação territorial”. A superação da não-emergência ‘espontânea’ de iniciativa local raramente constitui uma dimensão central na concepção da acção. Esta insuficiência já foi reconhecida ao nível Europeu quando se referiu que os obstáculos ao desenvolvimento local se situam menos no plano financeiro e mais no plano das “*mentalidades e da organização administrativa*”<sup>6</sup>.

A “animação territorial” é o primeiro passo para o envolvimento das pessoas nas problemáticas da comunidade onde estão inseridas. O envolvimento da comunidade permite dar voz às pessoas, na medida em que promove a sua integração do tecido social, aumenta a autoestima individual e colectiva e promove a coesão territorial através do reforço do sentimento de pertença ao local.

A “animação territorial” que suporta a acção local, reforça o quadro de relações interpessoais, capacitando as comunidades ao nível individual, organizacional e comunitário, mobilizando e reforçando as competências que lhes permitem identificar as oportunidades e conceberem soluções inovadoras, com vista ao desenvolvimento territorial, em concreto, da unidade territorial em que estão integradas.”

(...)

(p. 25)

“o reconhecimento da *ausência, insuficiência ou desadequação* das respostas estatais aos problemas sociais contemporâneos, tem estado associado ao reconhecimento da necessidade de inovação social para a reestruturação

6 CECE (1994) “Inventory of Community Action to Support Local Development and Employment”, Commission Staff Working Paper, SEC (94) 2199, ver ponto 2.3.

das políticas públicas. É este tipo de reconhecimento que tem estado subjacente à criação de programas de iniciativa Europeia de natureza experimental assentes, predominantemente, em 'projectos locais' orientados para a promoção da inovação nas políticas públicas com base em princípios de acção explicitamente formulados ('multidimensionalidade', 'parceria', 'participação', 'integração territorial', 'empowerment', etc.)."

(...)

(pp. 78-79)

#### **"ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**

O desenvolvimento da "animação territorial" pressupõe o reconhecimento prévio da sua relevância.

#### ***Reconhecimento da relevância das funções socioeconómicas de "animação territorial"***

a) Reconhecer a não-emergência de iniciativas locais orientadas para a reversão de processos de desintegração territorial dificultadoras do acesso ao emprego e da assunção de cidadania como problema de política pública ao qual a animação territorial e sectorial procura responder como forma de capacitação para a acção;

#### ***Reconhecimento da relevância das organizações com competências nesse domínio***

b) Envolver todos os domínios das políticas públicas com relevância para o emprego e a promoção da cidadania e estimular o envolvimento alargado dos agentes sociais em estratégias de desenvolvimento de base territorial (desenvolvimento local), com base na percepção relativa à respectiva interdependência, com base na percepção relativa à diversidade espacial e à especificidade local das possibilidades de acção e com base na percepção de que a sinergia potencial resultante daquela interdependência depende, fortemente, de condições pré-existentes de capacidade de iniciativa e de organização de base territorial; a superação da não-emergência espontânea de iniciativa local justifica, por isso, atenção prioritária, nas políticas públicas contemporâneas, à criação de condições para a constituição de entidades que possam incorporar funções de animação para o emprego e desenvolvimento nas suas missões (ex: Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, etc.);

#### ***Promover a intensificação da cooperação de base territorial entre Municípios e Associações de Desenvolvimento Local***



c) Estimular o envolvimento directo dos Municípios na mobilização das comunidades locais e na facilitação do envolvimento de outros agentes sociais em matérias relevantes para o emprego e promoção da cidadania (atribuições, competências e recursos das Câmaras Municipais, promoção da inovação neste domínio, etc.) e criar condições para que organizações da sociedade civil (associações de desenvolvimento local, associações empresariais, etc.) possam conhecer condições de auto sustentação da sua acção a partir do reconhecimento da imprescindibilidade do seu contributo em funções socioeconómicas de animação de base territorial (novas formas de contratação público-privado, capacitação e condições gerais para a auto sustentação, etc.);

### ***Aprendizagem e competências em “animação territorial”***

d) Deverão ser asseguradas condições para a aprendizagem situada de técnicos/as das organizações relevantes com recurso a metodologias com apoio na criação de “Comunidades de Prática” presenciais, e virtuais, tendo em vista a produção de competências específicas e genéricas e de modo a assegurar respostas adequadas à complexidade dos desafios em causa.

### **MODELOS ORGANIZATIVOS E CONDIÇÕES PARA A ACÇÃO**

A “animação territorial” pressupõe a criação de condições para a auto sustentação da acção que lhe está associada.

### ***Promoção da cooperação de base territorial e integração de políticas com base em efectivas ‘parcerias de acção’***

a) A constituição de parcerias de acção alargadas de base territorial deverá ser estimulada, criando para o efeito, as necessárias reestruturações organizativas (autonomia e competências dos responsáveis por órgãos des-concentrados, etc.) para o reforço da cooperação interinstitucional, para a transparência e o acesso a informação relevante e para a plena realização das potencialidades das TIC no eGovernment para a modernização administrativa;

### ***Aperfeiçoamento da capacidade de resposta dos serviços públicos de base territorial***

b) Adequar as competências decisórias dos serviços públicos de emprego (“Centros de Emprego”, etc.) à possibilidade de envolvimento em estratégias específicas de desenvolvimento local e em parcerias alargadas de base territorial e dotação das suas organizações com equipas técnicas com competências diferenciadas (específicas e genéricas) e adequadas à exigência elevada com que a administração pública se defronta neste domínio, com

atenção particular aos critérios de recrutamento (qualidade da experiência profissional anterior, capacidade de análise crítica sobre o funcionamento da administração pública, criatividade e capacidade de empenhamento pró-activo em acção transformadora, etc.) e às condições de formação avançada de qualidade (capacidade de percepção crítica das dinâmicas de emprego locais, capacidade de antecipação estratégica, capacidade de interpelação directa dos agentes sociais locais e capacidade de aperceber as respectivas racionalidades diferenciadas, capacidade de diálogo multicultural e interdisciplinar, capacidade de relação interpessoal facilitadora do trabalho em equipas interinstitucionais, etc.);

### ***Qualificação dos técnicos da administração pública***

c) A qualificação dos/as técnicos/as da administração pública e das organizações implicadas na animação para o emprego e a promoção da cidadania deve merecer atenção prioritária, já que estão em causa competências diversificadas (específicas e genéricas), nem sempre asseguradas pelo ensino convencional e de cuja aquisição depende a possibilidade de construir novas formas de governança, aproveitar as potencialidades do “eGovernment” e da informação acessível através das plataformas virtuais (EQUAL, EUKN, URBACT, etc.) e contribuir para a mudança nas comunidades locais, no sentido dos desafios colocados pela Estratégia de Lisboa (animação pró-activa, capacidade de iniciativa e organização, interpretação crítica e antecipação estratégica, mediação intercultural, percepção integrada de desafios de competitividade, coesão social e sustentabilidade, etc.).”

(fim de citação)

Destacamos, do documento, as seguintes orientações de política pública:

- A superação da não-emergência espontânea de iniciativa local justifica, por isso, atenção prioritária, nas políticas públicas contemporâneas, à criação de condições para a constituição de entidades que possam incorporar funções de animação para o emprego e desenvolvimento nas suas missões (ex: Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, etc.);
- A constituição de parcerias de acção alargadas de base territorial deverá ser estimulada, criando para o efeito, as necessárias reestruturações organizativas (autonomia e competências dos responsáveis por órgãos desconcentrados, etc.) para o reforço da cooperação interinstitucional;
- É fundamental a melhoria de competências por parte dos serviços pú-

blicos chamados a intervir em estratégias específicas de desenvolvimento local e em parcerias alargadas de base territorial, o que envolve a qualificação dos/as técnicos/as da administração pública em domínios com a animação para o emprego e a promoção da cidadania, já que estão em causa competências diversificadas (específicas e genéricas), nem sempre asseguradas pelo ensino convencional.”

As “parcerias de acção” para suporte da “animação territorial”, preconizadas no documento que acabamos de citar, só serão viáveis se ancoradas em programas de iniciativa pública que garantam a contratualização entre o Estado e “organizações da sociedade civil” com horizontes temporais de médio ou longo prazo.

Esta opção articula-se com uma questão geral que está explicitada no texto ao referir que os obstáculos ao desenvolvimento local se situam menos no plano financeiro e mais no plano das “*mentalidades e da organização administrativa*”. Com efeito as resistências a efectivas parcerias de acção (com envolvimento de parceiros públicos e privados) radicam não apenas na reserva quanto ao financiamento, mas também numa “cultura de administração pública” pouco disponível para o envolvimento próximo com actores privados numa perspectiva aberta e colaborativa.

Em Portugal, nas últimas décadas, tem sido pontual e pouco consistente a concretização de apoio público a iniciativas de desenvolvimento de base territorial, registando-se resistência a modelos de contratualização efectiva com organizações da sociedade civil. Assim, as políticas públicas neste domínio têm sido dominadas por uma lógica de aprovação de “projectos avulsos” e os programas de financiamento estão, em geral, demasiado centrados na componente material dos investimentos. No entanto, registam-se igualmente “boas práticas” que poderão ser retomadas e aprofundadas.

Apresentamos uma breve revisão sobre a aplicação em Portugal de programas mais directamente associados a dinâmicas territoriais em meio rural.

O **Programa Leader** foi inovador nesta matéria, reconhecendo a relevância da “animação territorial” e a contratualização com “organizações de desenvolvimento territorial”. A manutenção das intervenções Leader, desde início da década de 90, é um elemento positivo e convergente com

as orientações que preconizamos. No entanto, assiste-se a uma tendência de progressiva subalternização e perda de autonomia dos GAL, em resultado de orientações políticas e gestonárias de responsabilidade das autoridades nacionais, caminhando-se assim em direcção oposta ao que seria desejável. Esta avaliação foi-nos transmitida no decurso do Projecto ASAS por todos os actores relevantes envolvidos em acções apoiadas pelo Leader, incluindo os beneficiários que se vêem confrontados com exigências burocráticas e administrativas crescentes e mesmo insustentáveis. Sabendo-se que o Programa Leader terá continuidade no próximo “ciclo de programação” relativo ao desenvolvimento rural (2014-2020) preconizamos naturalmente uma inversão de tendência com regresso a metodologias próximas das adoptadas pelos Leader I e II.

As metodologias adoptadas no âmbito do “Programa Iniciativa Comunitária **Equal**” revestiram algumas características notáveis, nomeadamente pela valorização da componente imaterial dos processos de desenvolvimento e por um acompanhamento próximo dos projectos, o que foi também identificado no decurso do Projecto ASAS. Como é sabido o Equal não teve continuidade no actual ciclo de Programação, o que se regista pela negativa, dado que foi criado um vazio não preenchido por qualquer outro “Programa de Financiamento”.

Referência ainda para medidas aplicadas em contexto de *aldeia*, com efeitos positivos mas sem continuidade no actual período de programação<sup>7</sup>:

“A primeira iniciativa em Portugal de intervenção das políticas comunitárias e nacionais a nível das *aldeias* surgiu no QCA II (1994-1999) com o Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional – Subprograma Iniciativas de Desenvolvimento Local que criou uma medida designada por **“Apoio ao Desenvolvimento Económico de Centros Rurais”**. Tratou-se de uma experiência piloto que seleccionou vinte *aldeias* com 1000 a 3000 habitantes, numa primeira fase, e outras vinte numa segunda fase, para serem alvo de um Plano Global de Intervenção, elaborado por uma Associação de Desenvolvimento Local, credenciada para o efeito pelo Estado.

Os planos de intervenção identificaram os projectos de investimento, elegíveis, a realizar a nível das infraestruturas públicas, recuperação de património edificado, dinamização socioeconómica e promoção e incluíram um regime de incentivos a pequenos investimentos agrícolas. Os beneficiários

7 Textos da autoria de José Ferragolo Veiga, apresentados no âmbito do Projecto ASAS (Junho de 2012) e que servem de base a esta parte do texto.

finais foram as autarquias locais e outros organismos públicos, pessoas singulares e colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. O financiamento dos planos foi assegurado pelo FEDER e pelo FEOGA.

Esta experiência, considerada pelos intervenientes como muito interessante, não teve no entanto continuidade no período de programação seguinte. Para este novo período de programação (2000-2006) a PAC erigiu o desenvolvimento rural como o seu 2.º pilar e elencou uma medida de renovação e desenvolvimento de aldeias no leque de medidas possíveis de adoptar pelos estados-membros. O QCA III (2000-2006) integrou esta medida nos PO regionais na **medida AGRIS**, Sub-acção 7.1 “Recuperação e valorização do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural”.

Mudou a concepção de *aldeia*, para lugares menores ou iguais a 2000 habitantes, os planos passaram a chamar-se Planos de Intervenção, apoiando investimentos, elegíveis, muito semelhantes, mais abrangentes na valorização do património natural e da paisagem, e mantiveram-se os beneficiários. Não foi incluído o regime de incentivos aos pequenos investimentos agrícolas e o financiamento dos planos foi assegurado apenas pelo FEOGA.”

O exemplo de Safara, local onde se desenvolveu a experiência piloto do Projecto ASAS, identifica uma boa prática de utilização do AGRIS. No entanto, a experiência dos Centros Rurais teve a vantagem de incorporar uma visão mais integrada de dinamização socioeconómica das *aldeias* contando com o financiamento conjugado do FEDER e do FEOGA (para além dos recursos financeiros nacionais de origem pública e privada).

O exemplo dos Centros Rurais e do AGRIS ilustra mais uma situação de descontinuidade e de recuo das políticas públicas, mesmo quando experiências com resultados positivos aconselhariam o aprofundamento das soluções adoptadas.

O **PIPPLEA Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo (1999-2002)**, com financiamento nacional de 15 milhões de euros e enquadrado no Plano Regional de Emprego (1998-2003) adoptou uma abordagem territorializada e de contratualização com Associações de Desenvolvimento Local. Foi criada uma Comissão de Análise, estrutura de projecto no âmbito do IEFPP, com responsabilidade na selecção das candidaturas e no acompanhamento dos projectos, tendo sido apoiadas 20 intervenções de animação local e de combate ao desemprego.

Experiência inovadora, de iniciativa da tutela governamental (Ministério do Trabalho e da Solidariedade) e com um balanço muito positivo nunca foi bem aceite pela cultura organizacional vigente no IIEFP. Com a mudança de Governo este modelo de contratualização foi abandonando.

Diversas medidas enquadradas no PPDR (1994-99) ou nos Programas Operacionais Regionais do Norte e do Centro (QCA III e QREN) garantiram o financiamento público de **“Programas Temáticos em Redes de Aldeias”**<sup>8</sup>. Os Programas em causa foram conduzidos com base em parcerias públicas, com forte peso dos Municípios, e os investimentos realizados centraram-se na componente material (melhoria de infraestruturas; valorização do património) com uma vertente associada de divulgação e promoção.

A este propósito, consideramos importante destacar algumas conclusões de documento anexo sobre a experiência das “Aldeias Vinhateiras do Douro”<sup>9</sup>.

Passamos a citar de um último ponto, com o subtítulo Algumas Lições:

“Em primeiro lugar, pensamos que há que reflectir sobre as articulações entre as diferentes componentes do Programa, ou seja, material, empregabilidade e comunicação-promoção turística. Na abordagem seguida, a primeira componente a avançar foi a material, relativa às obras de requalificação das aldeias, que, sublinhe-se, absorveu a fatia mais importante do investimento total, cerca de 11 dos 12 milhões de euros. Considerou-se, certamente e com razão, que as obras requereriam tempo para negociar, preparar e executar, pelo que o importava que fossem lançadas o mais cedo possível. As restantes componentes ficaram para a parte final da intervenção, quiçá tardiamente, o que não permitiu um trabalho mais aturado e continuado com os residentes e outros potenciais intervenientes, que conduzissem à maturação e execução de projectos concretos no campo económico (artesanato, comércio, alojamento turístico, restauração, etc.), assim como à dinamização do tecido associativo e à construção da rede das aldeias. Além do mais, estas componentes mereceram um esforço financeiro diminuto face ao total, e não foram contempladas verbas de apoio ao investimento em pequenos

8 São exemplos: na região Centro, o “Programa das Aldeias Históricas” financiado no âmbito do PPDR – QCAII (1994-1999) e o “Programa das Aldeias do Xisto” financiado no âmbito do QCAIII “Programa Operacional da Região Centro 2000-2007” (Medida II.6); na Região Norte o “Programa das Aldeias Vinhateiras do Douro” financiado no âmbito do PO Norte - QCA III (2000-2007).

9 Conferir anexo referente a narrativas de processos de desenvolvimento local: Cristóvão, Artur *et al* “Revitalização de Micro-Territórios Rurais: o Caso das Aldeias Vinhateiras do Douro” (2012)

negócios.

Uma segunda lição tem a ver com a participação local na construção do Programa e na sua implementação. Os inquiridos revelaram fraco envolvimento no processo, pouco esclarecimento, falta de diálogo entre os intervenientes e existência de alguma conflitualidade. Em suma, as intervenções não asentaram numa lógica de envolvimento das comunidades e dos seus actores, tendo-se estruturado, sobretudo, como algo vindo “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Assim, mesmo os esforços realizados no quadro das componentes imateriais, em particular na designada por “Empregabilidade”, não parecem ter sido suficientes para gerar uma dinâmica participativa e mobilizadora.

Uma terceira lição, ou linha de reflexão, tem a ver com o poder ou capacidade de influência das políticas públicas. Na verdade, o Programa em causa surge da iniciativa voluntarista da administração pública e pode perguntar-se, por exemplo, até que ponto, e em que circunstâncias, é que esta pode colmatar as desvantagens de áreas rurais em declínio, gerando processos de regeneração e revitalização socioeconómica? Destacamos, neste capítulo, que a iniciativa do Estado é crucial, mas há que acautelar, nomeadamente, um melhor equilíbrio entre intervenções materiais e imateriais, em termos de investimento e calendarização, o recurso a abordagens participativas, que envolvam e dinamizem a acção colectiva e o capital social territorial, e uma perspectiva de longo prazo, que garanta mais sustentabilidade nos processos.

O futuro das Aldeias Vinhateiras, como da generalidade das aldeias do Douro, depende, em larga medida, da manutenção de uma vitivinicultura de qualidade e competitiva, assim como da valorização económica e social de outros recursos locais, assente em estratégias integradas que fomentem a inovação e a criação de emprego. Ao esforço de requalificação realizado, há que acrescentar um trabalho redobrado para assegurar mais qualidade de vida para os residentes, que passa pelo acesso a serviços nos campos da educação, formação e saúde, dando particular atenção às crianças, jovens e idosos.”

A reflexão apresentada, que surge na sequência de audição de actores locais, é muito relevante para reforço de orientações que preconizamos para o PMRA. Seguramente os investimentos realizados contribuirão para melhorias de qualificação material das aldeias e mesmo para alguma promoção da sua “imagem e atractividade”. No entanto, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável os resultados podem ser escassos,

na ausência de investimento na “animação territorial”, na participação de actores locais e numa visão mais integrada dos processos.

Intencionalmente, não abordaremos experiências que estão ainda a decorrer no âmbito de Programas abrangidos pelo QREN (2007-2013). A refer, no entanto, observações explicitadas quanto à evolução preocupante do Leader, bem como para a constatação de ausência de instrumentos significativos de apoio a iniciativas locais ou a abordagens territoriais integradas, com algumas excepções que anotamos:

- As “Parcerias para a Regeneração Urbana” apoiadas no âmbito dos PO Regionais incorporam elementos inovadores, mas sem incidência relevante para neste âmbito, dada a sua aplicação ao meio urbano;
- O Provere (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) tem subjacente um modelo de contratualização (embora mitigado) e abertura para apoio a estratégias territoriais com uma visão integrada. O foco da sua intervenção em territórios de baixa densidade é importante e algumas experiências podem ser ricas de ensinamentos para futuros instrumentos de política pública. Sem que esteja feita uma avaliação do Programa, que ainda decorre, é no entanto claro que muitas das expectativas criadas foram defraudadas por insuficiências (ou mesmo ausência) de coordenação política e gestonária, tanto mais que o Provere não dispõe de financiamento próprio;
- Finalmente, o “PO Regional do Norte 2007-2013” integra um Eixo 2 - “Valorização Económica de Recursos Específicos” que contempla uma Tipologia de Operações de “Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação de actividade económica dos territórios rurais, através da dinamização de acções integradas”<sup>10</sup>. A avaliação desta componente do PO poderá também proporcionar elementos importantes para futuros instrumentos de política pública em territórios de baixa densidade.

A revisão apresentada sobre alguns programas de financiamento público, em vigor nos últimos 20 anos, evidencia falta de continuidade e consistência das políticas públicas, bem como a preponderância de apoio a projectos centrados no investimento material, sem uma aposta forte em modelos de contratualização no âmbito de intervenções locais ou de abordagens ter-

<sup>10</sup> Tipo de Acções incluídas: Valorização de pólos de excelência rural; Valorização e gestão integrada de sistemas produtivos locais; Promoção de um “standard” mínimo de serviços no meio rural.



ritoriais integradas. Resultados positivos de algumas experiências podem, no entanto, auxiliar a concepção e concretização de futuros instrumentos (programas) de política pública mais adequados.

Vivemos actualmente um período chave para definição de opções quanto ao modelo a adoptar em Portugal no próximo ciclo de programação (2014-2020) relativo à utilização de fundos comunitários, nomeadamente no âmbito das políticas de desenvolvimento rural e da coesão económica, social e territorial.

O processo é conduzido pelo Governo português em articulação com a Comissão Europeia, mas o princípio de parceria implica a consulta e envolvimento de parceiros institucionais, económicos e sociais na preparação dos instrumentos de programação.

As orientações estratégicas e as soluções operacionais que vierem a ser consagradas condicionarão em larga medida as políticas públicas com potencial de apoio a intervenções de nível local e de animação territorial com uma perspectiva integrada, que constituem objecto do PMRA (Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia).

A estabilização de orientações da Comissão Europeia quanto a propostas regulamentares dos Fundos Comunitários para o período de 2014-2020 veio a consolidar-se no final do primeiro trimestre de 2012<sup>11</sup>, na sequência de um processo desenvolvido ao longo de todo o ano de 2011 (com particular incidência no segundo semestre).

As orientações da Comissão Europeia preconizam uma maior integração na utilização dos fundos (relações de complementaridade e sinergias, nomeadamente ao nível de FEADER / FSE / FEDER) com base num “Quadro Estratégico Comum” (QEC) e surge reforçada, face a períodos de programação anteriores, a necessidade de os instrumentos de programação se adequarem à diferenciação dos territórios, o que pressupõe, pelo menos em alguns eixos e medidas dos futuros programas nacionais ou regionais, disposições apropriadas a responder a condições específicas. São estabelecidos onze objectivos temáticos e as respectivas prioridades de investimento, bem como as respectivas fontes de financiamento ao nível dos fundos comunitários, visando princípios de selectividade e concentração dos apoios, bem como de coerência e complementaridade entre a utiliza-

11 “Comission Staff Working Document – Elements for a Common Strategic Framework 2014-2020: the ERDF, the ESF, the CF, the EAFRD and the EMFF.”

ção dos diferentes fundos.

No final do 1º semestre de 2013 deverão encontrar-se estabelecidas as principais orientações nacionais, já que o “Acordo de Parceria” deverá ser submetido até Julho de 2013, incluindo todas as opções mais relevantes de natureza estratégica e o enquadramento da macroestrutura de natureza operacional. Entre Julho e Outubro de 2013, serão submetidas a apreciação as propostas relativas aos Programas Operacionais.

Um dos pontos que deverá ser objecto de clarificação na proposta de “Acordo de Parceria” respeita a abordagens integradas de desenvolvimento territorial com mobilização de diferentes fundos, podendo estas corresponder a mecanismos de implementação distintos:

- “Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais (DPCL)<sup>12</sup>” similar ao do Leader, com delegação total ou parcial de responsabilidades de gestão em Grupos de Acção Local que poderão corresponder a entidades públicas ou a Associações Privadas (ADLs; Cooperativas; etc), dependendo do âmbito das DPCL;

- “Investimento Territorial Integrado (ITI)” em que o processo é liderado por entidades públicas de nível local ou sub-regional, não existindo delegação de competências por parte destas entidades. Podem ser exercidas responsabilidades de coordenação técnica por parte de um “organismo intermédio” (mas sem delegação do poder de decisão).

Em qualquer dos casos, os instrumentos de implementação destas “abordagens integradas de desenvolvimento territorial” têm subjacente a constituição de parcerias com envolvimento de instituições públicas e privadas.

A experiência acumulada em Portugal, aconselha alguma simplificação de procedimentos na regulamentação dos correspondentes instrumentos de financiamento público e é importante alargar a reflexão sobre as opções em causa, envolvendo os potenciais parceiros neste tipo de iniciativas integradas de desenvolvimento territorial.

Apenas em Novembro de 2012 a Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012<sup>13</sup> veio estabelecer orientações relativas aos trabalhos de programação para o próximo ciclo de 2014-2020, designadamente quanto à

12 Nos documentos da CE a designação em inglês corresponde a Community Led Local Development (CLLD)

13 Resolução de Conselho de Ministros nº 98/2012 de 26 Novembro 2012.

preparação do Acordo de Parceria e de instrumentos operacionais a apresentar e negociar com a Comissão Europeia. Nos termos da resolução o envolvimento dos parceiros institucionais, económicos e sociais nos trabalhos preparatórios do ciclo 2014-2020, destaca “em especial, a Assembleia da República, o Conselho Económico e Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses” (conferir ponto 7). Para além do arranque tardio do processo corre-se o risco de uma aplicação restritiva do princípio de parceria, embora se encontre em curso um processo de audição desenvolvido pelas CCDRs ao nível regional, “tanto quanto se sabe” com mais estreita interlocução com as CIMs e as Autarquias Locais.

O processo de reflexão relativo ao Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 foi iniciado ainda em 2011 e no decurso de 2012 realizaram-se diversas iniciativas de audição de parceiros relevantes.

Um dos contributos apresentados foi da responsabilidade da Federação Minha Terra (Setembro de 2012) e algumas passagens do documento são relevantes para o âmbito do PMRA, conforme citação<sup>14</sup>:

“3.2. Articulação entre Fundos - tipos de investimentos a enquadrar pelo FEADER e/ou por outros Fundos

A clarificação de como vai ser equacionada a articulação entre fundos (sinergias, delimitações de elegibilidade entre Fundos e Programas, etc.) é relevante para todas as dimensões da programação de Desenvolvimento Rural mas afigura-se particularmente relevante no quadro das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD) tanto na fase de preparação e mobilização das parcerias locais, como para a definição dos mecanismos de implementação das próprias ELD.

(...)

Na Dimensão Território, deverão ser financiados pelo FEDER os investimentos de maior envergadura na conservação e refuncionalização do património rural, em equipamentos colectivos de coesão social/ local e na recuperação de aldeias rurais, estes sob dinamização da Abordagem LEADER, mantendo-se no quadro do FEADER os investimentos de pequena escala nos domínios identificados, que deverão ser enquadrados pelas “Estratégias Locais de Desenvolvimento”.

Ao FEADER, e no enquadramento da Abordagem LEADER deverá caber a

14 Federação Minha Terra (Setembro 2012) “Documento de Orientação - PDR 2014 - 2020 Análise e Propostas”.

missão de assegurar a coerência de intervenção integrada de base territorial, abrangendo a competitividade dos territórios (serviços e actividades), a dinamização dos serviços de proximidade, bem como a gestão de equipamentos e respostas sociais, na óptica da inclusão social, ainda que nesta última vertente em combinação com domínios de política (e financiamento) do FSE.

Esta articulação com o FSE deve contemplar, designadamente, a formação profissional, com perspectiva dos GAL serem entidades gestoras locais, em áreas específicas de formação, de acordo com as ações/investimentos associados à Abordagem LEADER, p.e., gestão empresarial, legislação e fiscalidade (turismo, processos camarários, etc.) e empreendedorismo. Trata-se, aliás, de domínios de trabalho técnico (animação para o desenvolvimento e a iniciativa empresarial, inovação sócio-territorial, organização de formação, etc) em que um número significativo de GAL têm desenvolvido e acumulado experiência própria e de parceria com entidades públicas e associativas (p.e., Serviço público de emprego e formação, Direcções Regionais de Educação e Associações Empresariais).

Neste enquadramento, o FEADER deverá apoiar a animação socioeconómica para o desenvolvimento local e financiar: projectos de diversificação da economia e do emprego, nomeadamente os investimentos económicos não agrícolas em meio rural e outros de valorização do território; a criação de empresas no mosaico de actividades da economia rural; e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, reforçando a densidade de serviços básicos de apoio às populações e proporcionando limiares de qualidade de vida e de sustentabilidade aos espaços rurais.

A perspectiva de mobilização conjugada de recursos de financiamento deve transferir as desejáveis articulações e complementaridades de base territorial para o terreno da elaboração das Estratégias Locais de Desenvolvimento, com participação activa dos actores locais no respectivo desenho, bem como no acompanhamento/monitorização das ELD.

Esta abordagem a nível local não pode dispensar uma formulação estratégica de nível regional (NUT II) que remeta, em ajustamento dinâmico, para a racionalidade de intervenção dos Programas Operacionais Regionais, conferindo coerência de objectivos a diferentes escalas de intervenção e implicando uma interação efectiva entre as Autoridades de Gestão desses diferentes Programas.

O estabelecimento da Prioridade 6 “Promover a Inclusão Social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais”, no contexto do Regulamento FEADER, pressupõe a existência de abertura para os outros

fundos enquadrarem, em Portugal, a abordagem de desenvolvimento local prevista em cada Proposta de Regulamento (FEDER, FSE e FEAMP) e no Regulamento comum, bem como a adaptação de métodos de coordenação aberta que estimulem as complementaridades entre Fundos e modalidades de intervenção das políticas públicas.”

O contributo da Federação Minha Terra tem orientações importantes a reter, entre as quais destacamos:

- necessidade de articulação entre fundos e entre intervenções (programas) operacionais para a abordagem do desenvolvimento local e territorial;
- articulação entre escalas de intervenção, do local ao regional;
- ênfase sobre a animação socioeconómica e a participação de actores locais (isto é, sobre a relevância da “animação territorial”).

O Conselho Económico e Social (CES) promoveu a realização de alguns estudos que constituem também contributos relevantes para enquadrar as opções que estão em causa no próximo período de programação, entre eles um trabalho coordenado pelo Prof. João Ferrão sobre “Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão pós 2013”<sup>15</sup>.

Este documento tem a vantagem de enquadrar a problemática em causa numa perspectiva de planeamento estratégico de nível territorial.

Citamos as seguintes passagens:

(p. 24)

“No seu conjunto, cooperação, articulação e participação no contexto de ‘regiões funcionais’ implicam novas formas de governança territorial democráticas, transparentes e abertas, capazes de ligar comunidades de lugar e comunidades de interesses através da constituição de redes coerentes cimentadas pela partilha de objectivos comuns para o futuro de uma determinada área.”

(...)

15 Ferrão, João (Coord.) et al. (2012), “Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão pós 2013”, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Relatório Final apresentado ao CES, Julho de 2012. Consultado a 20.09.2012 em site do Conselho Económico e Social: <http://www.ces.pt/>

(p. 25)

*Parcerias sólidas, flexíveis e inclusivas*

A existência de parcerias sólidas e flexíveis ao longo do seu tempo de duração pressupõe diversas condições, que se complementam e reforçam entre si. Destacam-se, de seguida, seis dessas condições, recorrentemente identificadas em estudos de avaliação sobre este tipo de parcerias.

- Em primeiro lugar, clarificar a distribuição de responsabilidades e competências pelos vários actores envolvidos, aspecto particularmente crítico em formas de cooperação, como sucede nestes casos, exigentes do ponto de vista dos mecanismos de coordenação horizontal e vertical.
- Em segundo lugar, assegurar a natureza inclusiva da parceria ao longo da sua duração, ou seja, nas fases de programação, implementação, monitorização e avaliação, de forma a aumentar o sentimento de pertença e o sentido de corresponsabilização por parte de todos os parceiros, um factor importante para minimizar os conflitos de gestão no seio da parceria.
- Em terceiro lugar, acautelar a qualidade dos procedimentos de gestão de conflitos, estabelecimento de consensos e formação de compromissos, mesmo – o que nem sempre é o caso – quando existe um núcleo central de parceiros coeso e estável.
- Em quarto lugar, definir e aprovar regras claras que permitam uma gestão flexível do estatuto e das responsabilidades de cada parceiro ao longo do tempo sem, no entanto, colocar em causa a estabilidade global da parceria e da intervenção.
- Em quinto lugar, garantir relações institucionais adequadas, como, por exemplo, não desenvolver mecanismos impositivos a partir dos níveis nacional ou regional, não subalternizar o papel dos níveis administrativos mais baixos ou não criar novas estruturas de nível intermédio.
- Finalmente, e num registo mais pragmático, assegurar a correcta assistência técnica aos parceiros e criar, desde o início, uma estrutura de gestão / secretariado própria para desenvolver as tarefas que não podem nem devem ser asseguradas individualmente pelos parceiros.”

Estas passagens do documento evidenciam bem a exigência de modelos de “governança territorial democrática, transparente e aberta” e das condições necessárias para o funcionamento de efectivas Parcerias de Acção. Será, por esse motivo, aconselhável (e experiências anteriores o confirmam) boa ponderação dos modelos de implementação a adoptar

nas “abordagens integradas de intervenção territorial”, evitando-se uma abrangência territorial e temática demasiado ampla que tenderá a envolver excessivo número de parceiros e a gerar falta de coesão nas Parcerias.

No mesmo documento, exemplificando com a hipótese de abordagem territorial integrada focada sobre a Promoção da coesão sócio-territorial (pp. 39-42 de documento citado) referem os autores um conjunto de objectivos específicos que podem ser consagrados e anotam sobre a hipótese de implementação baseada em “Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais (DPCL)” o seguinte (transcrição parcial):

#### “Entidade responsável pela iniciativa

Delegação total ou parcial em Grupos de Acção Local: autarquias, centros de emprego, gabinetes de inserção profissional (GIP), núcleos locais de inserção (NLI), associações empresariais, sindicatos, associações de desenvolvimento local (ADL), cooperativas, outras associações

#### Sistema de Governança

- i) Estratégias de desenvolvimento local geridas por Grupos de Acção Local de acordo com as regras definidas nos Regulamentos
- ii) Sugere-se o desenvolvimento de iniciativas de natureza experimental e demonstrativo numa primeira fase, que possam ser discutidas e avaliadas, evoluindo posteriormente para iniciativas de maior abrangência geográfica e de parceiros

#### Sistema de Financiamento

- i) Todos os fundos do Quadro Estratégico Comum
- ii) Investimentos públicos e privados

#### Avaliação

Pontos fortes:

- Incremento de redes e parcerias capazes de mobilizar e articular diversos agentes públicos, privados e do 3º sector tanto urbanos como rurais
- Aposta nos serviços de proximidade de forma a monitorizar e a dar uma resposta mais eficaz quer aos problemas decorrentes de situações de maior vulnerabilidade social, quer às necessidades de apoio às iniciativas empresariais e à promoção do emprego

### Pontos fracos:

- Ausência de uma cultura de cooperação entre entidades do meio urbano e do meio rural
- Dificuldade em definir uma estrutura consolidada de gestão /administração que se responsabilize pelos projectos e acções desenvolvidos numa óptica de continuidade de médio e longo prazo
- Dificuldade em gerar plataformas de entendimento e de acção conjunta entre agências/serviços públicos e a sociedade civil

### Observações

- A complementaridade de valências e de capacidades entre, de um lado, as instituições/agências públicas e respectivos serviços e equipamentos e, do outro, as entidades privadas e/ou do 3º sector, significa um princípio orientador e transversal para a constituição de redes e parcerias promovidas pelas comunidades locais (DPCL)."

A abordagem proposta contém virtualidades importantes para apoio a processos de desenvolvimento local em contexto de aldeia, incluindo uma visão integrada em termos territoriais e a possibilidade de acesso a financiamento de vários fundos e não apenas ao FEADER (como se verifica no actual Leader).

Consideramos particularmente importante ter em linha de conta o objectivo temático de natureza transversal "Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza" consagrado no âmbito do Quadro Estratégico Comum (Objectivo Temático 9.) como base para enquadramento de algumas abordagens integradas de base territorial.

Com efeito, este objectivo temático poderá mobilizar recursos financeiros numa perspectiva territorializada, nomeadamente com recurso a "estratégias de desenvolvimento local de base comunitária"<sup>16</sup> a financiar com recurso ao FSE e numa perspectiva de complementaridade com apoios do FEADER e do FEDER.

Os regulamentos do FSE, FEDER e FEADER, contemplam este objectivo temático, em termos das seguintes prioridades e domínios de financiamento:

16 Correspondem ao modelo de implementação identificado como "Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais (DPCL).



## FSE (Artigo 3º)

Prioridade c) Promoção da inclusão social e da luta contra a pobreza

Domínios:

- Inclusão activa
- Integração de comunidades marginalizadas tais como os ciganos
- Luta contra as discriminações com base no género, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual
- Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
- Promoção da economia social e das empresas sociais
- Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais

## FEDER (Artigo 5º)

Prioridade 9. Promoção da integração social e combate à pobreza

Domínios:

- Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde e para a transição dos serviços instituídos para os serviços de base comunitária
- Apoio à regeneração física e económica das comunidades urbanas e rurais desfavorecidas
- Apoio para empresas sociais

## FEADER (Artigo 5º)

Prioridade 6) - Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais

Domínios:

- Dinamização da diversificação e da criação de pequenas empresas e de empregos;
- Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
- Melhoria das acessibilidades, utilização e qualidade das TIC em zonas rurais.

Verificamos, assim, que está em aberto a hipótese de ser consagrado em 2014-2020 o financiamento público de “Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais” com recurso a financiamento do FSE e, complementarmente, ao FEDER e ao FEADER.

Um instrumento de política pública com o enquadramento referido pode ser muito adequado para apoiar processos de desenvolvimento local, desde logo pelo recurso ao FSE para suporte de acções de natureza imaterial nos domínios explicitados pelo próprio regulamento do fundo estrutural.

Sublinhamos, a este propósito, que é de evitar um aproveitamento mitigado da abertura existente confinando apenas aos GAL abrangidos ao Leader a promoção deste tipo de iniciativas. Preconizamos, pelo contrário, uma maior abertura, porque outras entidades podem estar em excelentes condições para liderarem parcerias (e iniciativas) desta natureza e ainda porque a escala territorial adequada poderá não corresponder à delimitação adoptada pelo Leader.

O regulamento do FEADER mantém, a exemplo do período de programação anterior, a abertura para financiamento de Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais.

(Artigo 21º)

Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais

- a) Elaboração e actualização de planos de desenvolvimento dos municípios em zonas rurais e dos respectivos serviços básicos, assim como de planos de protecção e gestão relacionados com sítios Natura 2000 e com outras zonas de elevado valor natural
- b) Investimentos na criação, melhoria e desenvolvimento de todo o tipo de pequenas infraestruturas, nomeadamente os investimentos em energias renováveis
- c) As infraestruturas de banda larga, nomeadamente a sua criação, melhoria e expansão, as infraestruturas de banda larga passivas e o fornecimento de acesso à banda larga, bem como soluções para a administração pública em linha
- d) Investimentos na criação, melhoria ou desenvolvimento dos serviços básicos locais para a população rural, incluindo nos domínios do lazer e da cultura, e as infraestruturas correspondentes

e) Investimentos realizados pelos organismos públicos em infraestruturas de recreio, informações turísticas e sinalização de sítios de interesse turístico

f) Estudos e investimentos associados à manutenção, recuperação e valorização do património cultural e natural das aldeias e das paisagens rurais, incluindo os aspectos socioeconómicos

g) Investimentos destinados à deslocalização de actividades e à reconversão de edifícios e outras instalações situadas perto das povoações rurais, com vista à melhoria da qualidade de vida ou ao reforço do desempenho ambiental dessas povoações.

Existe, portanto, a possibilidade de utilizar a disposição regulamentar do FEADER para sustentar instrumentos de política pública favoráveis ao desenvolvimento de intervenções integradas em contexto de aldeia.

Opção em aberto, que estará dependente de decisões das autoridades nacionais em sede do processo de programação em curso...

Naturalmente preconizamos a inversão da tendência registada nos últimos anos de abandono de bons instrumentos de financiamento público de acções integradas, como mencionámos a propósito da experiência dos “Apoio ao Desenvolvimento Económico de Centros Rurais” (PPDR – 1994/99 - Subprograma Iniciativas de Desenvolvimento Local).

Na sequência das recomendações apresentadas, referimos dois instrumentos específicos de política pública que dispõem de condições favoráveis para financiamento plurifundos (FSE, FEDER e FEADER) no próximo período de programação relativo à utilização de fundos comunitários europeus (2014-2020) e que consideramos importantes para a revitalização e sustentabilidade das aldeias:

- Programa de financiamento para **“Planos Integrados de Intervenção” em aldeias ou redes de aldeias rurais**, conjugando as componentes imateriais e materiais dos investimentos.

O modelo a adoptar poderá tomar com referência a experiência bem sucedida do “Apoio ao Desenvolvimento Económico de Centros Rurais” (PPDR - QCA II / 1994-1999), existindo possibilidade de alargar o leque de elegibilidades.

As aldeias, ou redes de aldeias, a seleccionar deverão reunir condições

para exercer um “efeito de âncora” em termos de desenvolvimento territorial.

Um objectivo relevante dos Planos deve corresponder à qualificação da oferta de serviços de proximidade, multifuncionais, com vista a apoiar o desenvolvimento económico, cultural e social do território.

Acções imateriais a apoiar:

- a) Promoção e divulgação do próprio Plano de Intervenção, visando o envolvimento da população residente bem como de interlocutores externos relevantes;
- b) Estudos e instrumentos de interpretação e divulgação associados à valorização do património histórico, cultural e natural das aldeias;
- c) Formação profissional;
- d) Capacitação de actores e agentes locais de desenvolvimento;
- e) Apoio técnico às organizações locais responsáveis por serviços de proximidade na área social;
- f) Apoio técnico e organizativo à actividade produtiva local (artesanato; produção de pequena escala), designadamente, nas áreas da gestão e organização, comercialização, “design” e inovação.

As acções de investimento material deverão abranger nomeadamente as seguintes operações:

- a) Recuperação ou reconversão de edificações e seu apetrechamento para a dinamização de actividades sociais e/ou culturais, incluindo instalações locais associadas à prestação de cuidados de saúde;
- b) Reabilitação e valorização de património histórico e arquitectónico;
- c) Requalificação e valorização do espaço público incluindo zonas de lazer, espaços verdes e frentes ribeirinhas na envolvente das aldeias.

• Programa de apoio a **“Intervenções Integradas de Animação Territorial”** dirigidas a territórios de baixa densidade e tendo como objectivos centrais a promoção da inclusão social, o combate à pobreza e a criação de emprego.

O objectivo temático transversal do QEC – “Promover a Inclusão Social

e Combater a Pobreza”, permite enquadrar este programa, em termos do seu financiamento por fundos comunitários.

O modelo de apoio público preconizado é o da contratualização de “programas de acção plurianuais”, baseados na constituição de equipas técnicas polivalentes com os recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho de dinamização numa relação de proximidade com o território.

A abordagem que se propõe é complementar das intervenções asseguradas pelo Leader, deverá ser financiada em boa medida pelo FSE e obedecer a um processo de contratualização autónomo.

A abrangência territorial será de dimensão variável, mas é importante que a estratégia de animação proposta justifique de forma consistente as razões de ser da área de intervenção, nomeadamente identificando temáticas comuns ao conjunto do território e relevantes em termos de estratégia de desenvolvimento.

A solução que preconizamos poderá ser enquadrada com base em abordagens integradas de “Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais (DPCL)”, nas condições gerais estabelecidas pela União Europeia (QEC – 2014/20), mas será necessário que o exercício em curso de programação nacional preveja a respectiva integração num dos Programas Operacionais Nacionais ou nos Programas Operacionais Regionais (como subprograma ou medida específica).

João Cordovil

Dezembro de 2012

# ANEXO 3

## Os modos e os agentes de revitalização das aldeias

Da análise dos casos de ASAS estudados, importa reter uma caracterização sintética (e necessariamente simplificada) dos diferentes modos como se processa a revitalização das aldeias.

É extensa a lista de indicadores de observação que constava da agenda das sessões descentralizadas:

- Contexto local (e territorial): caracterização da “sociedade local” (dinâmica demográfica; composição da população residente; actividades económicas e emprego; cultura e património; articulação territorial; organizações locais públicas ou privadas,...);
- Âmbito das intervenções (projectos/dinâmicas) que melhor caracterizam o processo de desenvolvimento local;
- Identificação de acções ou actividades em destaque;
- Papel do trabalho voluntário;
- Organizações locais ou de âmbito territorial mais alargado com papel relevante no processo (articular com tipo de lideranças);
- Governança local e territorial – articulação entre as organizações da sociedade civil e o Estado;
- Fontes de financiamento (públicas ou privadas) e qual o seu enquadramento;
- Aspectos mais relevantes das metodologias de intervenção e da visão

(estratégia/valores a promover) subjacentes ao processo de desenvolvimento;

- Obstáculos à iniciativa colectiva e à mudança;
- Resultados dos processos (projectos/acções) numa perspectiva de valorização do *Capital de Aldeia*: reforço das organizações locais; efeitos sobre a qualificação das pessoas e o emprego; valorização do património; qualificação de serviços de proximidade; aumento da autoestima e confiança ao nível da sociedade local.

Nem sempre foi possível, no tempo e no contexto das sessões, preencher estes requisitos de agenda. Ainda assim, o esforço de síntese para caracterizar os modos de revitalização parece poder resultar.

Avançamos de seguida alguns contributos para essa caracterização, começando em cada caso com a classificação segundo uma tipologia dos modos de revitalização que cruza a variável endogeneidade/exogeneidade da iniciativa com a variável verticalidade/horizontalidade da iniciativa. Assume-se como importante para a avaliação do sucesso das acções de desenvolvimento saber:

- a) se elas tiveram origem dentro da comunidade ou fora dela;
- b) se foram iniciativa de uma elite (social ou técnica) ou da iniciativa de base alargada (associações, grupos de pares).

Em segundo lugar, identificam-se os agentes do processo de revitalização da aldeia, ou seja, os actores individuais ou colectivos que foram determinantes para o desencadeamento do processo de desenvolvimento.

Em terceiro lugar, identificam-se os principais apoios externos e o papel que tiveram no sucesso da acção (desenvolvimentista).

Em quarto e último lugar, enunciam-se os principais resultados da acção que se traduzem em avanços no desenvolvimento local.

Recorda-se que foram onze as aldeias visitadas e estudadas: Brotas (conc. Mora), Cabreira do Côa (conc. de Almeida), Cambeses do Rio (conc. de Montalegre), Covide (conc. de Terras do Bouro), Meruge (conc. de Oliveira do Hospital), Miro (conc. Penacova), Querença (conc. de Loulé), Safara (conc. de Moura), São Paio (conc. Gouveia), São Torcato (conc. de Guimarães) e Vale de Figueira (conc. Santarém). A par destas foi ainda incluído

no estudo o concelho de Idanha-a-Nova, um caso em que a intervenção se alarga a todo o concelho.

## **1. BROTAS** (conc. Mora)

A aldeia de Brotas, situada a cerca de 10Kms a Sul de Mora, sede de concelho, é marcada por uma história e património associados à sua condição de local de peregrinação e romaria. A freguesia, segundo os registos censitários, teve nas últimas décadas perdas relevantes de população residente (-16,9% entre 2001 e 2011, o mesmo valor percentual do decénio anterior). As estatísticas mais recentes revelam ainda uma tendência de envelhecimento da população, bem como o aumento da ocupação em actividades do sector terciário.

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, concertação de interesses), congregando os diversos agentes (institucionais, económicos) locais, para a valorização e promoção do território do ponto de vista turístico.

### **Actores-chave**

A Abrottea - Associação Dinamizadora Cultural Histórica e Ambiental de Brotas, fundada em 2009, a partir da vontade conjunta de diversos agentes locais e com o objectivo de promover o património e o território.

Funcionando como uma rede colaborativa local, a Abrottea começou por mobilizar a comunidade e os seus vários agentes (colectividades, empresas, autarquias) para identificar as potencialidades do território. O ponto de partida foi a elaboração de um diagnóstico e o planeamento para do desenvolvimento turístico da aldeia, que incluiu acções públicas para envolver e auscultar a comunidade, bem como a constituição de grupos de trabalho por áreas da actividade económica com agentes interessados (restauração, alojamento, artesanato, etc.). O diagnóstico das potencialidades do território foi, assim, articulado com os interesses dos agentes locais, procurando-se uma estratégia de desenvolvimento sustentável com base na atractividade turística.



Desta forma foi possível, para além de preservar o património, criar a “marca” Brotas: promover o território e associar-lhe uma imagem e atractividade próprias. A promoção da aldeia, com a criação de um logotipo e de um slogan, permitiu dar uma maior visibilidade ao território, procurando também captar o interesse dos visitantes que se deslocam à região com base noutras procuras (como o Fluviário de Mora, por exemplo). Algumas actividades de animação e iniciativas culturais vêm sendo desenvolvidas ou estão projectadas para breve, como a Noite de Reis, as Festas em honra de N. Sra. de Brotas ou o Mercado Medieval.

Trabalhando em conjunto, os agentes locais obtiveram ganhos colectivos e particulares a partir dum processo de desenvolvimento articulado. Além da Junta de Freguesia, das colectividades e da Fábrica da Igreja da Freguesia de Brotas, foram envolvidos diversos agentes económicos locais: “Casas de Romaria” (oferta de alojamento turístico), “Casa dos Mordomos d'Évora” (azulejaria tradicional), a olaria, a padaria, o café e o restaurante. Outros pequenos negócios, embora menos relacionados com a actividade turística, estão também envolvidos. Também alguns agentes económicos externos à aldeia, na área do turismo, se têm associado ao trabalho da Abrottea e ao interesse pela atractividade deste território.

## **Apoios**

Não contando com financiamento público directo, o trabalho da Abrottea foi apoiado através da participação no projecto *Certificar, Qualificar e Animar o Desenvolvimento Local*, desenvolvido pela Animar em parceria com a ADTR - Associação Desenvolvimento Terras do Regadio. Esta iniciativa de acção-formação contribuiu para o processo de capacitação da actividade da Abrottea, bem como para a definição dos elementos estratégicos que nortearam os primeiros passos da sua intervenção.

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- mobilização dos agentes locais para uma estratégia comum de desenvolvimento local;
- valorização de recursos endógenos na promoção e atractividade do território;
- dinamização da economia local;

- dinamização cultural e valorização de elementos identitários da comunidade.

## **2. CABREIRA DO CÔA** (conc. de Almeida)

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno verticalizado (liderança forte, legitimidade pela experiência), pela especialização na oferta de serviços sociais à colectividade, com envolvimento dos residentes (acolhimento de jovens em regime residencial familiar), recurso a financiamento de programas sociais e a doadores externos.

### **Actores-chave**

Proprietária local "sonhadora e determinada" (hoje com 56 anos, residiu 22 anos em Lisboa e veio criar a obra na aldeia de origem)

Nesta aldeia a ASTA, uma associação para pessoas portadoras de deficiência, aparece como o factor que desencadeou o processo de revitalização da aldeia, criando emprego, fazendo crescer a população, criando sinergias entre instituições, "valorizando os recursos endógenos", sensibilizando a comunidade para realidades sociais distintas. Na origem da instituição (1998) está a iniciativa de uma senhora de origem local, mãe de jovem portador de deficiência mental<sup>17</sup>. Hoje os serviços da ASTA acolhem 36 pessoas e ocupam 30 outras em diversas valências e estão alojados em casas recuperadas da aldeia.

### **Apoios**

17 Maria José Dinis da Fonseca: "Primeiro, porque o "meu sonho" se prendeu sempre a esta região onde nasci e onde, desde muito cedo, vi deambular pessoas consideradas "atrasadinhas, coitadas" que possuíam potenciais e tesouros escondidos que era preciso acarinhar e salvaguardar para bem, não só deles mas também da nossa sociedade. Segundo, porque o espaço ideal para a prática da Pedagogia Curativa e Sócio Terapia deverá acontecer num contexto natural, quase ecológico e inserido, desejavelmente, numa comunidade de cariz rural onde a terra e o convívio, constituam as principais ferramentas terapêuticas (esta é a minha visão de pedagogia). Esse espaço foi-me posto à disposição por um familiar, assim, como se ele tivesse sido inventado para o meu sonho. Foi por isso que recusei sempre (embora muito gratificada pela confiança) as alternativas que me foram sugeridas para a construção de uma "ASTA" em Lisboa ou Guarda o que, naturalmente, me teria facilitado todo o processo burocrático inerente à criação de uma instituição com estas características". (entrevista ao Jornal a Guarda) [12-10-2006]

[<http://www.jornalaguarda.com/noticia.asp?idEdicao=168&id=6559&idSeccao=1696&Action=noticia>]

- apoios institucionais da Segurança Social e da Saúde;
- candidaturas a financiamento externo (Fundação Oriente, IC LEADER, Programa PARES e também de fundações estrangeiras);
- solidariedade externa: Grupo de Amigos da ASTA, Bolsa de Valores Sociais (venda de obras oferecidas por artistas nacionais e estrangeiros)

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- maior consciência relativamente à existência de diferenças e à necessidade de dar respostas integradoras;
- desenvolvimento do espírito de dádiva (casas para os serviços) e maior disponibilidade para o trabalho voluntário (na Associação);
- recuperação do gosto de viver na aldeia e de recuperar as casas antigas;
- “valorização da ruralidade” por parte da população utente e dos seus familiares de origem urbana;
- geração de sinergias entre instituições, através de parcerias e redes inter-institucionais, “valorizando os recursos endógenos” (trabalhos em lã de ovelha, papel reciclado e cera de abelha);
- dinamização da vida cultural: exposição de trabalhos artesanais e artísticos; saraus musicais; tertúlias e workshops;
- reforço da “consciência ecológica, social e humana” da comunidade: separação dos lixos, compostagem, “cozinha pedagógica”.

### **3. CAMBESSES DO RIO** (conc. de Montalegre)

Cambeses do Rio é uma aldeia e sede de freguesia que, à data dos últimos Censos, contava com uma população residente de 130 pessoas e uma baixa densidade populacional (cerca de 8,6 Km<sup>2</sup>). Trata-se duma freguesia rural marcada pelo envelhecimento, em que a actividade agrícola ocupa ainda grande parte da população activa (41,2%).

#### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base autárquica (legitimidade democrática), que se traduz na valorização do património e no acesso e na participação da população, sobretudo a mais idosa, em actividades culturais. Inclui o envolvimento de lideranças locais e a auto-organização, com o

financiamento sobretudo garantido pela autarquia, mas também através da comercialização de produtos resultantes das actividades.

## **Actores-chave**

A Câmara Municipal de Montalegre desenvolveu, através da Biblioteca Municipal, o projecto “Itinerâncias culturais e sociais com seniores barrosões”, com o objectivo de dinamizar o acesso à cultura por parte da população sénior do concelho. Esta população mais idosa é vista não apenas como “receptora”, mas também como fonte de dinamização cultural do concelho, procurando valorizar e recuperar saberes e experiências que remetem para a identidade cultural da região.

Através da promoção da leitura, o projecto começou por procurar, de forma itinerante, as populações nos Lares e IPSS. Alargando depois ao conjunto da população, o projecto visou criar um “pólo móvel democratizador de bens e ofertas que promovam a aprendizagem e a sustentabilidade, através de actividades culturais, sociais e recreativas onde também se fomenta o aumento da auto-estima, da autonomia e da socialização”. O objectivo foi também encorajar a constituição de grupos em vários pontos do concelho a partir desta experiência.

Na aldeia de Cambeses do Rio constituiu-se um grupo de mulheres artesãs, através-do contacto com a da Junta de Freguesia com o projecto do município. Aproveitando a disponibilidade de uma liderança local, mobilizaram-se algumas mulheres da aldeia para a produção de artigos à base de lã, seguindo métodos tradicionais. O grupo realiza serões, várias vezes por semana, em que se trocam saberes e se manufacturam os produtos. A dinâmica permite, assim, fomentar o convívio e a sociabilização, quebrando o isolamento, em particular dos idosos, conseguindo ao mesmo tempo dar vida e visibilidade a formas tradicionais de produção local.

Os serões decorrem na antiga escola primária da aldeia, cedida para o efeito e agora equipada com instrumentos tradicionais para trabalhar a lã. As instalações foram recuperadas, também com fundos provenientes da venda dos materiais produzidos pelo grupo.

## **Apoios**

O grupo de mulheres de Cambeses conta sobretudo com o apoio logístico e financeiro do poder autárquico. Além deste suporte, o Ecomuseu do Bar-

roso, uma instituição que preserva e divulga o património da região, expõe e comercializa os produtos da actividade do grupo.

### **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- inserção cidadã da população mais idosa, fomentando a sociabilização e combatendo o isolamento;
- mobilização das instituições locais para a dinamização cultural e cidadã;
- recuperação e valorização de saberes e elementos identitários da comunidade;
- valorização dos recursos endógenos na promoção e atractividade do território;
- requalificação de edifícios e estruturas desactivadas para as actividades de valorização dos recursos endógenos.

## **4. COVIDE** (conc. de Terras do Bouro)

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno verticalizado (liderança forte, legitimidade carismática), pela criação de serviços sociais à colectividade e aproveitamento de recursos locais para comercialização, com envolvimento dos residentes e recurso a financiamento através de programas sociais e a doadores externos.

### **Actores-chave**

Proprietária local, muito activa e com capital social elevado (hoje com 86 anos). Ela começou por criar na aldeia, em 1960, um Centro de Educação Familiar da Obra das Mães (OM), para educação das mulheres, mais tarde (em 1981) convertido em Centro Social Paroquial. O património fundiário familiar (casa de família e terrenos) passou para uma fundação de que ela é administradora (Fundação Calcedónia), que serve de garantia aos empréstimos bancários para os melhoramentos ou investimentos. Na casa funciona um restaurante de cozinha tradicional. Nos terrenos cultivam-se produtos agrícolas e plantas medicinais e aromáticas e, nos pavilhões da casa, preparam-se compotas, broa, enchidos e licor para o restaurante e para comercialização.

Nesta aldeia, a proprietária e mais tarde a Fundação por ela criada aparecem como o motor do processo de revitalização da aldeia. Em 1985 foi elaborado o projecto de constituição de uma ILE e, em 1990, construído um Centro de Artes e Ofícios Tradicionais. Em 1994 foram construídos mais 3 pavilhões, incluindo uma loja e, em 1996, foi criada uma ADL denominada Pedras Brancas. Em finais de 2001 a Fundação envolveu-se no turismo rural adquirindo e restaurando uma casa antiga da aldeia e, em 2008, obteve licenciamento para a construção de um fumeiro e para o fabrico de compotas.

## **Apoios**

Os apoios foram vários: da *Cooperativa os Solidários*, para a constituição da ADL; da *Associação ATHACA* (surgida com o programa LEADER), para acções de formação na aldeia (para a cultura e tecelagem do linho); da *Câmara Municipal de Terras de Bouro*, para o Centro Interpretativo de cavalos em terrenos da Fundação; da *Direcção Regional de Agricultura*, para a criação de um campo experimental de hipericão do Gerês e, mais recentemente, da *Universidade do Minho* para investigação e acompanhamento da cultura de plantas medicinais e aromáticas. Estes apoios foram decisivos para a realização das várias etapas do projecto, tal como a capacidade de realização da promotora, a sua rede de conhecimentos e a legitimidade social da sua liderança local.

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- promoção e rentabilização de potencialidades endógenas (gastronomia: cozinha tradicional, enchidos, compotas, broa, licores; plantas medicinais e aromáticas; mel; turismo rural);
- produção de serviços sociais de proximidade: valências da IPSS Centro Social Paroquial; empresa de inserção;
- dinamização da vida cultural da aldeia: exposições, palestras, iniciativas de memória (desfolhada, ciclo do pão);
- potenciamento do emprego e da fixação das pessoas no lugar;
- requalificação de edifícios e estruturas desactivadas, para as actividades de valorização dos recursos endógenos.

## 5. MERUGE (conc. de Oliveira do Hospital)

### Modelo

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), que se traduz na capacidade de valorização dos recursos endógenos (produtos de qualidade, memória e património natural) e na oferta de serviços de proximidade, com o envolvimento da comunidade e com recurso ao financiamento público externo.

### Actores-chave

No plano associativo, a *Associação dos Amigos de Meruge*, criada em 1970<sup>18</sup>, desempenhou um papel muito importante – num momento em que muita gente da aldeia saía para longe para melhorar a vida – na concertação e envolvimento desses recursos humanos já muito dispersos, em acções de valorização do património e de estímulo ao investimento na aldeia, ao mesmo tempo que assumia um papel igualmente importante na manutenção da identidade e coesão dos naturais<sup>19</sup>. Na sequência da sua acção outras colectividades foram surgindo, autónomas ou como secções suas: futebol, cantares, Associação do Centro Recreativo e Cultural Nossa Sra. do Rosário, de Nogueirinha, Associação dos Jovens da Freguesia de Meruge, associação RNAJ, que apoia a Escola de Musica, o Grupo de Jovens de Nogueirinha,; Comissão de Regantes.

Em 1998 foi criada a *Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobre* que veio trazer um impulso novo na realização de projectos, mais ambiciosos e nas mais diversas áreas (social, cultural e desportiva). Em 2000 é reconhecida como IPSS e pessoa colectiva de utilidade pública, recorrendo a financiamento público institucional para a concretização dos projectos. A ela coube elaborar o Programa de Desenvolvimento de Meruge, que incluiu a reconstrução do forno comunitário (1999), a criação do Museu Etnográfico, a abertura de uma Loja de Venda

18 Veio substituir duas agremiações então existentes: a Liga dos Amigos de Meruge e a Sociedade Recreativa e Progresso Merugense.

19 “Depois do 25 de Abril transformou-se na mais fecunda, eclética e activa colectividade da Freguesia e uma das mais prestigiadas do Concelho. Construção da Sede, situada junto ao ex-libris da povoação, o Terreiro do Santo e a Lage Grande, que passou a albergar todas as Secções, tendo em funcionamento um Local de Convívio com Bar e um Salão Polivalente para espectáculos e actividades culturais. Em 1999 com struiu o seu Polidesportivo descoberto, para Torneios de Futebol de 5 e funcionamento da Escola de Ténis, da Escola de Andebol e da Escola de Futebol” (fonte: website).

de Produtos Locais (cabazes de produtos regionais) e a criação de uma Empresa de Inserção de Meruge (5 postos de trabalho), que produz enchidos e compotas tradicionais, tem uma lavandaria, serviços de jardinagem e uma horta biológica (13 postos de trabalho).

Incumbe-lhe ainda promover a realização anual da Feira do Porco e do Enchido, que representa uma actividade comercial e artesanal de longa tradição e à qual não é indiferente o “capital cívico” acumulado pela população de Meruge. A Associação de Desenvolvimento está envolvida como parceiro principal no Contrato de Desenvolvimento Local celebrado com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Finalmente a Junta de Freguesia inclui um conjunto vasto de actividades no documento *As Grandes Opções do Plano Para o Quadriénio 2012/2015* (vd. webpage da JF), que se articulam visivelmente com o programado pela Associação de Desenvolvimento e outras estruturas associativas da freguesia, evidenciando uma relação de cooperação consolidada entre as organizações locais.

## **Apoios**

Os apoios externos resultam sobretudo de candidaturas feitas pelas organizações locais junto de entidades públicas e privadas de apoio técnico e/ou financiamento, designadamente: Segurança Social, ADIBER, IEFP e Câmara Municipal.

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- na “capacidade de articular e gerir os diversos recursos” promovendo sinergias positivas (vg. Escola-Oficina em Fumeiro / Empresa de inserção / Loja de Produtos Tradicionais);
- difundir e radicar uma cultura de voluntariado e cooperação solidária em acções de bem-estar geral;
- reforçar as identidades locais e o “orgulho identitário”;
- promover e rentabilizar potencialidades endógenas;
- produção de serviços sociais de proximidade: valências da IPSS; empresa de inserção;
- dinamização da vida cultural da aldeia.



## **6. MIRO** (conc. Penacova)

Situada a cerca de 30 Kms de Coimbra, Miro é uma aldeia da freguesia de Friúmes, no concelho de Penacova. Com perdas demográficas relativamente baixas nas últimas décadas, esta freguesia apresenta no entanto sinais de envelhecimento da sua população (Índice de Dependência de Idosos passou de 37,2% para 51,2% entre 2001 e 2011).

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), que se traduz na articulação de cooperativismo entre pequenos produtores agrícolas com a resposta social através da oferta de serviços de proximidade, com recurso a financiamento público externo.

### **Actores-chave**

O Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro (GSSDCRM) é a organização que está no centro da dinamização social e económica da aldeia. Fundado em 1978, começou a sua actividade fundamentalmente pela organização da prática desportiva (nomeadamente, o atletismo e mais tarde o futebol) entre a juventude, tendo ao longo do tempo diversificado bastante as suas áreas de intervenção.

Em 1986 foi criado o Rancho Típico de Miro “Os Barqueiros do Mondego”, que se tornaria uma secção autónoma do GSSDCRM a partir de 2003, ano em que mais duas secções foram criadas: a Associação dos Amigos da Caça e Pesca do GSSDCRM e a Associação para Actividades de Lazer e Desportos Radicais do GSSDCRM.

A partir de 2002 a associação é reconhecida como IPSS e inicia uma valência de apoio domiciliário. No ano seguinte é recuperado um imóvel na freguesia para se tornar a sua sede social, onde funcionam as secções e o agrupamento de escuteiros. Entretanto, outras frentes tinham já sido iniciadas, como a educação de adultos ou o serviço de transportes. Em 2006 o GSSDCRM, por acordo com a Câmara Municipal de Penacova, passa a explorar o Complexo Turístico da Serra da Atalhada, composto por uma unidade de restauração e um conjunto de moinhos adaptados para o Turismo em Espaço Rural. Em 2009 entrou em funcionamento o Complexo Social, que se constituiu com um centro de múltiplas valências: Lar, Cen-

tro de Dia, apoio domiciliário e creche.

Em 2012 é constituída a Cooperativa “Produtos da Nossa Aldeia”, que junta pequenos agricultores locais. A grande inovação é a sua estreita ligação com o GSSDCRM e, em particular, com as necessidades de fornecimento do Complexo Social. Com a iniciativa e o apoio burocrático e de planeamento do GSSDCRM, está a ser possível a pequenos agricultores vencerem uma série de entraves legais, assegurando em simultâneo dois grandes objectivos: incentivar e dinamizar a produção agrícola, garantindo condições e escoamento a quem produz; e assegurar ao Complexo Social o fornecimento de produtos agrícolas de qualidade e produzidos localmente. Entretanto, foi também constituída uma empresa que presta serviços vários de apoio técnico à actividade agrícola e florestal.

## **Apoios**

A Cooperativa “Produtos da Nossa Aldeia” funciona em articulação e com o suporte profissional do Complexo Social de Miro. Por sua vez, o GSSDCRM estabelece protocolos ou conta com o apoio de diversas entidades, com destaque para a Segurança Social e para a Câmara Municipal de Penacova.

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- revitalização e incremento da actividade agrícola, com o incentivo à associação entre pequenos agricultores e segurança no escoamento;
- dinamização da economia local, permitindo gerar rendimentos e fixá-los na aldeia;
- ampla resposta social, com a criação de múltiplos serviços sociais de proximidade;
- forte capacidade para gerar emprego (só no Complexo Social trabalham cerca de 50 pessoas);
- estratégia diversificada para, com base associativa local, criar serviços e rendimentos que revertem a favor da comunidade;
- dinamização de diversas actividades culturais e desportivas, com envolvimento da população;
- requalificação de património para as actividades turísticas e de valorização dos recursos endógenos.

## **7. QUERENÇA** (conc. de Loulé)

Querença é uma freguesia rural situada a 5 km da sede do concelho, Loulé. Tinha 737 habitantes em 2011 e apresenta um declínio demográfico moderado (-3,7%) na última década, embora com um Índice de Envelhecimento relativamente elevado (429/100). A ocupação predominante é hoje no sector terciário, sendo a agricultura para muitas famílias uma actividade residual e complementar (em termos de trabalho e de rendimento): apenas 6% dos produtores se ocupam a tempo inteiro ou a mais de 75% de tempo inteiro na agricultura; e apenas para 10% dos produtores a origem do seu rendimento é, principal ou exclusivamente, obtido na exploração agrícola.

### **Modelo**

Desenvolvimento exógeno com comprometimento local pouco institucionalizado, a partir de uma intervenção fundada num projecto piloto desenhado para desenvolver actividades de valorização de recursos endógenos e na criação de oportunidades de criação ou manutenção de emprego na aldeia, com o envolvimento da comunidade e o com recurso a financiamento público externo.

### **Actores-chave**

O primeiro actor-chave é a Universidade do Algarve que desenhou e pôs em execução o projecto-piloto de Querença. O projecto consiste em deslocar jovens estudantes universitários para a aldeia, durante nove meses, e usá-los como mediadores de desenvolvimento e criadores de iniciativa na aldeia.

### **Apoios**

Têm sido mobilizados muitos apoios institucionais e não só. Destacam-se entre os primeiros: a Secretaria de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional, a Caixa Geral de Depósitos, a Fundação Calouste Gulbenkian, o IEF<sup>20</sup>, a Honda<sup>21</sup>, a Universidade do Algarve e o Crédito Agrícola Mútuo. A comunicação social merece uma referência especial. Nos segundos, incluem-se a oferta de alojamento na aldeia para os jovens, cedência de equipamentos e logística, sendo que a forte ligação com a comunidade

20 Financiou as bolsas para os estudantes

21 Oferta de equipamento mecânico (motocultivadora, moto-enxada).

local foi essencial.

## **8. SAFARA** (conc. de Moura)

Safara é uma freguesia rural com cerca de 1000 habitantes em 2011, níveis de declínio demográfico (-7,6%) e de envelhecimento (taxa de 176/100) moderados na última década. A ocupação predominante é, desde 2001, no sector terciário, estando a agricultura a representar uma actividade residual e complementar (em termos de trabalho e de rendimento) para muitas famílias (apenas 12% dos produtores se ocupam a tempo inteiro ou a mais de 75% de tempo inteiro na agricultura; para mais de dois terços dos produtores a principal origem do rendimento é exterior à exploração agrícola).

### **Modelo**

Desenvolvimento exógeno com comprometimento local de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), que se traduz na oferta de serviços mínimos de proximidade, com o envolvimento da comunidade e com recurso a financiamento público externo. A dependência de ajuda externa ainda não pôde ser superada.

### **Actores-chave**

O processo de revitalização parece ficar a dever-se à iniciativa articulada de uma médica de saúde pública que veio trabalhar para Safara e da ADCMoura, uma associação de desenvolvimento local com sede em Moura, constituída em 1993 para “apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do concelho de Moura. De entre as “causas” que mobilizaram a intervenção da ADCMoura, contam-se a da qualificação técnica de agentes de desenvolvimento local (incluindo a dos próprios colaboradores da associação) e a necessidade de criar respostas ajustadas na área dos serviços sociais de proximidade, em conjugação com a inserção de mulheres no mercado de trabalho. O envolvimento cívico e a capacidade de liderança da profissional de saúde explicam, em boa medida, o sucesso da intervenção.

Identificadas as principais necessidades de apoio às pessoas idosas e dependentes, foi possível mobilizar a Casa do Povo e utilizar o apoio da AD-

CMoura para a criação de um Centro Social e Comunitário (CSC), com as valências de apoio domiciliário e centro de dia (já existia um lar para idosos gerido pela paróquia), beneficiando da ajuda do Programa INTEGRAR para recuperar um edifício e da ADC Moura para a formação de ajudantes familiares. Abriu em Julho de 1999 e, desde então, tem alargado o seu campo de acção a pessoas com problemas mentais, homens sozinhos e acompanhamento de famílias beneficiárias do RSI. O objectivo seguinte, prestes a realizar-se, é a contratação de um fisioterapeuta e de um psicólogo para apoio a essas pessoas, a partilhar por diversas instituições.

A criação do CSC a partir da Casa do Povo desencadeou, por diferentes vias, a reanimação desta instituição e das suas outras secções (grupo desportivo, tempos livres, grupo coral, etc.) bem como, em geral, da própria comunidade. A ideia subjacente ao projecto-piloto de Safara é a de que ele possa servir de exemplo e campo de experimentação para outras aldeias que não puderam ter o mesmo impulso inicial. Ao mesmo tempo adoptou-se uma filosofia de desenvolvimento endógeno ao recorrer-se preferencialmente à mão-de-obra da aldeia (construção, carpintaria, equipamento) sempre que necessário, ao apoiar o desenvolvimento de actividades complementares da agricultura (artesanato, produções agroalimentares), ao tentar criar emprego pela dinamização de novos serviços (ATL, Centro de Artesanato, redinamização das associações) e atracção de visitantes.

As condições económicas não favorecem a presença dos mais novos: as condições para a agricultura são muito desfavoráveis, o sector secundário retrai-se devido à crise na construção civil. Apenas o sector dos serviços cria algumas oportunidades (por exemplo, a doçaria tradicional). O factor mais atractivo acaba por ser a existência de condições mínimas – posto de saúde, apoio aos idosos, apoio à infância – que justifica algum regresso de emigrantes.

## **Apoios**

Os apoios mais permanentes e próximos vêm da ADCMoura, quer em termos de apoio técnico quer de informação e reflexão estratégica. As ajudas materiais para viabilizar os projectos têm vindo de vários lados, desde os programas competitivos, como o INTEGRAR, aos programas do IEFP ou da Segurança Social.

## **9. SÃO PAIO** (conc. Gouveia)

Situada nas imediações de Gouveia, sede de concelho, São Paio é uma aldeia e freguesia que, segundo os últimos Censos, conta com uma população superior a 800 pessoas, embora tenha perdido 12,4% dos residentes entre 2001 e 2011. As estatísticas mais recentes demonstram também o declínio do peso da indústria (entre 2001 e 2011, a proporção da população activa no sector secundário passou de 42,9% para 20,9%), depois de décadas em que a aldeia esteve marcada pela presença de várias fábricas de lanifícios.

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), congregando diversos actores associativos e institucionais da freguesia, o que se traduz na recuperação e valorização do património e cultura locais, com recurso a financiamento público externo.

### **Actores-chave**

A ADRUSPA - Associação de Desenvolvimento Rural de São Paio, fundada em 2000, constituiu-se com o objectivo de congregar várias instituições locais (Junta de Freguesia, Adegas Cooperativas, coletividades) e pessoas a título individual. Desta forma, além de concertar esforços e uma estratégia coerente para o desenvolvimento da aldeia, tornou possível a candidatura a fundos públicos.

Assim, o desenvolvimento de projectos sucessivos permitiu a recuperação de um antigo lagar para a constituição do Museu de Aldeia. Esta estrutura criou um novo espaço para a dinamização cultural na aldeia, apostando na valorização da história e referências culturais locais. O Museu é constituído pelo lagar de azeite, agora recuperado, um espaço para teatro e outras actividades culturais e espaços de convívio. Nele são divulgados vários documentos e fotografias etnográficas, nomeadamente relativas ao passado ligado à indústria de lanifícios. O trabalho voluntário no âmbito da ADRUSPA permitiu ainda elaborar um registo completo das últimas gerações e as origens familiares dos habitantes da aldeia, também disponível para consulta no Museu. Para breve, prevê-se que entre em funcionamento um bar no Museu, o que permitirá ampliar os momentos de convívio e algum financiamento para as actividades.

Esta dinâmica associativa produziu ainda outras iniciativas locais. Algumas visam sobretudo promover o convívio e a relação com o património local, como é caso da organização de caminhadas temáticas (percorrendo os aspectos culturais e patrimoniais locais), convívios e serões de aldeia. Outras têm um cariz mais mediático e de promoção do território e das actividades locais, de que são exemplo: o Festival do Requeijão, para a comercialização da produção local; o concurso do foliar da Páscoa, ao qual se associou a venda de produtos locais; ou ainda o Festival das Sopas, que tem lugar na aldeia e é organizado pela ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (organização que é integrada também pela ADRUSPA).

## **Apoios**

A ADRUSPA recorreu a financiamento público competitivo, nomeadamente para a recuperação do lagar e a constituição do Museu de Aldeia: Programa AGRIS, em 2000, permitindo várias obras para recuperação do edifício e ainda outras intervenções na aldeia; mais tarde, no âmbito do Programa LEADER+, foi possível a intervenção no interior do edifício e o financiamento para algum do acervo do museu; recentemente, com recurso ao Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva, para a recuperação de uma das salas do edifício.

Além de ser uma organização que procura, em si mesma, sinergias entre várias organizações locais, a ADRUSPA integra a ADRUSE e tem relação/parcerias com o poder autárquico e com outras organizações da região (como o GAF – Grupo Aprender em Festa, de Gouveia).

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- mobilização das instituições locais para a dinamização cultural e para a valorização de elementos identitários da comunidade;
- criação de uma dinâmica de sociabilização e envolvimento da comunidade em iniciativas colectivas;
- valorização de recursos endógenos na promoção e atractividade do território;
- requalificação de edifícios e estruturas desactivadas para as actividades de valorização da cultura e identidade locais.

## **10. SÃO TORCATO** (conc. de Guimarães)

São Torcato é uma vila e sede de freguesia situada na margem esquerda do Rio de Selho, a cerca de 5 km de Guimarães, com um forte passado rural e detentora de um património natural e cultural que a tornam um dos potenciais turísticos do concelho. Presentemente, a maior parte da população activa está empregada no sector secundário.

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), que se traduz numa capacidade de valorização dos recursos endógenos (produtos de qualidade, memória e património natural) e na oferta de serviços de proximidade, com o envolvimento da comunidade e com recurso a financiamento público externo.

### **Actores-chave**

A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL), constituída em 1994 por um conjunto de pessoas da comunidade – membros de anteriores direcções da extinta Casa do Povo, membros de várias associações, de grupos folclóricos, de associações culturais e técnicos – é o principal actor-chave. Ela tem por missão “cooperar com as comunidades locais no seu desenvolvimento integrado e sustentado, procurando melhorar as condições de vida das populações, no plano individual e colectivo, numa perspectiva de promoção da cidadania activa e da inclusão social” (Estatutos)<sup>22</sup>. Em traços largos a sua acção orienta-se:

- a) para a educação e formação de crianças e jovens;
- b) para a revalorização do artesanato, produtos tradicionais e cultura popular; e
- c) para a oferta de serviços sociais.

No domínio da educação e formação, salienta-se o projecto “Puerpolis II”, financiado pelo Programa *Escolhas*, com início a 1 de Janeiro 2010 e terminado a 31 de Dezembro de 2012, que visa “criar um espaço onde os jovens possam desenvolver as suas iniciativas, terem uma voz activa, darem a conhecer as suas preocupações e opiniões, desenvolvendo, para o efeito, uma série de iniciativas, nos territórios das Comissões Sociais Inter-fre-

<sup>22</sup> Informação recolhida do site da ADCL: <http://www.adcl.org.pt>. As referências seguintes entre parêntesis são retiradas da mesma fonte,



guesias Vale do Ave e Castreja, em articulação com um grupo alargado de parceiros em consórcio”.

No domínio da revalorização das actividades tradicionais é de mencionar a organização anual da “Feira da Terra”, que se realiza desde 1995 em S. Torcato, e que tem como principal finalidade a promoção e divulgação de actividades locais, nomeadamente as que estão associadas ao mundo rural e ao artesanato da região. A “Feira da Terra” é também um “espaço de divulgação de projectos e iniciativas educativas e culturais realizadas ao longo do ano por esta associação”.

Finalmente, no domínio da acção social, A ADCL “enraíza-se” num Projecto de Luta Contra a Pobreza, iniciativa da Segurança Social em colaboração com a Universidade do Minho e o Ensino Recorrente/Educação de Adultos.

Em 1996 é reconhecida como IPSS e, a partir dessa altura, gere alguns equipamentos e presta serviços sociais: Lar de Infância e Juventude, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; Centro Comunitário; Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Actividades de Tempos Livres de Gonça e S. Torcato. A sua acção neste domínio baseia-se na consulta à população: “uma preocupação central deste projecto foi que as acções nascessem de um inventário claro de necessidades locais e a partir da formulação de opinião das pessoas da comunidade” (entrevista a Manuel Sarmento, Presidente ADCL).

Para além da ADCL outras associações e grupos locais expressam o dinamismo societal da Vila de São Torcato e das demais freguesias do vale: *Outra Voz, Ginástica Sénior, Entretecer, City Maquette, Bem-Envelhecer, TIC Sénior e TIC para adultos com necessidades especiais, Grupo de Bordados e de Teatro, Jornadas da Juventude e do Teatro, Feira da Terra e Grupo de Guitarras.*

## **Apoios**

A ADCL tem desenvolvido, desde a sua constituição, um intenso trabalho em parceria com entidades locais, regionais, nacionais e transnacionais. Dos parceiros exteriores ao território, destacam-se a Universidade do Minho, a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e a ANIMAR.

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- criação e dinamização das redes locais, potenciando os recursos existentes e fomentando a criação de redes e novos recursos;
- dinamização da vida social e cultural da comunidade/região;
- reforço do exercício do direito de cidadania; através da integração e participação social e comunitária;
- criação e dinamização de espaços e tempos de (in)formação, encontro e descoberta de 'culturas', lugares e sensações, para e com a comunidade como forma de perpetuar as tradições e cultura local;
- introdução de novos conceitos estéticos e de valor que poderão desencadear novos projectos culturais e artísticos com raízes tradicionais e populares;
- valorização do indivíduo, na criação de experiências que lhe sejam gratificantes, numa relação harmoniosa consigo e com o mundo.

### **11. VALE DE FIGUEIRA** (conc. de Santarém)

Vale de Figueira é uma freguesia do concelho de Santarém, situada a 14Km da sede do concelho. Na última década perdeu 16% da sua população e viu o seu índice de dependência dos idosos agravado. Sendo uma freguesia rural com algum peso do emprego industrial dada a sua proximidade com a cidade de Santarém, a ocupação agrícola (tal como a industrial) vem reduzindo a sua importância e em 2011 a maioria da população estava no terciário económico e social. Os níveis de escolaridade no ensino secundário e superior são relativamente elevados.

#### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), que se traduz na prestação de serviços relevantes à comunidade nas áreas sociais, nomeadamente no apoio a idosos. Aposta forte no envolvimento da comunidade, nomeadamente através do trabalho voluntário e recurso a financiamento público externo.

## Actores-chave

O Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira (CBESVF) é uma IPSS fundada em 1991, a partir da vontade de um conjunto de cidadãos da freguesia já com anterior experiência de intervenção (participação no poder autárquico, colectividades, etc.). O trabalho da instituição abrange não só a freguesia de Vale de Figueira, mas também a contígua S. Vicente do Paul.

O CBESVF proporciona respostas sociais diversas, através dos serviços de Centro de Dia (com mais de 30 utentes), apoio domiciliário a mais de 20 pessoas (7 dias por semana, em alguns casos) e Centro de Convívio. Para o primeiro semestre de 2013 está prevista a inauguração de um Lar, com capacidade para 38 pessoas. Estando centrado no apoio a idosos, o trabalho do Centro inclui vertentes de cuidados pessoais, saúde e outras, como a formação. A falta de crianças determinou o encerramento de um ATL, que funcionou durante 2 anos. O CBESVF emprega actualmente 16 pessoas e, em breve, garantirá cerca de 30 postos de trabalho.

A estratégia de actuação do Centro, bem como o discurso de responsáveis e técnicos/as, não separa as necessidades de apoio social do compromisso e preocupação com o desenvolvimento local. Esta opção é bem revelada pela decisão de elaborar um "Plano de Desenvolvimento Estratégico" para a freguesia, envolvendo as questões sociais, culturais e relacionadas com o emprego. Esse documento orientou a intervenção, em que se procurou cumulativamente ir colmatando as necessidades diagnosticadas: ATL, Centro do Dia, apoio domiciliário, Lar e desenvolvimento de actividades culturais para envolvimento da população. Também relevante na estratégia de intervenção é o envolvimento da comunidade nos serviços prestados pelo Centro, através da importante mobilização do trabalho voluntário (cerca de 50 pessoas envolvidas, nomeadamente para garantir a prestação dos serviços ao fim-de-semana).

Além do apoio social, foram desenvolvidas iniciativas de mobilização da comunidade a partir de elementos identitários comuns, como a Feira do Arroz Doce; participação na Festa do Tomate, Azeite e Alho; e, mais recentemente, a Festa da Sopa.

## **Apoios**

Os apoios externos resultam sobretudo de protocolos ou projectos financiados com entidades públicas e privadas, encontrando-se entre as mais relevantes a Segurança Social, o IEFP, a Direcção Geral de Saúde e o poder autárquico (Juntas de Freguesia de Vale de Figueira e S. Vicente do Paul). São também estabelecidas parcerias ou ligações a várias organizações locais, designadamente as que prestam também apoio social ao nível do concelho.

## **Dinâmicas de revitalização**

As dinâmicas desencadeadas manifestam-se em vários domínios:

- garantir respostas sociais vitais para os sectores mais vulneráveis (idosos, pessoas em situação de pobreza, etc.);
- disponibilizar serviços relevantes em áreas sociais (cuidados pessoais, saúde, etc.);
- mobilização da comunidade para a identificação e resolução dos seus problemas, difundindo e radicando uma cultura de voluntariado e cooperação solidária em acções de bem-estar geral;
- geração de emprego na freguesia;
- dinamização da vida cultural da aldeia, através da realização de momentos de convívio colectivo e da organização de iniciativas temáticas de maior dimensão;
- capacidade institucional, na mobilização de recursos (candidaturas a apoios públicos e privados) e na constituição de parcerias.

## **12. IDANHA-A-NOVA (Concelho)**

Idanha-a-Nova é um concelho raiano situado no extremo leste do distrito de Castelo Branco, encontrando-se as sedes de concelho e distrito a cerca de 40 Km de distância. Com uma baixa densidade populacional (6,9 hab/km<sup>2</sup>) e um Índice de Envelhecimento elevado (453), segundo os últimos registos censitários, o concelho debate-se com a perda de demográfica (-16,7% entre 2001 e 2011) e com uma população envelhecida (Índice de Dependência de Idosos passou de 80,8% para 89,3% entre 2001 e 2011).

## **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base institucional e autárquica (legitimidade democrática), que se traduz no incentivo à actividade económica e à fixação da população a partir do impulso à instalação de empresas, nomeadamente de produtores agrícolas, e ao apoio ao investimento no concelho.

## **Actores-chave**

A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem em curso um conjunto de iniciativas para contrariar a progressiva perda e envelhecimento da população do concelho. Através da campanha-*slogan* “Não emigres, migra”, a autarquia procura atrair pessoas e criar condições para a sua fixação no território, através de diversos instrumentos. Além de uma Incubadora de Empresas e de outras valências, destaca-se a *Incubadora de Base Rural – projecto Terra à Vista*, que promove a cedência de terrenos agrícolas a baixo custo e por períodos dilatados (de 7 a 10 anos ou 12 a 20 anos, conforme as actividades a desenvolver e o investimento a realizar).

Com a Incubadora de Base Rural, os cerca de 550 ha da Herdade do Couto da Várzea, propriedade pública abandonada depois de alguns anos de utilização enquanto campo experimental, foram colocados à disposição para arrendamento a preços muito inferiores aos de mercado (valores por hectare entre os 200 e os 50 euros por ano). A cedência foi atribuída através da selecção de candidaturas, segundo critérios como o compromisso de investimento e produção, mas também a fixação da residência no concelho. O projecto, prioritariamente dirigido a jovens, visa criar condições para o aparecimento de empresas de base rural produtivas e sustentáveis que venham a estimular indirectamente outros sectores da economia.

## **Apoios**

Para o desenvolvimento do projecto da Incubadora de Base Rural, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova contou com a parceria do Ministério da Agricultura, o que tornou possível arrendar a propriedade por um período de 20 anos.

Da estrutura de gestão da Incubadora fazem parte, além da autarquia, a Direcção Regional de Agricultura e a Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Com a participação destas duas entidades pretendeu-se também garantir o apoio técnico aos empreendimentos instalados, quer na candi-

datura a apoios públicos para projectos de investimento, quer nas questões mais directamente relacionadas com a produção agrícola.

### **Dinâmicas de revitalização**

Estando ainda o projecto da Incubadora de Base Rural em fase de arranque e instalação dos produtores, muitos dos seus resultados esperados não estão ainda concretizados. No entanto, o elevado número de candidaturas e a perspectiva de preenchimento pleno da área disponível, revela o interesse e uma nova atractividade do território. Prevê-se a instalação de cerca de 40 produtores, maioritariamente com o compromisso de residência no concelho. Os investimentos previstos são também relevantes, bem como o efeito que se espera para os outros sectores da economia local.

Pedro Hespanha e Tiago Gillot

Fevereiro de 2013

# ANEXO 4

## O perfil estatístico das aldeias isoladas ou em declínio demográfico acentuado

Não existe uma definição administrativa nem tão pouco estatística de aldeia. O sentido mais corrente do termo aldeia consiste num agregado populacional contínuo de pequena dimensão que tem identidade própria enquanto comunidade de vizinhança<sup>1</sup>. Orlando Ribeiro confirma a imprecisão do conceito, identifica as aldeias como lugares onde a população se aglomera e distingue três tipos de aldeias em Portugal - o transmontano, o alentejano e o estremenho -; o primeiro marcado pelo forte comunitarismo, o segundo marcado pela elevada segmentação social e o terceiro marcado pelo maior individualismo e abertura ao mundo exterior (Ribeiro, 1971).

Do ponto de vista da organização administrativa do território, as circunscrições administrativas de menor dimensão são as freguesias as quais, frequentemente, não correspondem apenas a uma única aldeia<sup>2</sup>.

Do ponto de vista estatístico e em termos de dimensão, os recenseamentos da população identificam como unidade territorial, abaixo da freguesia, os lugares, definindo lugar como um "aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais fregue-

1 Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss a aldeia é uma "povoação de pequenas proporções, menor do que a vila".

2 Embora seja raro, uma mesma aldeia pode pertencer a mais de uma freguesia ou a mesmo mais de um concelho (Hespanha, 1994: 176).

sias”<sup>3</sup>. Contudo a identificação de lugares com aldeias não é correcta pois pode haver aldeias com mais de um lugar e pode haver lugares que não têm características das aldeias, pois lhes falta o atributo da ruralidade.

Vale a pena ter em conta que as estatísticas oficiais portuguesas não classificam os agregados populacionais segundo a variável rural - urbano, mas apenas segundo a variável dimensão dos lugares. A tentativa de associar o carácter rural a lugares de pequena dimensão é muito discutida porque não integra outras variáveis não demográficas constitutivas do conceito de rural. Ainda assim existe uma classificação das freguesias segundo a variável rural - urbano disponibilizada pela DGOTDU e, mais recentemente, uma classificação baseada em variáveis populacionais e não populacionais desenvolvida no estudo *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental* (Figueiro, 2005).

A informação disponibilizada pelos últimos Censos da População não permite desagregar os agregados populacionais de dimensão inferior a dois mil habitantes, um valor que é identificado correntemente com a condição rural dos agregados<sup>4,5,6</sup>.

Ainda assim a informação estatística disponibilizada pelos Censos da População e pelo Recenseamento Geral Agrícola permite clarificar, ainda que de uma forma limitada pelos constrangimento já apontados, o perfil das aldeias estudadas (doravante ASAS), cuja definição integra importantes critérios demográficos, a saber: o seu isolamento e o seu declínio demográfico acentuado.

Nesse sentido e tirando partido da actualidade da informação das duas principais fontes de informação estatística - os Censos de 2011 e o RGA de 2009 - é possível trabalhar de uma forma bastante aprofundada esse

3 Segundo o Manual de Procedimentos revisto (INE, 2002) os limites dos lugares, em caso de dificuldade na sua clara identificação, devem ter em atenção a continuidade de construção, ou seja os edifícios que não distem entre si mais de 200 metros. Para este efeito, não se considera a descontinuidade de construção motivada por interposição de vias de comunicação, campos de futebol, logradouros, jardins, etc.

4 No Decreto da Assembleia da República que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica passam a considerar-se lugares urbanos aqueles que têm uma população igual ou superior a 2000 habitantes [DAR II série A N.º.170/XII/1 2012.04.27:2-33], uma decisão que o INE já acolheu [<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6840>].

5 Existe, no entanto, a possibilidade de o INE fornecer informação à medida para além da publicada.

6 Apenas é disponibilizada informação sobre os lugares isolados, definidos como unidade estatística - família, indivíduo, edifício, alojamento ou empresa - que geograficamente não pertence à área de qualquer lugar [<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/344>].



perfil e, designadamente, identificar quais as aldeias que sofreram reduções da população mais acentuadas durante o último período intercensitário e como evoluíram certos atributos associados ao envelhecimento, à mudança ocupacional, aos principais modos de vida, aos grupos socioeconómicos, ao peso da agricultura no rendimento familiar, à combinação do trabalho agrícola com outras actividades fora da exploração, etc.

No tempo disponível, priorizou-se o apuramento das freguesias do Continente e Regiões Autónomas e, dentre estas, aquelas que foram caracterizadas no presente estudo, a saber: Brotas (conc. de Mora), Cabreira do Côa (conc. de Almeida), Cambeses do Rio (conc. de Montalegre), Cachopo (conc. de Tavira), Covide (conc. de Terras do Bouro), Friúmes<sup>7</sup> (conc. de Penacova), Meruge (conc. de Oliveira do Hospital), Querença (conc. de Loulé), Safara (conc. de Moura), São Paio (conc. de Gouveia), São Torcato (conc. de Guimarães) e Vale de Figueira (conc. de Santarém). Inclui-se ainda todo o concelho de Idanha-a-Velha.

Para concluir este ponto introdutório é bom alertar para o facto de, nos dados desagregados a nível das freguesias, existir um maior risco de a deficiência da informação, quer por parte de quem preencheu ou respondeu aos formulários - quer da parte de quem classificou e processou os dados - se transformar num obstáculo a uma análise rigorosa. Tal como nos Censos da População, também nos RGA, se verifica uma grande dificuldade em atingir o universo da população alvo ou garantir que as pessoas contactadas respondam efectivamente aos questionários. Apesar das metodologias de controlo usadas pela entidade recenseadora, estas falhas no subuniverso dos pequenos números podem reduzir substancialmente a fiabilidade dos dados.

## **1. Variação demográfica**

Um primeiro olhar sobre o universo das freguesias portuguesas permite-nos avaliar o impacto que sobre elas teve o fenómeno do declínio demográfico.

O dado mais expressivo é a elevada proporção de freguesias que registaram no último decénio diminuição da população residente - quase dois terços -, sendo que 16% delas tiveram uma redução acima dos 20% (Tab. 1.1.).

7 Freguesia a que pertence a Aldeia de Miro, objecto de estudo.

**Tab. 1.1.**

Portugal, 2001-2011 - Variação do número de freguesias por escalões de crescimento demográfico negativo

Escalões de crescimento demográfico negativo	Nº de freguesias
1. > -50%	4
2. entre -40 e -50%	18
3. entre -30 e -40%	111
4. entre -20 e -30%	570
5. entre -10 e -20%	1087
6. entre -10 e 0%	1294
Total (1 a 6)	3084
Total das freguesias	4263

Fonte: INE Censos da População

No caso das aldeias estudadas as variações da população nas freguesias correspondentes foram em quase todos os casos negativas e com valores entre os 3,7% (Querença, Loulé) e os 30,2% (Cachopo, Tavira). Apenas numa delas - Cabreira, Almeida) - se registou um crescimento positivo. A inversão da tendência para o declínio demográfico nesta aldeia (registou um acréscimo de 18,2% da sua população entre 2001 e 2011) pode ter a ver precisamente com o processo de revitalização em curso e, nomeadamente, com a criação de uma instituição de acolhimento de pessoas com deficiência.

**Tab. 1.2.**

ASAS, 2001-2011 - População residente, por sexo

	2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Brotas	543	262	281	451	219	232
Cabreira do Côa	77	33	44	91	41	50
Cachopo	1 026	514	512	716	359	357
Cambeses do Rio	141	67	74	130	58	72
Covide	404	196	208	343	171	172
Friúmes	685	325	360	645	303	342
Idanha-a-Nova	11 659	5 573	6 086	9 716	4 683	5 093
Meruge	668	307	361	555	258	297
Querença	788	392	396	759	385	374
Safara	1 167	565	602	1 078	524	554
São Paio	945	435	342	828	385	342
São Torcato	3 624	1 778	1 846	3 373	1 643	1 730
Vale Figueira	1 294	641	653	1 082	540	542

Fonte: INE Censos da População

**Tab. 1.3.**

ASAS, 1991-2011 - Variação demográfica intercensitária (HM) (%)

	1991-2001	2001-2011
Cabreira do Côa	-21,4	+18,2
Brotas	-16,9	-16,9
Cachopo	-22,7	-30,2
Cambeses do Rio	-32,8	-7,8
Covide	-17,3	-15,1
Friúmes	-9,2	-5,8
Idanha-a-Nova	-14,4	-16,7
Meruge	-15,0	-16,9
Querença	-9,3	-3,7
Safara	-9,3	-7,6
São Paio	-3,6	-12,4
São Torcato	+6,8	-6,9
Vale de Figueira	-4,9	-16,3

Fonte: INE Censos da População

O nível de envelhecimento da população das aldeias também está associado à sua vulnerabilidade em termos de sustentabilidade. No quadro seguinte comparam-se os índices de dependência da população idosa<sup>8</sup> das aldeias estudadas com os registados a nível nacional.

8 O Índice de Dependência de Idosos é definido como a "relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos)" (INE, 1994).

**Tab. 1.4**

ASAS, 2001 e 2011 - Índice de Dependência de Idosos (%)

	2001	2011
<i>Portugal</i>	24,1	29,0
Brotas	75,8	99,5
Cabreira do Côa	73,8	57,5
Cachopo	113,1	174,1
Cambeses do Rio	66,2	91,9
Covide	44,8	57,6
Friúmes	37,2	51,2
Idanha-a-Nova	80,8	89,3
Meruge	38,6	46,7
Querença	69,0	71,7
Safara	41,6	43,3
São Paio	54,6	61,2
São Torcato	15,0	21,5
Vale de Figueira	37,2	43,5

Fonte: INE Censos da População

Dos dados apurados ressaltam índices de dependência muito elevados em Cachopo, Brotas e Cambeses e valores bem acima da média nacional em todas as aldeias (à excepção de São Torcato).

## 2. Outros indicadores da estrutura social da população relevantes para a sustentabilidade das aldeias

### 2.1. A repartição da população activa por sectores de actividade

Tabela 2.1.

ASAS 2001/2011 - População activa por sectores de actividade (%)

		Primário	Secundário	Terciário social	Terciário económico	Total
Brotas	2001	29,5	24,4	25,4	20,7	100,0
	2011	16,5	19,5	34,1	29,9	100,0
Cabreira do Côa	2001	54,5	18,2	13,6	13,6	100,0
	2011	11,1	11,1	61,1	16,7	100,0
Cachopo	2001	38,2	20,6	24,9	16,3	100,0
	2011	18,6	23,6	34,2	23,6	100,0
Cambeses do Rio	2001	40,5	16,7	19,0	23,8	100,0
	2011	41,2	5,9	29,4	23,5	100,0
Covide	2001	26,0	24,7	33,3	16,0	100,0
	2011	10,2	30,6	33,3	25,9	100,0
Friúmes	2001	18,9	31,7	19,3	30,1	100,0
	2011	10,0	25,5	30,3	34,2	100,0
Idanha-a-Nova	2001	31,2	19,1	25,0	24,6	100,0
	2011	16,4	17,6	36,9	29,1	100,0
Meruge	2001	4,3	48,7	11,9	35,1	100,0
	2011	0,9	46,1	18,7	34,2	100,0
Querença	2001	1,1	28,3	23,3	47,3	100,0
	2011	2,8	26,1	29,6	41,5	100,0
Safara	2001	30,1	23,1	25,8	21,0	100,0
	2011	27,5	17,8	25,1	29,6	100,0
São Paio	2001	7,1	42,9	19,0	31,0	100,0
	2011	7,0	20,9	27,8	44,3	100,0
São Torcato	2001	4,1	64,8	11,5	19,6	100,0
	2011	2,1	50,9	15,4	31,6	100,0
Vale Figueira	2001	12,8	28,1	25,3	33,7	100,0
	2011	13,8	22,5	29,2	34,5	100,0

Fonte: INE Censos da População

As mudanças mais flagrantes que os dados evidenciam nesta primeira década do presente século são:

a) a redução da população ocupada no sector primário (muito forte e a partir de patamares relativamente elevados em Cabreira e Covide; igualmente forte em aldeias onde a agricultura já tinha perdido o peso nas décadas anteriores – São Torcato e Meruge; ou a manutenção de níveis relativamente elevados de ocupação agrícola em Cambeses e Safara apoiada num crescimento do terciário;

b) um aumento, por vezes muito acentuado, das ocupações no terciário social (Cabreira, Cambeses e Meruge) e no económico (Covide, Safara e São Torcato).

c) a redução da importância das ocupações no secundário, situadas em níveis relativamente baixos, salvo em Meruge e São Torcato onde, em 2011, estes se concentram em torno dos 50%.

Questão deixada em aberto é a do impacto que o declínio demográfico e o processo de revitalização que se verificou em praticamente todas estas aldeias tiveram sobre a repartição da população pelos grandes sectores de actividade.

## **2.2. A composição socioeconómica da população**

Os Censos permitem classificar a população em um conjunto de categorias que, por um lado, distinguem a população activa da população inactiva (sobretudo, crianças e jovens em idade pré-laboral, população reformada e população doméstica) e, por outro, combinam os sectores de actividade (sobretudo os grandes sectores primário, secundário e terciário) com a situação na profissão (patrões, empregados, trabalhadores independentes).

**Tabela 2.2.**

**ASAS 2011 - População residente por grupos socioeconómicos**

	Brotas	Cabreira	Cachopo	Cambeses	Covide	Frúmes	Idanha	Meruge	Querença	Safara	São Paio	S. Torcato	V. Figueira
Empres. com profi. intel., científicas e técnicas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Empres. da ind., comércio e serviços	0	2	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Empresários do sector primário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peq. patrões com prof. intelectuais e científicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peq. patrões com prof. técnicas intermédias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Pequenos patrões da indústria	1	3	1	6	5	2	1	0	4	2	0	3	1
Pequenos patrões do comércio e serviços	1	3	1	2	3	1	1	0	3	1	1	2	1
Pequenos patrões do sector primário	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Prof. intel. e científicos independentes	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Prof. técnicos interm. independentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trab. industriais e artesanais independentes	1	10	4	3	4	2	1	0	3	1	2	5	1
Prest. de serviços e comerc. independentes	0	2	0	0	2	2	1	0	0	2	2	4	1
Trab. independentes do sector primário	0	2	4	8	0	2	1	0	1	2	1	0	0
Dir. e quadros dirigentes do Estado e empresas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Quadros intelectuais e científicos	2	3	0	2	2	2	2	3	1	1	2	4	2
Quadros técnicos intermédios	1	4	0	0	3	3	1	0	2	1	1	5	2



Quadros administrativos intermédios	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1
Empreg. administrativos do comércio e serviços	11	9	3	10	7	9	8	12	4	7	9	7	11
Operários qualificados e semi-qualificados	7	20	5	6	21	8	4	3	15	14	8	9	8
Assalariados do sector primário	3	2	1	0	3	1	2	5	0	4	2	2	1
Trab. administrativos do com. e serv. não qualific.	5	1	2	3	2	5	3	2	6	2	4	4	5
Operários não qualificados	2	1	1	1	0	1	1	0	0	3	3	0	3
Trab. não qualificados do sector primário	2	0	0	0	0	1	1	0	0	12	0	0	3
Pessoal das forças armadas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Outras pessoas activas n.e.	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3	2	1	0
Inactivos	62	37	76	57	42	62	70	76	59	43	61	51	58

Fonte: INE Censos da População

Nas aldeias estudadas verifica-se, antes de mais, a elevada percentagem de pessoas sem uma actividade económica reconhecida pelas estatísticas e, depois, a concentração das actividades nas categorias “operários qualificados e semi-qualificados”, “empregados administrativos do comércio e serviços”, “trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados” e “assalariados do sector primário”.

Outro critério distintivo da população é o do seu modo de vida. Cobrindo o universo da população com um modo de vida (distinto dos dependentes menores de 15 anos), a Tabela 2.3. decompõe esse universo em dez categorias que vão desde o viver do trabalho próprio até ao viver na dependência de outrem ou de algum rendimento não salarial, passando pelo modo de vida rentista. Nas aldeias estudadas a categoria que enquadra a maior proporção da população é a das pensões de reforma (oscilando entre os 69% na Cabreira e os 25% em São Torcato). Seguem-se a dos rendimentos do trabalho (entre 51% em São Torcato e os 22% na Cachopo) e, mais distante, a da situação a cargo da família (17% em Covide e 5% na Cabreira).

**Tabela 2.3.**

ASAS 2011 - População residente maior de 15 anos pelo principal meio de vida

	Brotas	Cabreira	Cachopo	Cambeses	Covide	Friúmes	Idanha	Meruge	Querença	Safara	São Paio	S. Torcato	V. Figueira
Trabalho	40	23	22	28	34	42	29	44	36	38	32	51	40
Reforma/ Pensão	53	69	66	55	41	40	52	39	45	36	43	25	36
Subsidio de desemprego	1	0	1	2	1	2	2	2	3	7	4	6	3
Subs. por acidente de trabalho ou doença profiss.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rendimento social de inserção	0	0	1	0	1	1	1	0	1	4	1	0	2
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Rendimento da propriedade ou da empresa	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1
Apoio social	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1
A cargo da família	6	5	9	14	17	12	13	10	11	13	15	14	15
Outro	0	3	1	1	6	3	2	3	3	14	3	2	2

Fonte: INE Censos da População

Os níveis de escolaridade da população e, em particular, da população activa constituem uma variável central nos processos de revitalização das aldeias. Os níveis de escolaridade da população residente, quando comparados com os da população activa, revelam-se manifestamente mais baixos, o que reflecte o efeito dos padrões de envelhecimento acentuado destas aldeias. Ressalta o peso muito elevado das pessoas sem escolaridade (mais de 40% em Cabreira e em Cachopo), a concentração no nível de ensino básico (entre 47,1% em Cachopo e 66,8% em Cambeses e São Torcato) e o peso muito reduzido de pessoas com o nível superior de ensino. Porém, a escolaridade da população activa empregada é bem mais elevada e isso pode constituir tanto um factor decisivo para o processo de revitalização quanto um efeito desse mesmo processo. É particularmente expressiva a percentagem da população empregada que tem ensino de nível superior (quase que duplica os valores da população residente).

**Tab. 2.4.**

ASAS, 2011 - População residente e população empregada por nível de escolaridade (%)

	População residente					Total	População empregada				
	Nenhum	Básico	Secundário	Pós-secundário	Superior		Nenhum	Básico	Secundário	Pós-secundário	Superior
Portugal	18,9	55,1	13,4	0,8	11,8	100,0	1,1	47,2	24,5	1,4	25,7
Brotas	25,7	61,6	9,1	0,2	3,3	100,0	1,2	65,9	23,8	0,0	9,1
Cabreira do Côa	40,7	52,7	3,3	0,0	3,3	100,0	0,0	77,8	11,1	0,0	11,1
Cachopo	47,6	47,1	4,2	0,1	1,0	100,0	1,2	80,7	14,9	0,0	3,1
Cambeses do Rio	18,4	66,8	10,0	0,6	4,3	100,0	0,0	73,5	14,7	0,0	11,8
Covide	20,1	64,4	9,6	0,9	5,0	100,0	0,9	63,9	22,2	2,8	10,2
Friúmes	26,5	61,2	7,0	0,5	4,8	100,0	1,7	67,1	18,2	0,0	13,0
Idanha-a-Velha	31,7	55,7	7,7	0,3	4,6	100,0	2,6	60,8	21,1	0,5	15,0
Meruge	26,7	60,7	6,1	1,1	5,4	100,0	1,8	71,2	14,6	1,8	10,5
Querença	22,5	59,6	12,0	0,1	5,8	100,0	0,8	56,5	25,3	0,0	17,4
Safara	32,4	58,1	5,8	0,5	3,2	100,0	2,4	71,6	17,2	0,6	8,2
São Paio	23,8	65,2	5,9	0,8	4,2	100,0	2,6	63,0	22,6	1,3	10,4
São Torcato	18,4	66,8	10,0	0,6	4,3	100,0	1,2	71,4	17,6	1,0	8,9
Vale de Figueira	8,6	64,0	17,2	0,8	9,4	100,0	1,9	56,5	26,3	1,1	14,3

Fonte: INE Censos da População

Também a experiência de emigração pode revelar-se um factor importante para inovação e a mudança. Nas freguesias estudadas a população com um passado emigratório atinge uma percentagem elevada da população residente, designadamente em Cabreira do Côa (55%) e Querença (42%).

**Tab. 2.5**

ASAS, 2011 - População residente que esteve pelo menos um ano no estrangeiro, segundo o sexo

	Pop. residente	População residente emigrada			
	HM	HM	%	H	M
Brotas	543	23	4,2	11	12
Cabreira do Côa	91	36	39,6	20	16
Cachopo	716	168	23,5	118	50
Cambeses do Rio	130	40	30,8	20	20
Covide	343	76	22,2	48	28
Friúmes	685	131	19,1	68	63
Idanha-a-Nova	11 659	1801	15,4	956	845
Meruge	555	77	13,9	35	42
Querença	759	307	40,4	165	142
Safara	1 078	61	5,7	39	22
São Paio	945	339	35,9	173	166
São Torcato	3 373	436	12,9	247	189
Vale de Figueira	1 082	115	10,6	59	56

Fonte: INE Censos da População

### 3. A importância da actividade agrícola e a condição dos produtores

Os dados do último Recenseamento Geral Agrícola (RGA) ainda são recentes (2009) e permitem caracterizar com algum rigor o perfil dos que na aldeia vivem da terra ou nela trabalham.

Uma primeira exploração destes dados consiste em relacionar os dados do RGA com os dos Censos da População e calcular o peso da população agrícola<sup>9</sup> na população residente. Apesar do seu carácter grosseiro<sup>10</sup>, os resultados são relativamente fiáveis pois a condição dos dois universos não se altera substancialmente em dois anos.

9 A população que está ligada a uma exploração agrícola, enquanto produtora ou enquanto familiar co-residente.

10 Pois a comparação está desfasada no tempo - os dados do RGA são de 2009 e os do Censo são de 2011.

Na tabela 3.1 registam-se os valores da população residente e os da sua componente “agrícola” em dois momentos censitários (1999-2001 e 2009-2011).

Como se pode ver, o peso da população agrícola familiar é bastante elevado tanto 1999-2001 quanto em 2009-2011, embora menor neste segundo momento. O único caso em que ele é muito reduzido é o de São Torcato, uma freguesia vizinha da cidade de Guimarães e localizada numa região de industrialização antiga. Em 2009-2011 junta-se-lhe Cabreira do Côa mas por razões bem distintas: muitas pessoas vivendo das pensões de reforma, aumento das ocupações no terciário. Duas freguesias conservam ainda um peso muito elevado da população agrícola no período considerado – Cachopo e Cambeses (acima dos 80% no primeiro momento e em torno dos 75% dez anos depois).

**Tab. 3.1.**

ASAS, Peso da população agrícola na população residente (%)

	RGA 1999	RGP 2001	RGA 1999/ RGP 2001	RGA 2009	RGP 2011	RGA 2009/ RGP 2011
Brotas	130	543	23,9	72	451	16,0
Cabreira do Côa	37	77	48,1	7	91	7,7
Cachopo	877	1026	85,5	534	716	74,6
Cambeses do Rio	115	141	81,6	100	130	76,9
Covide	180	404	44,6	115	343	33,5
Friúmes	166	685	24,2	115	645	17,8
Idanha-a-Nova	4901	11 659	42,0	3438	9 716	23,9
Meruge	230	668	34,4	145	555	26,1
Querença	419	788	53,2	308	759	40,6
Safara	357	1167	30,6	265	1078	24,6
São Paio	245	945	23,9	165	828	23,9
São Torcato	180	3624	5,0	84	3373	16,0
Vale de Figueira	272	1294	21,0	154	1082	7,7

Fonte: INE Recenseamento Geral Agrícolas (1999 e 2009) e Recenseamento Geral da População (2001 e 2011)

Outras informações importantes podem ser recolhidas dos RGA. A partir do universo dos produtores das freguesias a que correspondem as aldeias estudadas, o RGA permite conhecer: a) o grau do seu envolvimento no trabalho da exploração e em outras actividades; e b) o peso do rendimento das explorações agrícolas no rendimento familiar dos produtores.

A tabela 3.2. mostra como em 1999 e em 2009 se distribuía o trabalho dos produtores agrícolas entre as suas explorações e outras actividades fora delas. Fica-se a saber não só quem trabalha a tempo inteiro na agricultura (em conta própria) e quem trabalha fora, mas também em que percentagens do tempo total o faz.

### Tabela 3.2.

ASAS, 1999-2009 - Tempo de actividade agrícola do produtor na exploração agrícola, relativamente ao tempo de trabalho completo (%)

	Tempo completo		Tempo parcial		> 0 - < 25%		25 - < 50%		50 - < 75%		75 - < 100%	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
<i>Portugal</i>	16,4	21,2	83,6	78,8	29,4	30,2	20,9	20,7	13,6	13,1	19,7	14,8
Brotas	13,2	0	86,8	100,0	64,1	53,1	18,9	25	1,9	18,8	1,9	3,1
Cabreira do Côa	14,3	33,3	85,7	66,7	14,3	33,3	7,1	33,3	21,4	0	42,9	0
Cachopo	0,6	8,5	99,4	91,5	55,4	29,6	26,8	21,5	13,3	25,8	4,0	14,6
Cambeses do Rio	53,1	31,1	46,9	68,9	2,0	13,3	4,1	15,6	2,0	24,4	38,8	15,6
Covide	46,8	64,0	53,2	36,0	8,5	8,0	10,6	12,0	12,8	16,0	21,3	0
Friúmes	36,4	28,1	63,6	71,9	18,2	15,6	21,8	25,0	3,6	12,5	20,0	18,8
Idanha-a-Nova	8,2	10,0	91,8	90,0	39,4	53,0	18,3	18,6	15,3	8,1	19,0	10,3
Meruge	30,6	3,3	69,4	96,7	21,2	45,9	35,3	14,7	2,3	26,2	10,6	9,8
Querença	0	2,3	100,0	97,7	25,7	46,1	45,6	28,5	22,2	15,4	6,4	7,7
Safara	5,5	2,3	94,5	97,7	66,9	65,9	10,2	20,4	8,7	7,6	8,7	3,8
São Paio	1,6	1,4	98,4	98,6	26,4	52,0	35,2	24,7	31,2	13,7	5,6	8,2
São Torcato	0	58,1	100,0	41,9	9,0	27,4	28,4	6,4	0	3,2	62,7	4,8
Vale de Figueira	18,2	29,7	81,8	70,3	46,5	48,4	24,2	14,0	5,0	4,7	6,0	3,1

Sintetizando bastante a informação anterior para chegar apenas a duas categorias - a) a dos que trabalham nas suas explorações agrícolas a tempo inteiro ou quase (mais de 75% do tempo inteiro); e b) a dos que reparam o seu trabalho por outras actividades (com menos de 75% do tempo inteiro) - verifica-se que em 2009 apenas em duas das aldeias estudadas – Covide e São Torcato – os produtores trabalhavam principalmente nas suas explorações. No entanto, se se recuar dez anos, constata-se que ainda em metade delas se trabalhava principalmente nas explorações.

### Tabela 3.3.

ASAS, 1999-2009 - Tempo de actividade do produtor na exploração agrícola

	>75% do tempo		≤ 75% do tempo	
	1999	2009	1999	2009
<i>Portugal</i>	36,1	36,0	63,9	64,0
Brotas	15,1	3,1	84,9	96,9
Cabreira do Côa	57,1	33,3	42,9	66,7
Cachopo	4,6	23,1	95,4	76,9
Cambeses do Rio	91,8	46,7	8,2	53,3
Covide	68,0	64,0	32,0	36,0
Friúmes	56,4	46,9	43,6	53,1
Idanha-a-Nova	27,2	20,3	72,8	79,7
Meruge	41,0	13,1	59,0	86,9
Querença	6,4	10,0	93,6	90,0
Safara	14,2	6,1	85,8	93,9
São Paio	7,2	9,6	92,8	90,4
São Torcato	62,7	62,9	37,3	37,1
Vale de Figueira	24,2	32,8	75,8	67,2

Fonte: INE RGA 1999 e 2009

Na última década a proporção entre os produtores que trabalhavam sobretudo na exploração e os que trabalhavam principalmente fora dela manteve-se a nível nacional (36 e 64%, respectivamente). Nas aldeias estudadas, apenas em São Torcato, Covide e Querença se mantiveram estas proporções. Nos restantes casos, assistiu-se a um reforço da actividade fora da exploração, salvo nos casos de Cachopo e de Querença onde os produtores reforçaram o seu trabalho na exploração (de 4,6 para 23,1%, no primeiro caso; de 6,4 para 10%).

O RGA informa também sobre o peso que o rendimento da exploração representa no rendimento total das famílias agrícolas. Em geral e à escala das grandes regiões, existe um padrão relativamente homogéneo de distribuição das fontes de rendimento da família, quer em 1999, quer em 2009: um peso diminuto do rendimento da exploração no rendimento da família. As situações em que o rendimento da exploração é a fonte exclusiva ou predominante do rendimento familiar estavam presentes, em 2009, em entre 12 e 29% das explorações (vd. tabela 3.4).

Também neste domínio a proporção que os rendimentos da actividade agrícola representam no rendimento total da família vai diminuindo com o tempo, tendo as famílias agrícolas que dependem principalmente de rendimentos exteriores à exploração aumentado mais de 20% no último decénio.

### Tabela 3.4.

Portugal, 1999-2009 - Fontes de rendimento do agregado doméstico, por NUTS II (%)

	Exclusivamente da actividade da exploração		Principalmente da actividade da exploração		Principalmente de origem exterior à exploração	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Portugal	8	6	22	11	69	84
Norte	9	6	28	11	63	82
Centro	7	4	19	8	74	88
Lisboa e Vale do Tejo	9	7	20	9	71	84
Alentejo	10	6	23	14	67	80
Região Autónoma dos Açores	10	12	17	17	73	71
Região Autónoma da Madeira	6	4	26	13	68	83

Fonte: INE RGA 1999 e 2009



Não se dispõe de dados actualizados sobre as aldeias estudadas, mas em 1989 e 1999 a situação era que consta na tabela 3.4.

**Tabela 3.5.**

ASAS, 1989-1999 - Fontes de rendimento do agregado doméstico (%)

	Exclusivamente da actividade da exploração		Principalmente da actividade da exploração		Principalmente de origem exterior à exploração	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Brotas	10,3	3,4	5,9	10,3	80,9	77,6
Cabreira do Côa	30,8	28,6	11,5	42,9	57,7	28,6
Cachopo	0,2	2,3	39,4	6,7	60,4	91,0
Cambeses do Rio	15,4	30,6	78,5	63,3	6,2	6,1
Covide	5,6	8,5	71,8	23,4	22,5	68,1
Friúmes	1,1	0,0	14,6	10,7	84,3	87,5
Idanha-a-Nova	9,6	7,0	11,3	8,8	77,5	82,6
Meruge	0,7	1,2	4,9	10,6	94,4	88,2
Querença	8,4	1,2	25,5	8,2	66,0	90,6
Safara	18,2	8,7	25,8	14,2	56,1	77,2
São Paio	3,0	3,2	13,0	4,8	84,0	91,3
São Torcato	5,6	16,4	66,9	82,1	27,4	1,5
Vale de Figueira	11,2	11,0	9,9	17,0	78,9	71,0

Fonte: INE RGA 1989 e 1999

A primeira observação que a tabela suscita é a ausência de um padrão claro de mudança na importância da exploração para o rendimento familiar. Se é certo que na maior parte das aldeias estudadas prevalecia o padrão de as famílias agrícolas dependerem mais de rendimentos gerados fora da exploração, ainda assim: a) em algumas (São Torcato, Cambeses e Cabreira) esta dependência era irrisória ou muito baixa; b) entre 1989 e 1999 várias foram as freguesias em que os produtores reforçaram a sua dependência da exploração como fonte exclusiva (Cambeses e São Torcato, sobretudo) ou predominante (Cabreira, Meruge, Brotas e, de novo, São

Torcato) de rendimento.

O reforço da dependência económica da exploração pode ser explicado por diversas causas, desde o investimento na exploração ou a revalorização de certos produtos, ao desemprego, à situação de reforma ou ao retorno da emigração. No entanto, estas causas embora comuns não são generalizáveis ao universo dos agricultores familiares que dificilmente vêem compensado o seu trabalho na exploração.

As crises que atingem hoje a população portuguesa – seja o desemprego, a precariedade do emprego, a redução dos benefícios sociais ou o aumento dos impostos – podem fazer mudar as estratégias dos produtores (e dos proprietários) agrícolas num sentido que os torne menos autónomos relativamente à terra. Trata-se de um problema adicional a que estas estatísticas ainda não permitem encontrar resposta.

## **Referências bibliográficas**

Figueiro, Cristina (org.) (2005) *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Lisboa, Instituto de Segurança Social.

Hespanha, Pedro (1994) *Com os Pés na Terra. Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Afrontamento.

INE (2001) *Manual de Procedimentos da Construção da Base Geográfica de Referenciação de Informação*.

Ribeiro, Orlando (org.) (1971) "Aldeia" in Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*, vol.1:85-89. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Pedro Hespanha

Fevereiro de 2013

# ANEXO 5

## Síntese de ideias e desafios resultantes das sessões descentralizadas

Este documento é uma síntese de ideias e desafios resultantes da observação de experiências, a partir da realização de 12 sessões descentralizadas, no âmbito do projecto ASAS. As experiências observadas, muito diversas no âmbito e na origem geográfica, têm em comum o facto de terem sido sinalizadas pelo seu interesse para os objectivos do projecto e para procurar elementos e pistas para a intervenção em contexto de aldeia. Estas ideias e desafios correspondem, portanto, não a elementos comuns a todas as experiências observadas, mas a um somatório de pistas recolhidas no conjunto das sessões.

### **1. Factores de desenvolvimento das aldeias identificados nas sessões**

#### **1.1. O ponto de partida**

Os projectos/processos tiveram geralmente origem numa pessoa, ou num conjunto muito reduzido de pessoas, que identificou necessidades numa comunidade.

A identificação das necessidades resultou:

- de um estudo que abrangeu a aldeia, elaborado por uma ADL, serviço público ou câmara municipal;
- da vivência na sua aldeia;
- de um problema/necessidade pessoal;

- de uma ideia inovadora a partir de um centro de investigação;
- da percepção de uma oportunidade para a dinamização da aldeia (financiamento através de fundos comunitários ou outros);
- de um plano estratégico para a freguesia elaborado localmente.

A motivação que dá início ao projecto/processo é muito forte. Esta motivação é capaz de dar a volta às contrariedades, igualmente fortes. É resiliente. “Contagiu” outras pessoas provocando expectativas muito positivas.

O que dá origem à motivação inicial é:

- responder a necessidades dos idosos;
- mudar a situação de carência generalizada na aldeia;
- organizar respostas para crianças com deficiência;
- criar emprego;
- colmatar a ausência de respostas sociais e de serviços públicos;
- aceder a competências técnicas inexistentes;
- dinamizar a economia local e fixar população.

Os projectos/processos tiveram início com “o que estava à mão”:

- edifícios, públicos ou privados, abandonados e degradados;
- terrenos oferecidos ou emprestados;
- residência da promotora;
- património familiar.

Elementos do perfil das pessoas que deram início aos projectos/processos:

- “sonhadoras”;
- persistentes e resilientes;
- com competências ao nível da animação;
- capacidade de relacionamento com organismos públicos e privados, conhecendo o seu modo de funcionamento;
- não se inibem por agirem de forma diferente, sendo mesmo “rebeldes”, “remando contra a maré”;
- experiência de intervenção na sociedade, desde o movimento associativo à intervenção social;
- grande capacidade de trabalho;
- capacidade de liderança;
- valorizam o trabalho em comunidade e em equipa
- acreditam que o seu trabalho é um contributo para uma sociedade mais justa.

## 1.2. O desenrolar do Projecto/ Processo

A existência de uma estratégia do projecto/processo participada pela comunidade local, permite:

- que a comunidade saiba o que se deseja atingir;
- dar sentido ao conjunto das iniciativas;
- que se possa aproveitar diferentes apoios financeiros, técnicos e logísticos integrando-os numa Estratégia ou Plano de Desenvolvimento Local;
- a articulação entre diferentes projectos/processos locais;
- a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local integrando, articulando os/as cidadãos/ãs e organizações locais;
- mobilizar a comunidade local para a mudança;
- facilitar o diálogo com os diversos níveis da administração pública;
- comunicar mais eficiente e eficazmente com o exterior da comunidade;
- sentir que o projeto da aldeia é parte da dinâmica concelhia ou nacional.

Os projectos/processos recorreram a diversos tipos de apoio, públicos ou privados, locais, nacionais ou europeus:

- financeiros;
  - patrimoniais: oferta ou empréstimo de terrenos ou edifícios;
  - técnicos/as: elaboração de candidaturas, destacamento temporário de um/a técnico/a, aconselhamento e informação, etc.;
- económicos: aluguer de espaços, contributo para a comercialização de produtos locais.

Corresponderam melhor às necessidades dos projectos das aldeias visitadas os apoios das entidades/programas que tinham:

- um perfil intersectorial;
- uma visão integrada do desenvolvimento local;
- possibilidade de articular acções materiais e imateriais;
- proximidade territorial com a entidade apoiada;
- abertura às dinâmicas e contingências dos projectos;
- "cumplicidade" com os projectos apoiados;
- menor complexidade burocrática;
- apoios que correspondam aos "timings" e perfis dos projectos apoiados;
- modos de funcionamento interno em que os/as técnicos/as de ligação aos projectos apoiados tinham autonomia e liberdade para se deslocarem ao terreno.

Como bons exemplos de apoios aos Projectos de Aldeias identificaram-se:

- Programa LEADER;
- Programa Integrar;
- Os “Centros Rurais”, no âmbito do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (QCA II);
- Apoio do Departamento de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian.

A intervenção da comunidade local, cidadãos/ãs e organizações, no projecto/processo:

- participando no projecto/processo: “estamos todos no mesmo barco”;
- apoiando o projecto sentindo que este é da sua aldeia;
- vendo resultados, a comunidade oferece casas e terrenos;
- comunicação, interacção, transparência, credibilização, resultados, com articulação com associações/autarquias da mesma comunidade.

### **1.3. Desenvolvimento alcançado**

Tipos de resultados verificados nas aldeias visitadas:

- animação de processos comunitários locais;
- criação de novos serviços locais;
- impedimento, mesmo que temporariamente, do encerramento de serviços públicos;
- recuperação e revitalização de saberes tradicionais;
- valorização da aldeia;
- criação de expectativas positivas;
- ambiente inclusivo para os cidadãos e cidadãs: idosos e idosas, pessoas portadoras de deficiência, pessoas em situação de pobreza, etc.;
- melhoria das competências dos cidadãos e das cidadãs;
- a integração cidadã dos membros da comunidade;
- criação de novas organizações locais: cooperativas, fundações, empresas;
- nova visibilidade da aldeia;
- criação de emprego;
- valorização da criatividade e inovação;
- motivação e mobilização local da comunidade para a participação na resposta aos problemas locais;
- aumento da autoestima e confiança da comunidade local;

- contrariar a tendência de perda populacional;
- associação e articulação dos diversos actores locais, económicos, culturais e institucionais, para divulgação e promoção do território.

## **2. Desafios para os diversos agentes**

### **2.1. Desafios para os/as cidadãos/ãs residentes nas aldeias**

- A vontade de mudar, de realizar, de empreender, quando partilhada, ganha mais força e um novo ânimo
- Exercer o direito e o dever de cidadania e participação na vida da sua aldeia;
- A capacidade de participação e mudança sai reforçada com o seu desenvolvimento através de processos interactivos de formação/educação/acção;
- A interacção com cidadãos/ãs e organizações, locais ou exteriores à comunidade, favorece a mobilização de recursos e de apoios;
- A criação de associações valoriza e fortalece a iniciativa dos cidadãos e cidadãs.

### **2.2. Desafios para as Associações e Autarquias**

- Promover "reuniões" de formação/acção nas aldeias para práticas associativas, *conscientização* da realidade e dinâmicas locais e *glocais* a partir da observação, interpretação e compreensão da realidade local;
- Definição de estratégias e planos de desenvolvimento participados pelas comunidades locais;
- Apoio e animação do movimento associativo das aldeias, acompanhado de apoio técnico e formação;
- Promover a troca de experiências com outras aldeias e realidades;
- Desburocratizar, simplificar o acesso aos serviços locais;
- Abertura à inovação;
- Promover a democracia local e a transparência na gestão pública;
- Animação das Redes Sociais e Comissões Sociais de Freguesia como plataformas horizontais de articulação intersectorial, reforçando a iniciativa de cada agente;
- Promover, apoiar e dar prioridade às iniciativas de economia social;

### **2.3. Desafios para os organismos públicos, nacionais e europeus**

- Escola mais aberta à inovação, criatividade, educação para a iniciativa, cidadania e realidade local;
- Apoio ao associativismo, nomeadamente juvenil;
- Apoio às dinâmicas locais com os serviços públicos mais abertos à inovação e criatividade;
- Favorecer e apoiar o intercâmbio de experiências locais no país e na Europa;
- Desenvolvimento de programas interministeriais;
- Possibilitar o financiamento plurifundos;
- Combater a discricionarieidade nos serviços públicos, diminuindo a burocracia e simplificando as regras/procedimentos;

José João Rodrigues e Tiago Gillot

Fevereiro de 2013



# ANEXO 6

## O ECOMUSEU DE BARROSO – MUSEU DO TERRITÓRIO

### A IDENTIDADE LOCAL COMO BASE DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A faculdade da memória é a mais valiosa herança do ser humano. Será possível imaginarmo-nos a viver sem ela? Como seria viver sem lembranças? O que aconteceria? Que referências teria cada um de nós?

Toda a nossa força intrínseca, toda a nossa vida consciente deixaria de existir; perdíamos parte da dimensão humana, ou seja, milhões de anos de experiência feita. Aqui se alicerça o conceito de património, na sua dimensão agregadora e de responsabilidade de preservação e valorização. Como se diz em Barroso: *“O que recebemos de herança, temos obrigação de deixar igual ou melhor...”*. Somos os descendentes daqueles que há muitos séculos vaguearam por encostas e ribeiros, para recolher alimentos; e dos que se foram fixando em locais mais férteis e soalheiros, para experimentar a plantação e a domesticação de alguns animais, usando processos e “arcanhos” de entreajuda. “A necessidade aguça o engenho” e o território de Barroso não fugiu a esta velha máxima, dando assim início a todas as expressões de comunitarismo, usos e costumes ancestrais, num espaço com características geomorfológicas adversas para a fixação do ser humano.

Acreditando que “a união faz a força,” a par das invenções artesanais e

da aplicação do uso da força animal, na concretização dos sonhos mais ambiciosos dos barrosões, a organização social/comunitária torna-se imprescindível para aumentar a qualidade de vida; nas nossas aldeias. Enquanto uns apanham as castanhas e bolotas, outros debulham os cereais e semeiam de novo as terras, é preciso quem reúna as cabras, as ovelhas, as vacas, os porcos para entregar à guarda de um ou dois pastores, que tomando a “vezeira” a seu cargo libertam todos os outros para os trabalhos necessários. As segadas e malhadas do centeio, o arranque da batata, o corte e recolha do feno, a matança do porco, o carreto da lenha, entre outras lides agrícolas são trabalhos feitos por todos e para todos, apenas trocando trabalho com trabalho. O comunitarismo torna-se, assim, mais do que um ideal de vida, à semelhança das primeiras comunidades cristãs, que tinham tudo em comum, numa regra de sobrevivência, logo que algo não fosse cumprido, implicava a exclusão social. Até os momentos lúdicos, como eram as chegadas de bois, estavam presos a esta obrigação social. Todos tinham obrigação de alimentar o *Boi do povo*, porque ele garantia a procriação na aldeia e defendia a “honra” do povo, nas lutas/chegadas de bois com o boi das aldeias vizinhas. As chegadas e as batidas ao lobo eram os momentos de relação com a população das aldeias contíguas, embora nem sempre com o melhor desfecho. À feira e aos funerais apenas ia o homem da casa, o pai. Os jovens tinham de aproveitar o baile da festa dos padroeiros das aldeias para arranjar os namoricos, em segredo, pois ao se saber ou pagava o vinho e a folha do bacalhau na tasca da aldeia ou seria atirado para a corte do boi, onde não se esperava grande recepção.

É neste cenário, que tem tanto de estranho como de belo, que as lendas, as mezinhas das mulheres de virtude, os contos à lareira ou no forno do povo, vão criando um imaginário fantástico, perpetuaram saberes e fortaleceram um património imaterial com uma riqueza espantosa, que chegou até nós, e volta a ser reconhecido como fundamental numa estratégia de valorização da cultura local, que se assume como diferenciadora numa estratégia de atracção turística de qualidade.

## **ECOMUSEU DE BARROSO – PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO**

A consciência da necessidade de salvaguardar um vasto património, nas suas múltiplas vertentes – natural, cultural e imaterial – levou o Município de Montalegre a delinear um projecto, no ano de 2002, que assumisse a responsabilidade de definir a estratégia de desenvolvimento local, com base nos produtos endógenos, na ruralidade, na cultura, no património e no ambiente, partido das pessoas e em que o retorno se traduzisse em novas profissões; maior fixação da população jovem, maior valorização dos produtos locais, melhoria da imagem da gastronomia local, aumento do alojamento rural, na criação de eventos de raiz cultural, reconstrução do património construído, na valorização das actividades tradicionais, transformando-as em turísticas, recolha da memória colectiva para que sirva de base ao programa museológico a apresentar em cada pólo do Ecomuseu.

Neste sentido; foi criado o Ecomuseu de Barroso, que se caracteriza como um espaço geográfico bem definido (os limites dos concelhos de Montalegre e Boticas, onde vive uma população com uma identidade bem vincada), tendo em atenção os valores do presente e do passado para preparar o seu futuro. Neste espaço, o habitante e o visitante convertem-se em actores e animadores comunitários, onde a vontade de conhecer e o gosto por ensinar se cruzam e teimam em perpetuar uma cultura ancestral.

## **ECOMUSEU DE BARROSO – PROJECTO DE DOIS MUNICÍPIOS: MONTALEGRE E BOTICAS**

Começou, então, de forma contínua, a inventariação do património, a recolha da memória oral, por todo o concelho, chegando os antropólogos a viver vários meses nas comunidades onde a riqueza cultural era mais vivida e mostrava grande consistência, para reivindicar o aparecimento de um pólo temático do Ecomuseu.

O Ecomuseu de Barroso pretende afirmar-se como espaço de valorização e divulgação dos recursos e do património do Barroso; de representação identitária; de formação; de participação e de cidadania; de concertação e de cooperação, de inovação e de mobilização das pessoas para novas actividades.

## **ECOMUSEU DE BARROSO – ESPAÇO PADRE FONTES**

Este projecto museológico apresenta-se hoje com personalidade jurídica, como associação cultural sem fins lucrativos, em que os associados são os municípios de Montalegre e Boticas e as associações culturais mais activas, nos locais onde nasceram os pólos do Ecomuseu. Sendo a filosofia de acção do Ecomuseu de Barroso a valorização do património *in situ*, em toda a extensão dos dois concelhos, serão criados vários pólos que se complementem, mas que dependam funcionalmente da sede do Ecomuseu, situada junto ao Castelo de Montalegre. Este será o centro de decisão e programação de toda a estratégia e, porque pretende dar continuidade ao trabalho etnográfico de um ícone deste concelho, assume o seu nome como patrono, passando-se a chamar Ecomuseu de Barroso – Espaço Padre Fontes. Aqui, além de todo o trabalho de gabinete diário, o museu desafia os seus visitantes a descobrir a identidade barrosã pelos sentidos, rompendo com a museologia clássica, assumindo um novo lema – “*toque por favor..*”. Neste espaço poderá ver dezenas de documentários sobre a etnografia local; conhecer mais de mil pontos de interesse numa maquete tridimensional; três salas sobre o território, as gentes que nele vivem e a sua vivência quotidiana dos ciclos vitais, cruzando o ciclo agrícola e o Sagrado. A horta pedagógica faz as delícias dos mais novos, a sala do Parque Nacional da Peneda Gerês, a dos amantes da natureza e a loja do museu dos apaixonados pelo artesanato local. Para que os locais se identifiquem com o espaço e o sintam seu, o Ecomuseu realiza exposições temporárias de dois em dois meses, em que estes podem usar dois pequenos auditórios para formação ou trabalho e para fazer apresentações de livros de autores locais. Mas neste espaço pretende-se, sobretudo, fazer despertar o interesse pelo território, pela visita às aldeias e pela participação na vida rural, ao vivo.

Sendo o Ecomuseu um museu de território e assumindo-se como “museu integral”, segundo o ICOM, em constante relação com a população local, que foi e é o portador da memória colectiva, começaram a ser criados pólos em diversas freguesias.

## OS PÓLOS DO ECOMUSEU

O primeiro foi criado em 2007, na aldeia de Pitões das Júnias, na antiga corte do Boi do Povo. Este espaço comunitário tornou-se o centro de atracção dos visitantes, apresentando no piso superior as tarefas da mulher no “governo da casa” e, no rés-do-chão, os ofícios do homem, a temática do Boi do Povo e as actividades comunitárias. Este deve ser o ponto de partida para uma rota cultural que passa pelo forno da aldeia, ainda em funcionamento, num moinho, num canastro, num relógio de sol e por diverso património etnográfico imóvel, dentro da aldeia, podendo ser alargada ao mosteiro de Santa Maria das Júnias e à cascata, sempre acompanhados de um habitante da aldeia. Daqui partem alguns percursos pedestres, tendo por base o centro de interpretação da Mourela, antiga casa abrigo, localizada junto à aldeia.

Na antiga casa do Capitão de Salto, recuperada pelo município de Montalegre, foram recolhidas, tratadas e inventariadas mais de mil peças. Doadas pelos habitantes da freguesia, deram origem ao pólo etnográfico do Ecomuseu, permitindo uma visita ao que seria uma casa típica barrosã. Os temas tratados são muito variados – desde a raça barrosã, que é autóctone, as alfaias agrícolas manuais e de tracção animal, o ciclo do pão da sementeira à mesa, a cozinha de barroso, o ciclo da lã e do linho, as minas de volfrâmio da borrarha e o D. Nuno, que foi Senhor das terras de Barroso. Este espaço disponibiliza uma ludoteca, uma biblioteca, uma loja de produtos locais, e daqui parte um percurso pedestre de 21 Km. Aberto desde 2008, tem sido alvo de diversas reportagens de televisão, porque consegue reactivar tradições muito distantes e de que apenas os mais velhos têm memória, como as bicas de manteiga, marcadas com os selos de madeira, com o símbolo da família.

Na aldeia de Tourém, a antiga corte do Boi do Povo, foi reconstruída e alberga uma exposição de fotografia, de Elisa Prego, ilustre fotógrafa profissional, filha da terra e que facilmente capta a alma do povo Barrosão. Este será em breve o pólo do Ecomuseu dedicado à educação ambiental, obrigatório num projecto ecomuseológico que se preocupa com a preservação do seu património natural e na manutenção do património paisagístico.

Em Vilar de Perdizes abriu o pólo “Casa do Agricultor”, que mais não é do que uma casa tradicional, habitada por um barrosão que trabalhava de dia e de noite. Sendo uma aldeia da raia, apresentou a todos os seus mora-

dores o contrabando como uma possibilidade de vida melhor, embora de grande esforço e muita astúcia. É esta temática que vai surpreender os visitantes, numa aldeia já habituada a grandes multidões durante os congressos de medicina popular, que se realizam há vinte e seis anos, sempre no primeiro fim-de-semana de Setembro. A dimensão espiritual é tratada com a ajuda de saberes milenares na recolha de ervas diversas e na sua conjugação nas correctas proporções, mas também com a palavra, sempre atenciosa do Padre Fontes, o pai deste congresso.

A aldeia ecomuseu de Paredes do Rio oferece aos visitantes uma visita ao passado, com a rota dos artesãos, que nas suas casas mostram os seus locais de trabalho e o seu saber, ficando à espera que alguém lhes suceda. Esta aldeia do Parque Nacional tem levado a cabo uma estratégia de recuperação do património comum e mesmo privado, para que todos os edifícios dedicados ao armazenamento e transformação agrícola continuem a funcionar e sejam o grande motivo de atracção turística, levando a uma maior fixação dos jovens da aldeia e à viabilidade dos investimentos na área do alojamento e restauração. O *ex-libris* desta aldeia é um engenho hidráulico, com mais de duzentos anos, que agrega as funções de moinho, dínamo, serra e pisão, função quase extinta no mundo e que dá o nome ao espaço. Deste partem as visitas guiadas pelas ruas da aldeia, para ver e fotografar o forno do povo, dezenas de eiras e canastros, sete moinhos em funcionamento, inseridos num cenário magnífico, explicado de onde em onde por quem se cruzar no caminho. A população tem um prazer enorme em receber os visitantes e lhes ensinar os seus conhecimentos, o que se traduz na organização anual de dezenas de actividades agrícolas comunitárias, como são exemplo a segada e malhada do centeio, o entrudo, o cantar dos reis, a matança do porco, entre muitas outras, em que o sentido de festa da comunidade revela grande cumplicidade e determinação em preservar um património imaterial com um valor incalculável.

Nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável, num concelho com mais de 800 Km<sup>2</sup>, se a sua população não reconhecer as riquezas do local onde vive, e se não começar a obter dividendos da valorização desses sítios, a que alguns chamam património, enquanto outros apenas aí vêem "patrimonos". Esta nova visão terá implicação no modo de vida da população e na sua forma de encarar o futuro.

## **A SEXTA 13**

A criatividade e capacidade de inovação do Ecomuseu de Barroso são comprovadas na realização de dois grandes eventos, onde o empreendedorismo da população é o segredo do sucesso. A feira do fumeiro e presunto de Barroso, que acontece no último fim-de-semana de Janeiro, envolve mais de cem produtores e atrai cerca de cinquenta mil visitantes durante quatro dias de festa. Quando a neve decide fazer uma visita as vias de acesso ficam sobrelotadas e sair de Montalegre torna-se uma missão demorada, mas que pouco custa depois de se saborear os divinos paladares da transformação do porco de raça bísara.

Para provar a tenacidade de um povo “forte cá do norte, que nada teme afinal...” apareceu a Sexta 13 – Noite das Bruxas, que enfrenta o azar e atrai mais de trinta mil visitantes, dando largas ao imaginário de cada um, criando a maior manifestação popular em redor da queimada e do esconjuro do Padre Fontes. As ruas, as lojas, a feira, os bares, os restaurantes, as pessoas ganham uma imagem nova, desafiadora, provocante e vivem uma festa única de animação constante entre as treze horas de sexta-feira e a tarde de domingo. A música, o teatro, as pequenas instalações de terror, as decorações polvilham um ambiente mágico que facilmente envolve e contagia os foliões que lentamente começam a invadir a vila, em busca de uma experiência sempre diferente e nova, em que se esconjuram todos os males e ficam livres de todo o embruxamento.

Vinde experimentar...

Ecomuseu do Barroso / Câmara Municipal de Montalegre

Dezembro de 2012

## CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE VALE DE FIGUEIRA

Vale de Figueira é uma freguesia do concelho de Santarém, com cerca de 1000 habitantes.

Esta aldeia, apenas a 14 km de Santarém, encontra-se situada num vale, paralelo ao planalto da Boa Vista, sendo famosa por ser a foz do rio Alviela, afluente do Tejo. É uma terra de campinos, cavalos e toiros, com uma beleza natural que tornam Vale de Figueira uma aldeia única no Ribatejo, rica na produção de vinhas e cereais.

A *lezíria de Vale de Figueira* é banhada pelos rios Tejo e Alviela e é conhecida pela sua beleza. Com efeito, desde 2008, um projecto conhecido como **'Rota dos Avieiros'** foi iniciado para ajudar a desenvolver aldeias avieiras como esta, promovendo o seu turismo. Neste sentido, uma série de caminhos pedestres foi (re)criada, ao longo dos rios e por entre o mato do Quelhas, tornando possível explorar o melhor que esta terra tem para oferecer da sua beleza natural e selvagem. Para a aldeia em concreto, estão a ser estudadas visitas guiadas que cubram os pontos de interesse da freguesia, bem como desportos aquáticos e outros radicais, entre outras actividades culturais e de lazer. Porém, tudo depende dos fundos provenientes do governo para o efeito.

Também famosas são as muitas quintas de Vale de Figueira, cada uma com conteúdos preciosos, desde carruagens antiquíssimas usadas pelas famílias ricas destas quintas, passando por capelas decoradas a ouro e outros materiais valiosos e ornamentais de séculos passados. Bons exemplos são a Quinta do Castilho, a Quinta de Nossa Senhora da Conceição e a Quinta da Boa Vista. Algumas das quintas são, também, muito famosas pelas suas ganadarias. Outra quinta que vale a pena ser visitada, pelo seu bosque e vila com piscina e jardim, é a Quinta da Sobreira.

No princípio do século XX, Vale de Figueira era rica na produção de azeite, tendo seis lagares de azeite a trabalhar, em conjunto. É por isso que as folhas de oliveira estão representadas no brasão da freguesia, juntamente com a folha da figueira e o chapéu do campino, símbolos já referenciados, todos acima das linhas azuis e prateadas que simbolizam, por sua vez, os



rios Alviela e Tejo.

**O Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira (CBESVF)** é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social criada em 1991, com certificação da escritura em 11.12.91, Estatutos Publicados no Diário da República nº 26 III Série de 31.01.92. Registo efectuado na Direcção da Segurança Social de acordo com o Dec. Lei nº 119/83 de 2572 Inscrição nº 99/92 a fls. 87 verso do livro nº 5.

O Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira tem como vocação institucional o desenvolvimento social das populações de Vale de Figueira e S. Vicente do Paúl, podendo eventualmente, por acordo promover parcerias em outros locais. Intervém na comunidade promovendo e desenvolvendo o apoio às famílias nas várias faixas etárias, nomeadamente nos idosos.

Actualmente a instituição dispõe das seguintes respostas sociais:

RESPOSTA SOCIAL	N.º CLIENTES	
	PROTOCOLADOS	ACTUAIS
Centro de Dia	35	35
Apoio Domiciliário	29	29
Centro de Convívio	15	15
Cantinas Sociais	22	22

Intervimos no desenvolvimento local em parceria com as associações locais, autarquias e outras entidades. Assim, fazemos parte, trabalhamos e somos parceiros das seguintes entidades: Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santarém; Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santarém; Rede Social do Concelho de Santarém; Rede Europeia Anti Pobreza, desde 2003; Câmara Municipal de Santarém, Movimento de Solidariedade Rural de Lisboa; FDTI – Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação; Instituições de Solidariedade Social do Concelho de Santarém; Crédito Agrícola de Alcanhões; Junta de Freguesia de Vale de Figueira; Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl; Fábrica da Igreja de S. Vicente do Paul; COMPETIR, empresa de Formação; Fundação EDP; Direcção Geral de Saúde; Grupo de Escuteiros 1040 de Vale de Figueira; Associações Culturais e Desportivas de Vale de Figueira e Rádio Pernes.

Visão: melhorar a qualidade de serviço, criar novas respostas adequadas às necessidades dos nossos clientes e colaboradores, fomentando os valores da instituição, alargar a área de intervenção da Instituição e, por fim, ser uma instituição de referência junto da comunidade e do núcleo das IPSS.

VALORES
Solidariedade
Humanismo
Segurança
Responsabilidade Social
Confidencialidade
Integridade
Privacidade
Voluntariado

Em 2012 realizámos a XVII Feira do Arroz Doce. Esta feira é um projecto anual da instituição que tem por objectivo a participação e motivação, quer interna, quer externa, em parceria com as pessoas, associações locais, as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal de Santarém e outras entidades, sendo organizada e desenvolvida por pessoas voluntárias. Nesta feira promovemos o concurso do Arroz Doce, em que participam pessoas da comunidade e, também desde 2006, o concurso de Arroz Doce inter-institucional, em que participam as várias instituições do concelho de Santarém. Cada feira trata uma temática específica e desenvolvemos também *workshops* relacionados com a temática em causa.

Desde 2003 somos entidade acolhedora de estágios curriculares. Assim, permitimos aos estudantes uma diversidade de experiências em contexto real de trabalho.

Desenvolvemos o MAIOCENTRO, em Maio, o mês em que a instituição comemora o seu aniversário. Durante este mês e em parceria com as associações locais e outros, desenvolvemos várias actividades culturais.

Em 2006 editámos o livro *Poetas da Terra em Maio*, tendo-se realizado uma actividade na Junta de Freguesia de Santarém onde as pessoas que

participaram no livro declamaram os seus poemas. Esta foi também uma forma de divulgar, como o próprio nome indica, os poetas da terra.

Temos outras edições como o livro publicado no âmbito do Projecto Saúde “Viva com Saúde+” e outra no âmbito do Arroz Doce.

## COLABORADORES

Para manter a qualidade das respostas sociais e serviços, o Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira, dispõe actualmente de um quadro de pessoal com 15 colaboradores, dos quais 14 efectivos. De salientar ainda a concretização da sua acção, com cerca de 50 voluntários, os quais disponibilizam algumas horas do seu dia-a-dia, em prol do outro. Em 2010, no âmbito do respectivo ano Europeu, foi lançado o grupo de voluntariado jovem que conta com cerca de 12 jovens.

Uma vez que trabalhamos para garantir o bem-estar e satisfação das necessidades básicas dos mais velhos, queremos com este projecto prolongar a vida dos mais velhos nas suas casas, para tal propomos a aquisição de 15 camas articuladas. De forma a proporcionar a socialização e experiências várias, propomo-nos a realizar várias actividades cujos objectivos são os de responder a necessidades específicas de cuidados de fisioterapia e outros lúdicos.

O CBESVF conta com o apoio de cerca de 60 pessoas voluntárias. O voluntariado está na base da criação do CBESVF.

Antes da criação da entidade várias pessoas reuniram-se voluntariamente com o objectivo de fazer nascer o CBESVF. Ainda hoje, algumas dessas pessoas apoiam o CBESVF.

O voluntariado divide-se em várias áreas. Ao fim-de-semana, apoio na distribuição de refeições ao domicílio; temos o voluntariado religioso, em que duas pessoas vêm uma vez por semana ao CBESVF prestar esse apoio; temos o voluntariado diário, em que algumas pessoas apoiam quer em actividades culturais, quer em tarefas diárias da instituição e, mais importante, no acompanhamento aos mais velhos; temos ainda o voluntariado jovem, criado em 2011 que foi lançado no ano anterior, em que cerca de

12 jovens apoiam a entidade em momentos muito específicos (festas de freguesia, feiras, etc.); para a concretização do nosso evento anual “Feira do Arroz Doce”-contamos com todos os voluntários que se organizam em prol desse evento já que é realizado, apoiado e organizado unicamente por pessoas voluntárias do CBESVF; temos ainda o voluntariado de vizinhança, em que o objectivo é verificar rotinas de vida diária de quem vive ou está sozinho em casa (várias pessoas são responsabilizadas por outras e, caso exista necessidade, alertam o CBESVF, que então tomará as devidas providências de acordo com o caso).

O voluntariado assume sem qualquer dúvida um papel determinante na vida diária do CBESVF, sem estas pessoas não seria possível alcançar os nossos objectivos, uma vez que trabalhamos para pessoas e o que elas precisam, para além da satisfação das necessidades básicas, é da atenção e carinho. Com o voluntariado conseguimos ter mais tempo de pessoas para pessoas e conseguimos apoiar de forma mais pessoal os que precisam.

Para manter o voluntariado, o CBESVF dispense muito trabalho de motivação e uma organização permanente. Claro que temos-alguns desafios, e o maior é sem dúvida manter as pessoas motivadas e satisfeitas, mas cabe também a cada um encontrar o seu caminho. Podemos ainda referir que este trabalho não tem fim e cada dia é um dia.

Como desafios enumeramos a necessidade de captar mais jovens e ainda de manter todos os voluntários!

Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira

Dezembro de 2012

# ASTA – ASSOCIAÇÃO SÓCIO TERAPÊUTICA DE ALMEIDA

## CONTEXTO TERRITORIAL

A ASTA - Associação Sócio Terapêutica de Almeida, instituição vocacionada para o apoio a pessoas com necessidades especiais, está situada numa aldeia típica da Beira Interior, Cabreira do Côa – Concelho de Almeida, Distrito da Guarda.

A população está envelhecida, com cerca de 70 habitantes, e o número de crianças contam-se pelos dedos da mão.

Esta aldeia, à semelhança das outras do Concelho, com uma agricultura de subsistência, viu os seus filhos imigrarem, numa primeira vaga nos anos 60/70, completando agora o movimento de desertificação, acrescido pela baixa taxa de natalidade.

Em contra-mão, nasceu a ASTA há 12 anos que estimulou os ânimos, aumentou a população em 30%, imprimiu ritmos sócio-culturais, criou postos de trabalho e sinergias com instituições locais, nacionais e internacionais, valorizando os recursos endógenos e pronunciando-se como um vector de desenvolvimento local.

A ASTA é actualmente na aldeia e arredores a entidade empregadora mais significativa, harmonizando e reforçando laços inter-geracionais, sensibilizando a comunidade local para realidades sociais distintas e criando, assim, valores acrescidos de cidadania.

Estas dinâmicas interventivas levaram a mudanças no património material e humano. A reconstrução e/ou restauro de casas degradadas (em grande parte doadas) e postas ao serviço, como núcleos familiares ou ateliês, alindaram a aldeia e potenciaram as vontades daqueles que, sendo oriundos (retornando em fins-de-semana ou férias), começam a querer voltar, para se instalarem e seguirem o movimento iniciado, começando a reconstruir harmonicamente, com respeito pela traça original das típicas casas beirãs.

Assistimos assim a uma clara valorização e busca da ruralidade por parte

de utilizadores urbanos, que revisitam lugares e valores tradicionais resurgidos caminhando no sentido de uma nova consciência ecológica, social e humana.

Esta consciência colectiva tem alicerces também nas convencionais relações institucionais, junta de freguesia e município de Almeida, efectivas e empreendedoras, comunidade religiosa, CRSS-Guarda, bem como naquelas que naturalmente vão decorrendo da dinâmica em rede gerada institucional e socialmente.

## **A ASTA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A Associação Sócio Terapêutica de Almeida (de orientação antroposófica), é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos e de utilidade pública. Foi fundada (juridicamente) em 26 de Outubro de 1998 por Maria José Dinis da Fonseca (mãe de um jovem com deficiência mental). Iniciou as actividades em Outubro de 2000 com 6 jovens na casa da fundadora, na aldeia onde nasceu, Cabreira do Côa - Concelho de Almeida, Distrito da Guarda. O Centro Regional de Segurança Social — Guarda, que desde o início acreditou neste projecto, estabeleceu um acordo de cooperação, desde essa data, o que permitiu a sua sustentabilidade evolutiva.

A visão que norteou a ASTA, transformada agora em missão, é a de oferecer às pessoas necessitadas de cuidados especiais (essencialmente jovens a partir dos 18 anos com deficiência intelectual — DID e multideficiência) uma alternativa de vida válida e plena de sentido; contribuir para a integração social, humana e económica dessas pessoas e esforçar-se em criar, para elas, condições de vida o mais “normais” e verdadeiras possíveis por forma a que o seu futuro seja impregnado com a dignidade e respeito que merecem, numa perspectiva bio-psico-social e espiritual.

O universo da ASTA, neste momento, é constituído por 36 pessoas (a que chamamos companheiros) com deficiência (internos e externos) e 30 colaboradores (pessoal do quadro e voluntariado). O trabalho sócio terapêutico, desenrola-se nas valências Lar Residencial (LRE), Residências Autónomas (R.A) e Centro de Actividades Ocupacionais (C.A.O), distribuídos entre a aldeia da Cabreira e o centro de raiz no alto da Fonte Salgueira, a 1km da aldeia.

## **Para levar a cabo as suas intenções a ASTA propôs-se a:**

- criar e equipar espaços físicos adequados, susceptíveis de responder às necessidades terapêuticas e sociais dos utentes (companheiros), incluindo núcleos habitacionais com ambiência familiar dentro da própria aldeia aproveitando casas degradadas que pudessem ser doadas ou adquiridas a baixo preço. Realizando-se assim a nossa intenção de uma verdadeira inserção e interacção na comunidade;
- responsabilizar e valorizar, através da repartição de tarefas caseiras (olhando sempre às potencialidades individuais) entre utentes e educadores-colaboradores, sem privilégios, além de inserir, corresponsabilizando, nas actividades cívicas da própria aldeia;
- interagir com as famílias, para apoio e maior compreensão da globalidade de cada utente;
- dar apoio individualizado, através de um acompanhamento biográfico, ocupacional/utilitário e terapêutico;
- desenvolver actividades artesanais e artísticas, estimulando terapêuticamente as potencialidades criativas e promovendo as competências através da carpintaria, cerâmica & barro, tecelagem, papel reciclado, teatro, música...;
- estabelecer um contacto rítmico com a terra e a natureza aproveitando todo o espaço rural circundante, através da jardinagem, agro-pecuária e agricultura biológica;
- promover manifestações culturais, exposições, congressos e conferências, susceptíveis de contribuir para uma maior socialização e para o reconhecimento e dignificação da diferença;
- utilizar a Pedagogia Curativa e a Sócio Terapia como base de trabalho e convivência.

A ASTA não tem intenção directa de normalizar mas sobretudo de individualizar, para que cada um encontre o caminho mais adequado.

Mais do que ocupar quer, através da convivência e do trabalho pedagógico e sócio terapêutico num contexto comunitário de cariz rural, contribuir para a autonomia, auto-suficiência e autoestima, por forma a que cada um se converta num membro social digno, útil e produtivo (respeitando

sempre os potenciais e características de cada um), tendo em conta as três condições indispensáveis para que um ser humano/cidadão se sinta verdadeiramente incluído: uma família, um trabalho e um grupo social.

Tendo em vista este fim, criámos (gradualmente) núcleos familiares na aldeia da Cabreira, o que permitiu a expansão de actividades e o acolhimento de mais jovens em regime residencial. A recuperação e equipamento das casas foram feitos essencialmente a partir de voluntariado, donativos, um apoio da Fundação Oriente – Casa da oliveira e de uma candidatura à Raia Histórica – Programa Leader, para a Casa Cristalina. Finalizou-se a reconstrução da casa São Miguel, habitada desde Setembro de 2010, como Núcleo Autónomo (foi objecto de apoio em 50%, pelo Programa PARES).

Em 2004, a obra de raiz, a 1 km da aldeia, “Alto da Fonte Salgueira”, um espaço ecológico, doado, ficou concluído. Isso permitiu uma outra respiração pedagógica, terapêutica e social. É um equipamento constituído por 3 edifícios distintos: Ateliers Verde Pino - oficinas/auditório polivalente/ espaços-administrativos e terapêuticos; Casa da Fonte - residencial e Atelier de Carpintaria.

A sua construção foi financiada em 60% pelo PIDDAC, sendo os restantes 40% provenientes de subsídios da Fundação Maehl e Fundação Software (Alemanha), da Fundação Lord Michelham (Suíça) e ainda da doação de obras de arte de 70 artistas portugueses e estrangeiros (vendidas em exposição pública), além de outras campanhas para angariação de fundos.

A existência, desde 2006, de um campo de jogos (financiado pela Câmara Municipal de Almeida), permite uma dinâmica desportiva muito saudável, socializante e pedagógica entre as populações circundantes, instituições congéneres e o grupo da ASTA.

De referir ainda a existência, desde Outubro de 2009, do equipamento – Piscina Terapêutica “Os 4 elementos”. Este é um projecto singular, tendo em conta este interior profundo, com uma construção adequada, que nos permite praticar várias técnicas específicas de hidroterapia, tais como o Watsu. A construção deste espaço apenas com apoio da Sociedade Civil, grupo de amigos da ASTA e “Bolsa de Valores Sociais”, colmatou uma necessidade de respostas terapêuticas, na promoção de bem-estar e manutenção/prevenção da saúde, tanto ao nível do nosso grupo alvo como da população que nos circunda (os nossos espaços e equipamentos estão sempre abertos à



população desde que salvaguardadas as actividades e ritmos internos).

A ASTA tem, desde o início, uma dinâmica pedagógica e cultural; de socialização, sensibilização e responsabilização, manifestada através das acções rítmicas que levamos a cabo, como por exemplo: Marcha Dedicada às Crianças do Mundo (anual), Feira da Solidariedade (anual), actuações do grupo musical “Pé Coxinho”, representações do nosso grupo de teatro, interacções com Escolas do Concelho e Institutos de Ensino Superior da Região além dos intercâmbios anuais com grupos congéneres nacionais e estrangeiros.

Todo o trabalho desenvolvido nos *ateliers* tem sempre uma componente terapêutica, estética e utilitária por forma a que seja dignificado e reconhecido como contributo sócio económico e de cidadania.

Para os projectos de investimento e iniciativas sócio-culturais, contamos com a vontade, participação e apoio do grupo alargado de amigos da ASTA, que tanto tem contribuído para a nossa dinâmica entusiasta — foi criado em 2001 “Grupo de Amigos da ASTA”, espalhado pelo país e estrangeiro. cremos que desta forma, com um envolvimento activo e conhecedor da sociedade civil, os nossos projectos têm mais alma, mais força e mais futuro.

## **OUTRAS DINÂMICAS E PROJECTOS EM CURSO**

### **“CANTO COM ALMA”**

Um espaço em Almeida constituído por três casas geminadas prontas a habitar, em pleno Centro Histórico. Foi uma doação do nosso amigo Luís Queiroz, no Natal de 2007. Este espaço constitui mais um desafio para a ASTA. Tentamos dar-lhe uma dinâmica; de encontro e interacção mais aproximada com o público de Almeida e visitantes; através de exposições contínuas dos nossos trabalhos artesanais e artísticos; saraus musicais; tertúlias; *workshops*; além de ser também um espaço de “fim-de-semana” para alguns dos nossos companheiros e grupos de instituições congéneres com quem fazemos intercâmbios. Logo que possível e numa perspectiva de gerar economia social, queremos que o este espaço ligue sabores (produzidos localmente por nós) à cultura e à arte. Procuramos sempre com estas acções, otimizar competências, gerar auto estima e responsabilização social dos nossos companheiros, além de uma sensibilização pedagógica e social em geral.

## **“ECO ASTA”**

No contexto do nosso tema de trabalho para 2008, ECOLOGIA, nasceu o conceito Eco ASTA que pretendemos ir transformando num projecto abrangente de ideias e acções que devem ir de encontro a uma ecologia ambiental, social e humana. Assim, iniciamos um processo de sensibilização para a sustentabilidade, junto das comunidades circundantes, instituições e município, no sentido da separação dos lixos orgânicos com vista à canalização dos mesmos para a elaboração de compostagem na ASTA, com vista ao tratamento de terras que já cultivamos — Quinta da Ribeira e outras cedências com tendência a aumentar.

Entretanto ganharam forma as nossas intenções. Com o apoio do Montepio Geral, foi possível a aquisição de um terreno, denominado “Os Três Sois” e o início do processo de compostagem e alojamento dos vários animais que possuímos, processo reforçado pelo Prémio Manuel António da Mota (2010) que nos permitiu ainda adquirir as alfaias necessárias para a persecução da nossa agricultura, a vedação e arranjo dos respectivos espaços.

## **“COZINHA PEDAGÓGICA “CASA SÃO FRANCISCO”**

Esta casa velha, doada à ASTA, está já a ser objecto de recuperação (dentro do contexto do Programa PRODER — Raia Histórica — Gal — Castelos do Côa), com a finalidade de dar apoio directo na recolha, transformação e conservação dos produtos do atelier de agricultura biológica, atendendo à sua localização de proximidade com a Quinta da Ribeira e “Os Três Sóis” e ainda de implantar uma cozinha pedagógica centralizadora, susceptível de preparar a alimentação para os outros núcleos, servir as refeições ao grupo de agricultura e permitir uma maior interacção de serviço e proximidade com a população da Aldeia.

## **“ATELIER 3 OFÍCIOS”**

Este é mais um espaço na aldeia que foi objecto de restauro e adaptação, graças ao apoio do Grupo de Amigos e Fundação Manuel António da Mota. Trata-se e trabalha-se a lã de ovelha, o papel reciclado e a cera de abelha (produtos endógenos da região.) Tem uma ambiência privilegiada para o trabalho de grupos reduzidos com necessidades e abordagens terapêuti-

cas específicas e intimistas.

## **“O TROCAS”**

Este projecto corresponde a um espaço que denominamos “Trocas” (um pardieiro velho doado ainda não reconstruído) inserido também na aldeia, dentro do contexto dos outros núcleos habitacionais da ASTA, pretende continuar o espírito de encontro e de partilha, de dinamização da aldeia da Cabreira, conservação do património, de interacção com a comunidade, de estímulo à agricultura e aproveitamento de terras, de troca e ou venda e apreço pelos trabalhos artesanais ou transformados produzidos na ASTA ou outros parceiros, de busca de sustentabilidade, de estímulo à solidariedade, de combate à desertificação, de reconhecimento e dignificação da diferença, enfim de promoção de uma ecologia social ambiental e humana, acrescentando-lhe a vertente socioeconómica.

E, continuaremos criando, assim estas pessoas, consideradas especiais, continuem também a impelir-nos e a acreditar em nós.

**Creemos que toda a pessoa, qualquer que seja o seu estado mental, é mais do que a sua aparência física e que todo o ser humano está dotado de uma existência individual. Nenhuma deficiência física ou mental é um acaso ou uma desgraça, ela tem um sentido e uma finalidade: transformar o curso de uma vida.**

**Como qualquer ser, obrigado a lutar contra diferentes obstáculos e doenças, a pessoa necessitada de cuidados especiais deverá aprender a viver com as suas dificuldades e a dominá-las, procurando o possível.**

**O grande objectivo/missão da ASTA é: ajudar nessa aprendizagem e nessa procura, dando-lhe SENTIDO.**

ASTA/Cabreira/2012

Maria José Dinis da Fonseca

# REVITALIZAÇÃO DE MICRO-TERRITÓRIOS RURAIS: O CASO DAS ALDEIAS VINHATEIRAS DO DOURO

Este texto corresponde a um resumo do capítulo intitulado “Aldeias vinhateiras, aldeias vivas?” (pp. 175-178) extraído de FIGUEIREDO, Elisabete (coord.), 2011. *Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100LUZ.

## **O DOURO E O PROJECTO DAS ALDEIAS VINHATEIRAS**

As Aldeias Vinhateiras do Douro são espaços marcadamente rurais, estreitamente ligados à história da vinha e do vinho, tendencialmente fragilizados, em processo de decréscimo populacional, em que o sector primário continua a assumir um papel importante, predominando as actividades vitivinícolas. No sentido de dinamizar algumas destas aldeias foi lançado um projecto de requalificação urbana abrangendo localidades de diferentes concelhos durienses, ao qual se seguiu um outro de dinamização socioeconómica e, finalmente, uma plano de animação turística.

Formalizado no ano 2001, este programa envolveu um pequeno conjunto de aldeias de cinco concelhos: Barcos (Tabuaço), Favaios (Alijó), Provesende (Sabrosa), Salzedas e Ucanha (Tarouca) e Trevões (S. João da Pesqueira). Na sua essência, visava-se “a criação de uma dinâmica de regeneração e valorização das aldeias do Douro Vinhateiro, através da revitalização socioeconómica, da fixação da população e do reforço da promoção turística do Douro” ([http://www.aldeiasvinhateiras.pt/sobre\\_projecto/index.php](http://www.aldeiasvinhateiras.pt/sobre_projecto/index.php)).

Os 22 concelhos integrantes da AIBT- Douro, correspondentes ao Vale do Douro Norte, Vale do Douro Sul e Terra Quente Transmontana, apresentam acentuadas desigualdades internas, convivendo pólos de média dimensão e certo dinamismo económico (como Vila Real), com extensas áreas rurais, marcadas pela predominância da agricultura e do emprego não qualificado e por uma baixa densidade populacional. A taxa de analfabetismo é ainda elevada, assim como o abandono escolar, e as pessoas mais qualificadas

vivem, sobretudo, nas localidades de maior dimensão (Cristóvão, 2005).

O Programa “Aldeias Vinhateiras” articulou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte com os cinco municípios envolvidos – Alijó, Sabrosa, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Tarouca — a Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETUR) e o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), sendo os municípios as entidades promotoras. As aldeias em causa foram seleccionadas atendendo à sua identidade cultural e à sua ligação particular com a vinha e o vinho, e tendo em conta um conjunto de critérios específicos, nomeadamente: a densidade populacional; as acessibilidades; e os valores históricos, patrimoniais e paisagísticos.

De uma forma global, as intervenções materiais, que envolveram um investimento de cerca de 11 milhões de euros, contemplaram a requalificação dos espaços públicos, a colocação e remodelação da pavimentação, a instalação e/ou modificação de infra-estruturas básicas (águas residuais, esgotos, iluminação, telefone), a colocação de mobiliário urbano, a melhoria das acessibilidades, a recuperação de fachadas e coberturas de edifícios particulares adjacentes com a zona pública, e a reabilitação dos edifícios públicos, nomeadamente das sedes das Juntas de Freguesia.

Na componente imaterial, com investimento um pouco superior a um milhão de euros, foram realizados dois projectos específicos, um na área da “Empregabilidade” (cerca de 700 mil euros) e outro no domínio da “Comunicação e Promoção” (cerca de 300 mil euros). O projecto de “Empregabilidade”, designado por “Aldeias Vivas”, realizado entre Fevereiro de 2006 e Maio de 2007, visou promover a iniciativa local, desenvolver novas competências profissionais e sociais e incentivar articulações interinstitucionais (<http://www.anop.eu/index.php/pt/programas-operacionais/227-aldeias-vivas>).

A componente de “Promoção e Comunicação”, executada através do projecto “Aldeias Vinhateiras do Douro – Promoção e Comunicação para a Sustentabilidade”, da responsabilidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, assentou na criação de uma imagem gráfica para o conjunto das aldeias, no lançamento de uma página Web e de uma *Newsletter* e na realização do primeiro Festival das Aldeias Vinhateiras. Este Festival teve lugar em Setembro e Outubro de 2007, contemplando 13 dias de programação (dois a três dias em cada aldeia) e cerca de 80 iniciativas culturais em todas as aldeias. Na página Web foram pro-

movidos pacotes turísticos de fim-de-semana, que incluíam alojamento, refeições, acesso a espectáculos, provas de vinho e outras actividades.

## **PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E VISÕES DOS ACTORES**

### **Perspectiva geral das seis aldeias**

As seis aldeias do Programa situam-se no espaço duriense do chamado Cima Corgo. A mais habitada é Favaios, com 1314 moradores, seguida de Salzedas (861), Barcos (739), Trevões (639), Ucanha (423) e Provesende (417). Em Salzedas, Trevões e Ucanha a população tem diminuído, enquanto que nas restantes tem subido ligeiramente, talvez beneficiando da maior proximidade às respectivas sede de concelho.

Em todas as aldeias, a agricultura, especialmente a vitivinicultura, é a principal actividade económica, estando o comércio em segundo lugar. Favaios apresenta uma maior diversidade de comércio e serviços, estando Barcos na situação oposta. As actividades de animação turística são, em todos os casos, relativamente escassas. Porém, as actividades culturais têm alguma expressão, sendo traduzidas em Grupos de Teatro (Favaios e Ucanha) ou de Cantadores de Janeiras (Provesende, Salzedas e Ucanha). Em Provesende e Barcos, após o Festival das Aldeias Vinhateiras de 2007, passou a realizar-se a Festa da Vinha e do Vinho e em Trevões tem lugar a Semana Cultural, assim como montarias ao javali, que atraem muitos visitantes. Além disso, todas as aldeias, como maior ou menor dinamismo e projecção, organizam as festas dos respectivos Santos Padroeiros.

Apesar de haver consenso quanto às melhorias registadas nas aldeias com as intervenções do Programa, nomeadamente nos arruamentos, canalizações, infra-estruturas de electricidade e fachadas de algumas habitações, verifica-se também o sentimento de que ficou muito por fazer e algum descontentamento popular quanto à forma de realização e fiscalização de algumas obras. Segundo afirmaram alguns inquiridos, estão ainda por finalizar trabalhos em Provesende, nomeadamente canalizações e instalações eléctricas. Em Favaios, segundo referiram, foram primeiro pintadas as fachadas dos edifícios e só posteriormente se tratou da renovação do saneamento básico e da repavimentação, o que causou danos nas pinturas antes realizadas.

Entre as obras mais significativas para os inquiridos, foram assinaladas, por exemplo, a Biblioteca Pública de Trevões e o Museu do Vinho e do Pão de Favaio. Contudo, estes lamentam o abandono de muitas casas senhoriais, particularmente no caso de Provesende, assim como a falta de alojamento turístico local e de restaurantes de qualidade.

Em matéria de promoção, apesar da criação do *site* das Aldeias Vinhateiras, do lançamento da *Newsletter* e da realização do Festival, os autarcas e habitantes consideram que tem havido pouca divulgação, nomeadamente pelas então Regiões de Turismo. Além disso, findo o projecto, diminui a motivação e os esforços investidos diluíram-se ou perderam-se, havendo um sentimento geral de que a capacidade de atracção de visitantes e turistas é pouca. Uma das razões apontada é a falta de pequenos negócios locais, ligados ao artesanato e outros produtos, ao alojamento turísticos e à restauração, isto apesar do trabalho de animação realizado no âmbito do projecto de “Empregabilidade”. Segundo referiram, dada a falta de apoios financeiros, os potenciais interessados pararam os projectos, e a intervenção redundou em pouca ou nenhuma iniciativa local.

No geral, os inquiridos têm a percepção de que a dinâmica criada com o projecto das Aldeias Vinhateiras foi fraca. As aldeias são mais conhecidas, há excursões organizadas ou promovidas pelas Câmaras Municipais, assim como visitas de escolas e de turistas, mas os investimentos complementares não surgiram ainda. Além disso, as aldeias não funcionam em rede, tendo os intercâmbios de natureza cultural ocorrido apenas durante o Festival de 2007. Contudo, o sentimento, nomeadamente dos responsáveis do poder local, é de que seria importante continuar a partilha de experiências, com um esforço colectivo da população, das empresas ligadas ao turismo, das Câmaras Municipais e das entidades oficiais de turismo.

## **Os casos de Favaio e Provesende**

A Tabela 1 apresenta as conclusões retiradas das entrevistas com elementos da população das duas aldeias, bem como com líderes e outros actores locais, colocando lado a lado as visões, por vezes contrastantes, destes dois grupos.

Mais especificamente em matéria de turismo, os elementos da população inquiridos revelam percepções distintas: enquanto os de Provesende têm

uma percepção de que aumentou a atractividade da aldeia, os de Favaios mostram desânimo, porque tal não aconteceu ainda. Porém, são unânimes em considerar que existem potencialidades turísticas, exemplificando com a paisagem, os vinhos e o pão tradicional, o azeite, os miradouros, as casas brasonadas, as fontes e pelourinhos, a gastronomia e o sossego. Este potencial, como afirmam, está longe de ser bem utilizado em favor do desenvolvimento local, tendo em conta factores como: o envelhecimento e a falta de envolvimento da população; a perda de alguns serviços básicos (educação, segurança pública, saúde); a falta de pontos de venda de produtos regionais; a escassez de infra-estruturas (alojamento e restauração); a falta de percursos organizados pelas aldeias e arredores; a falta de sinalização dos pontos de interesse; o abandono de casas com história; e a pouca dinâmica associativa.

**Tabela 1. Visão dos Inquiridos sobre as Aldeias Vinhateiras de Favaios e Provesende**

<b>Dimensões de Análise</b>	<b>Elementos da População em Geral</b>	<b>Líderes e Outros Actores</b>
<b>Participação</b>	Não houve envolvimento	Algum envolvimento no esclarecimento e apoio à população e intermediação com a Câmara Municipal
<b>Importância</b>	Importante pelas melhorias realizadas e pela visibilidade acrescida das aldeias	Percepções mistas: as aldeias melhoraram, valorizaram o património, foram divulgadas, mas as obras foram mal acabadas, atrasaram-se, geraram conflitualidade, e houve fraco acréscimo de visitantes
<b>Satisfação</b>	Expectativas não correspondidas, obras por acabar ou mal acabadas, perda de características identitárias	A qualidade de vida melhorou, a auto-estima é maior, a aldeia está mais bonita e limpa, há mais promoção turística
<b>Impactos</b>	Nenhuns ou poucos, embora se reconheça a melhoria do aspecto e limpeza das aldeias e a melhoria das infra-estruturas, a maior procura e acréscimo de visitantes	Houve melhorias
<b>Criação de trabalho</b>	Não se assinalam quaisquer progressos	Poucos progressos (dois restaurantes, o Museu de Favaios)
<b>Efeitos no turismo</b>	Mais atractividade no caso de Provesende	Melhorias não foram suficientes para captar turistas, faltando sinalização, dinamização e divulgação



<b>Rede de Aldeias</b>	Pouca ou nenhuma acção em rede	Pouca ou nenhuma acção em rede
<b>Aldeia viva?</b>	Visão negativa, atendendo ao envelhecimento, debandada dos jovens, atraso nas mentalidades e falta de iniciativa, desinteresse pela agricultura, desmotivação e pouco convívio entre habitantes, visitantes que passam mas não ficam	Futuro sombrio: população envelhecida, abandono, decadência da agricultura, e baixo nível de vida; mas os investimentos criaram novas oportunidades, há mais condições e motivação para desenvolver, embora faltando jovens e gente empreendedora

Neste âmbito, este grupo de inquiridos aponta a necessidade de implementar um conjunto amplo de medidas, nomeadamente: (1) a recuperação do Posto de Turismo (Favaios); (2) a criação de alojamento turístico e de espaços de restauração; (3) a dinamização de actividades culturais (teatro, ranchos, festas e feiras); (4) a realização de eventos ligados ao vinho e ao pão; (5) a reconstrução de casas antigas; (6) a construção de equipamentos desportivos para os jovens; (6) um maior envolvimento dos poderes central e local e empenhamento dos residentes; e (7) uma maior divulgação das feiras e festas locais.

A Tabela seguinte apresenta uma síntese a visão dos líderes e outros actores locais quanto aos pontos fortes, pontos fracos e oportunidades das duas Aldeias Vinhateiras. Em síntese, o quadro que se apresenta para os microcosmos de cada uma das aldeias é, de alguma forma, o retrato do próprio Douro na sua globalidade.

**Tabela 2. Pontos fortes, pontos fracos e oportunidades das Aldeias Vinhateiras de Favaios e Provesende**

<b>Dimensão</b>	<b>Aspectos Assinalados</b>
<b>Pontos Fracos</b>	População envelhecida; muita emigração; falta de recursos humanos qualificados; falta de alojamento turístico e de restaurantes; falta de informação turística; falta de sinalética; declínio da agricultura; falta de iniciativa; pouca intervenção do poder local; desmotivação (abandono do rancho folclórico, banda, fanfarra, e declínio do teatro em Favaios); falta de comunicação e colaboração entre residentes e com os responsáveis políticos; descontinuidade do projecto e quebra de dinamização local; falta de espaços públicos de lazer e convívio (Provesende); abandono do património (Provesende); falta de estacionamento para autocarros (Provesende).
<b>Pontos Fortes</b>	Paisagem, vinho, pão, azeite, património cultural, quintas e casas senhoriais (Provesende), monumentos, teatro da aldeia (Favaios), enoteca (Favaios), gastronomia, pessoas mais motivadas (Provesende).

<p><b>Oportunidades e iniciativas</b></p>	<p>Desenvolvimento das ligações entre vinho e turismo; revitalização de produtos e actividades locais; promoção do artesanato; dinamização do teatro; criação de alojamento turístico e de restaurantes; criação de pontos de venda de produtos locais; criação de trilhos e percursos; retomar o Festival das Aldeias Vinhateiras; melhorar a sinalética.</p>
---	--

## ALGUMAS LIÇÕES

A percepção geral é de que objectivos do Programa estão longe de estar cumpridos. Criaram-se esperanças, houve progressos, mas também retrocessos. Há mais qualidade de vida, mas a fuga de população não parou. As aldeias são mais conhecidas, mas a atractividade turística não registou os incrementos esperados. Os investimentos complementares foram escassos e a rede de aldeias não existe. O Festival não teve lugar em 2008, e a dinâmica criada estagnou<sup>1</sup>. As potencialidades existem, mas certezas quanto ao futuro são poucas. Acima de tudo, parece faltar gente e energia social capazes de manter uma dinâmica de desenvolvimento que seja garante de aldeias vivas.

Que lições tirar deste processo? Que medidas tomar para re-dinamizar o Programa “Aldeias Vinhateiras”? As respostas dos inquiridos apontam pistas importantes, reveladoras da sua leitura da realidade e de algumas oportunidades a considerar. Contudo, outros aspectos merecem ser apontados.

Em primeiro lugar, pensamos que há que reflectir sobre as articulações entre as diferentes componentes do Programa, ou seja, material, empregabilidade, comunicação e promoção turística. Na abordagem seguida, a primeira componente a avançar foi a material, relativa às obras de requalificação das aldeias, que, sublinhe-se, absorveu a fatia mais importante do investimento total, cerca de 11 dos 12 milhões de euros. Considerou-se, certamente e com razão, que as obras requereriam tempo para negociar, preparar e executar, pelo que o importava que fossem lançadas o mais cedo possível. As restantes componentes ficaram para a parte final da intervenção, quiçá tardiamente, o que não permitiu um trabalho mais atuado e continuado com os residentes e outros potenciais intervenientes, que conduzisse à maturação e execução de projectos concretos no campo económico (artesanato, comércio, alojamento turístico, restauração, etc.), assim como à dinamização do tecido associativo e à construção da rede

1 O Festival foi retomado no Outono de 2009, pela Iniciativa da Entidade Regional do Turismo do Douro.

das aldeias. Além do mais, estas componentes mereceram um esforço financeiro diminuto face ao total, e não foram contempladas verbas de apoio ao investimento em pequenos negócios.

Uma segunda lição tem a ver com a participação local na construção do Programa e na sua implementação. Os inquiridos revelaram fraco envolvimento no processo, pouco esclarecimento, falta de diálogo entre os intervenientes e existência de alguma conflitualidade. Em suma, as intervenções não assentaram numa lógica de envolvimento das comunidades e dos seus actores, tendo-se estruturado, sobretudo, como algo vindo “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Assim, mesmo o esforços realizados no quadro das componentes imateriais, em particular na designada por “Empregabilidade”, não parecem ter sido suficientes para gerar uma dinâmica participativa e mobilizadora.

Uma terceira lição, ou linha de reflexão, tem a ver com o poder ou capacidade de influência das políticas públicas. Na verdade, o Programa em causa surge da iniciativa voluntarista da administração pública e pode perguntar-se, por exemplo, até que ponto, e em que circunstâncias, é que esta pode colmatar as desvantagens de áreas rurais em declínio, gerando processos de regeneração e revitalização socioeconómica? Destacamos, neste capítulo, que a iniciativa do Estado é crucial, mas há que acautelar, nomeadamente, um melhor equilíbrio entre intervenções materiais e imateriais, em termos de investimento e calendarização, o recurso a abordagens participativas, que envolvam e dinamizem a acção colectiva e o capital social territorial, e uma perspectiva de longo prazo, que garanta mais sustentabilidade nos processos.

O futuro das Aldeias Vinhateiras, como da generalidade das aldeias do Douro, depende, em larga medida, da manutenção de uma vitivicultura de qualidade e competitiva, assim como da valorização económica e social de outros recursos locais, assente em estratégias integradas que fomentem a inovação e a criação de emprego. Ao esforço de requalificação realizado, há que acrescentar um trabalho redobrado para assegurar mais qualidade de vida para os residentes, que passa pelo acesso a serviços nos campos da educação, formação e saúde, dando particular atenção às crianças, jovens e idosos.

Há que promover a lógica original de “Rede de Aldeias”, que se perdeu, e assegurar a gestão colectiva da marca e imagem “Aldeias Vinhateiras”,

sobretudo através de instrumentos potenciadores da participação e da acção local, como, por exemplo: (1) O “Fórum das Aldeias Vinhateiras”, a realizar anualmente numa das aldeias, numa base rotativa, envolvendo o poder local (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e representantes dos organismos públicos (Estrutura de Missão Douro, Entidade Regional de Turismo do Douro, Escolas, etc.) e dos actores sociais, culturais e económicos do território; e (2) a “Mesa Permanente das Aldeias Vinhateiras”, mais restrita, que assegure a gestão colectiva das dinâmicas e iniciativas territoriais, facilitando articulações.

As Aldeias Vinhateiras terão também de reforçar as articulações com toda a envolvente, tornando-se ponto de partida, ou de chegada, para a exploração do Douro. Se nelas não existe alojamento, restauração ou animação, em torno porventura existirá. Trata-se, no fundo, de construir, progressivamente, uma trama que inclua casas de turismo rural, hotéis, restaurantes, quintas e adegas, núcleos museológicos, eventos, e outros locais de atracção e fixação de visitantes e turistas. Se é certo que estas aldeias têm condições favoráveis para se inserirem na oferta regional de enoturismo, é também verdade que estão longe de reunir algumas das características críticas que os consumidores deste turismo procuram, como a existência de adegas familiares abertas, lojas de produtos locais, guias conhecedores, boa sinalização, alojamento de qualidade e restauração diversificada (Getz e Brown, 2004).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRISTÓVÃO, A., (Coord.), 2005. *Relatório Final do Estudo de Avaliação Estratégica da AIBT-Douro*. Vila Real: UTAD, DESG/CETRAD.

GETZ, D. and BROWN, G., 2004. Critical Success Factors for Wine Tourism Regions: A Demand Analysis. *Tourism Management*, 27, 146-158.

*Artur Cristóvão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acristov@utad.pt*

*Vera Medeiros, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pvera@utad.pt*

*Rosário Melides, Entidade de Turismo do Douro, rosariomelides@gmail.com*

# ADCL — CENTRO COMUNITÁRIO HEMEROTECA/MEDIATECA EDUCATIVA

A ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais ([www.adcl.org.pt](http://www.adcl.org.pt)) é uma instituição privada sem fins lucrativos (IPSS), constituída em 1994, como resultado da última fase do Projecto de Educação para o Desenvolvimento, no âmbito de um Projecto de Luta Contra a Pobreza. Tem a sua sede na Vila de S. Torcato, em Guimarães. A sua área de abrangência é supra concelhia, tendo o concelho de Guimarães como área de intervenção prioritária, com particular acção na área geográfica da Comissão Social Interfreguesias do Vale de S. Torcato.

## **1. CONTEXTO TERRITORIAL**

O Concelho de Guimarães fica situado no Distrito de Braga, sendo pertencente à sub-região do Vale do Ave. De acordo com os dados provisórios dos censos de 2011, o concelho possui 158.124 habitantes (INE, 2012).

Em 2009, o grupo etário dos 25-64 anos assumia maior expressão, integrando 58% da população, seguindo-se da faixa etária dos 0-14 anos. O índice de envelhecimento em 2009 era de 77% (INE, 2009).

A população residente, segundo o nível de instrução, apresenta, de acordo com os últimos dados disponíveis, valores mais elevados ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, sendo que 26% dos/as seus/as habitantes possuem o 1º ciclo. É de salientar a percentagem de população sem nível de ensino no concelho, sendo, em 2011, de 17% (INE, 2011). Os últimos dados disponíveis, de 2009, apontam para uma taxa bruta de escolarização no ensino básico (120%) e no ensino secundário (99%) inferiores às médias nacionais (130%; 146%, respectivamente).

A estrutura produtiva no concelho, em 2009, é indicativa de 69% da população empregada no sector secundário, seguindo-se do sector terciário, integrando cerca de 30% da população empregada, sendo o sector primário pouco expressivo (INE, 2009).

A evolução do mercado de trabalho, vem registando relevantes alterações

sendo que Guimarães, à data de Maio de 2012, assume-se o 5º concelho da região Norte com o maior número de desempregados/as (13 543), sendo o 7º do país com uma maior taxa de desemprego.

A este nível, o Plano de Desenvolvimento Social (2011-2013:95) do concelho aponta como constrangimentos: *"peso excessivo das muito pequenas empresas no tecido empresarial do concelho; população com baixos recursos e dificuldades de acessibilidade; baixos níveis de formação dos empresários locais."*

Tal tem-se repercutido numa evolução dos níveis de pobreza no concelho, sendo que os últimos dados oficiais a este respeito apontam, em Dezembro de 2011, um total de 3400 beneficiários do Rendimento Social de Inserção neste concelho.

A área principal de abrangência do Centro Comunitário - ADCL, coincidente com a Comissão Social Interfreguesias do Vale S. Torcato, integra nove freguesias do concelho de Guimarães (Aldão, Arosa, Atães, Castelões, Gominhões, Gonça, Rendufe, Selho e S. Torcato), abrangendo um território com uma população residente de 11 777 pessoas, das quais, aproximadamente 20% são crianças (0 -14 anos), 17% jovens (15 – 24 anos), 52% adultos (25 – 64 anos) e 10% idosos (+65 anos) (Censos, 2001).

Nestas freguesias a taxa de analfabetismo em 2001 era de 11%, sendo que 41% da população tem o 1º ciclo, 21% o 2º ciclo e 10% o 3º ciclo (INE, 2001).

Quanto aos sectores de actividade, assume uma maior expressão o sector secundário, sendo que a prática da agricultura de subsistência assume uma expressão significativa.

Esta área é constituída por um conjunto de freguesias, marcadamente de influência rural e com dispersão geográfica acentuada, sendo que em algumas destas freguesias a acessibilidade ao centro urbano se constitui como constrangimento acentuado ao nível do acesso dos/as residentes a ofertas culturais, às tecnologias da informação, como também a eventos sócio-culturais promotores do seu envolvimento/participação activa na comunidade. Nesta área para além da ADCL existe apenas mais uma instituição de solidariedade social com respostas para a 3ª idade.

Diversos agregados familiares enfrentam processos de exclusão social prolongados, sendo que as habilitações literárias reduzidas, a par da alta

selectividade do mercado de trabalho, situações de saúde complexas e a instabilidade familiar colocam estes agregados em situação de particular vulnerabilidade.

## **2. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Inserida neste contexto, a ADCL tem como missão *“Cooperar com as comunidades locais no seu desenvolvimento integrado e sustentado, procurando melhorar as condições de vida das populações, no plano individual e colectivo, numa perspectiva de promoção da cidadania e da inclusão social”*. Como visão pretende crescer na promoção da inclusão social e da cidadania activa, como organização inovadora de referência reconhecida pela integridade e ética profissional, assentando a sua prática no princípio fundamental de que as populações são os sujeitos do seu desenvolvimento social.

A orientação metodológica da ADCL assenta na construção de programas/acções a partir das necessidades sentidas no terreno, através de um constante trabalho de pesquisa e de percepção de necessidades, tendo por isso os projectos privilegiado linhas metodológicas e de intervenção próximas dos públicos a que se destinam. Os projectos são construídos numa lógica de participação e de investigação-acção, procurando a construção de práticas mais ajustadas e reflectidas contribuindo, elas próprias, para a formulação de novas dinâmicas.

Toda a acção tem sido baseada num conjunto de cinco princípios:

O Princípio da Endogenia, pelo qual a promoção do desenvolvimento comunitário é obra das próprias comunidades. A intervenção da Associação visa garantir que os membros da comunidade sejam dotados dos meios que lhes permitam, progressivamente, diagnosticar e responder a necessidades, construir as redes de resposta a problemas e participar na direcção dos destinos aos diferentes níveis da acção associativa e comunitária;

O Princípio da Promoção do Desenvolvimento Integrado: a prioridade atribuída à educação para o desenvolvimento corresponde ao reconhecimento de que é pela construção na prática dos saberes e dos valores inerentes à acessibilidade dos recursos e dos meios de inserção social, num processo contínuo de educação permanente, que as comunidades poderão autopromover-se e emancipar-se. Nesse sentido, a educação para o desenvolvi-

mento objectiva-se numa orientação de desenvolvimento integrado, com a contínua imbricação de factores culturais, económicos e sociais.

O Princípio da Interinstitucionalidade Orgânica e da Interdisciplinaridade Metodológica: o esforço do desenvolvimento assenta, em larga medida, na construção de parcerias entre instituições e departamentos públicos e associações e organizações não-governamentais e na orientação metodológica do cruzamento de olhares questionadores e de saberes disciplinares de diferente proveniência.

O Princípio da Articulação Múltipla: a interinstitucionalidade e a interdisciplinaridade completam-se pela articulação múltipla de iniciativas, de projectos e de programas. Deste modo mobilizam-se as energias, realiza-se a rentabilização de recursos, através de uma economia de escala e multiplicam-se os impactos e os efeitos dos projectos singulares, pela conjugação coerente dos respectivos estímulos de desenvolvimento.

O Princípio da Investigação Participante: a realização das diferentes iniciativas tem sido objecto de um processo contínuo de monitorização, avaliação formativa e estudos de investigação.

Estruturada em diferentes respostas sociais e múltiplos projectos, a ADCL direcciona a sua intervenção, em grande parte, a públicos desfavorecidos, em situação de risco/exclusão social, procurando desenvolver respostas integradas na resolução dos problemas com que estes se debatem, intervindo ao nível de três grandes áreas: **Área de Intervenção da Educação/Formação** (Centro de Educação/Formação, Centro Novas Oportunidades e Centro de Recursos em Conhecimento), a **Área de Intervenção da Infância e Juventude** (Lar de Infância e Juventude, Centros de Actividades de Tempos Livres, Apartamento para a Autonomia de Vida e Projecto Puerpolis II – Programa Escolhas), e a **Área da Intervenção Sócio-Comunitária** (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, Centro Comunitário: Hemeroteca/Mediateca Educativa; Contracto Local de Desenvolvimento Social).

É nesta última área que se encontra o Centro Comunitário da ADCL. De acesso livre e gratuito, este assume-se como um importante espaço de participação social na comunidade do Vale de S. Torcato. A partir desta valência promovem-se acções de natureza social, educativa e cultural, com vista à prevenção e minimização de problemas sociais e à dinamização do desenvolvimento local.

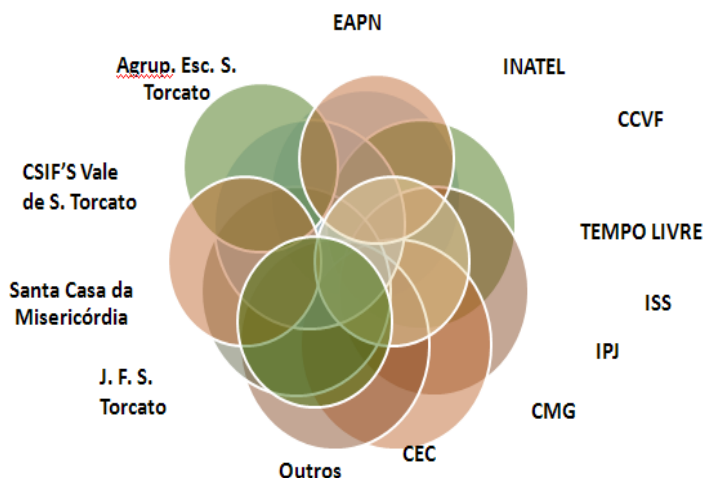


*Neste sentido, e numa área desprovida de respostas, define como objectivos:*

- contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício do seu direito de cidadania; reforçando a integração e participação social;
- dinamizar e envolver os parceiros locais, potenciando os recursos existentes e fomentando a criação de novos recursos;
- desenvolver actividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade, afirmando-se como pólo de referência como no desenvolvimento local.

Assim, e a partir deste espaço a comunidade beneficia de uma mediateca/hemeroteca educativa, um serviço de atendimento e acompanhamento psicológico, e de um conjunto de dinâmicas comunitárias de grande impacto, nomeadamente: Feira da Terra, Jornadas da Juventude e do Teatro, Grupo de informática, Grupo de teatro, Grupo de bordados e Grupo de guitarras. Em parceria com outras entidades locais, a ADCL tem alargado o âmbito de acção e tem possibilitado o acesso à comunidade a novas respostas culturais: Grupo "Outra voz" e City Maquette – Capital Europeia da Cultura, Ginástica Sénior – Cooperativa tempo livre, Bem-envelhecer - EAPN e Entretecer - Centro Cultural Vila Flor.

A dinâmica do centro comunitário conta com diferentes entidades parceiras, nomeadamente:



As diferentes acções desenvolvem-se de forma articulada, promovendo sempre a participação activa dos cidadãos, que pretendemos serem não alvo mas protagonistas das mesmas, e vão desde a promoção da saúde e bem-estar, promoção de novas aprendizagens de inclusão digital e cultural, passando pela promoção de uma vida socialmente activa, integração social, e mesmo promoção dos recursos e produtos endógenos da região – como acontece com a realização do certame anual de grande projecção: Feira da Terra.

De facto, ousamos destacar, entre as diferentes actividades do Centro Comunitário a Feira da terra, um evento que se realiza no 2º fim-de-semana de Julho e cuja 1ª edição remonta a 1994. As várias Edições da Feira da Terra têm contribuído para revelar a importância da agricultura tradicional para o equilíbrio do ambiente e preservação do património cultural da comunidade, procurando simultaneamente reforçar redes de comercialização. A Feira da Terra procura contribuir para a promoção da actividade económica de pequenos produtores agrícolas e artesãos locais, assim como a valorização de agentes culturais da região, embora procurando assegurar a presença de iniciativas e projectos de outras regiões, no sentido de proporcionar outras mundivisões, potenciando a inovação e o desenvolvimento local. Este é um espaço para a divulgação das potencialidades do meio rural, numa expectativa de valorização da sua diversidade e qualidade da sua cultura e produtos. O evento conta com cerca de 40 000 visitantes ao longo de 4 dias de muita animação, com a participação média de setenta expositores anuais, desde a gastronomia, à agricultura e artesanato.

Este centro comunitário assume-se como uma resposta inovadora que procura concertar esforços e diferentes instituições e agentes em prol da comunidade e do seu desenvolvimento. Procuramos assim o envolvimento de todos e de cada cidadão por si, enquanto agentes de mudança.

A sustentabilidade assenta na apoio do ISS, recursos disponibilizados por entidades parceiras e envolvimento de tecido empresarial – o qual pretendemos reforçar.

A construção de uma relação da ADCL com a comunidade, a criação de expectativas e satisfação de necessidades e o esforço contínuo de um trabalho de promoção do desenvolvimento local, continuará a ser uma das linhas mestras desta associação que continuará atenta às evoluções das políticas sectoriais neste domínio.

ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais

# GAF – GRUPO APRENDER EM FESTA

## **CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DO CONCELHO DE GOUVEIA**

Gouveia é um concelho do distrito da Guarda, situado na vertente noroeste da Serra da Estrela.

A população actual é de cerca de 14.000 habitantes, distribuídos pela cidade de Gouveia (3.500 hab.), uma vila (Vila Nova de Tazem – 1.700 hab.) e 24 aldeias, das quais só sete têm mais de 500 habitantes. A crise da indústria têxtil, a desvalorização da produção agroflorestal e a carência de processos de desenvolvimento sustentável têm contribuído para a saída de parte substancial da população activa, havendo a registar uma perda de 5.000 habitantes entre 1981 e 2011, 40% dos quais na última década.

Por outro lado, são de valorizar como possíveis pólos de desenvolvimento local, os recursos naturais, as potencialidades turísticas e as práticas associativas e de cooperação comunitária em número significativo de localidades.

### **Modelo**

Desenvolvimento endógeno de base associativa (liderança partilhada, legitimidade democrática), expresso em processos de animação comunitária e de cooperação intersectorial/parcerias com vista ao desenvolvimento das pessoas e comunidades locais (processos educativos, de promoção da saúde, de desenvolvimento de competências, de inclusão social, de cidadania e desenvolvimento local).

### **Actores – chave**

Um grupo informal de técnicos de serviços públicos nas áreas da educação, saúde, social e ambiente, constituído em novembro de 1989 com o objectivo de animação comunitária e formalizado em 1992 como uma associação/IPSS, com a designação de Grupo Aprender em Festa (GAF).

A partir dos processos de animação comunitária em que o GAF tem participado, foram surgindo várias iniciativas e grupos informais nas comunida-

des que, por sua vez, originaram nomeadamente uma associação juvenil, uma empresa de desportos radicais, um grupo de teatro e uma associação de produtores florestais, todos totalmente independentes do GAF.

Consoante os projectos que promoveu e em que tem participado, o GAF tem desenvolvido parcerias com diversas entidades locais, nomeadamente: Câmara Municipal e Juntas de Freguesia do concelho de Gouveia e outros concelhos limítrofes, escolas, jardins de infância, centro de saúde, associações/ONGs da região e de outros pontos do país, com objectivos afins. O GAF é membro da Animar e tem cooperado com o ICE.

No concelho de Gouveia, o GAF é ainda parceiro no Conselho Local de Acção Social (CLAS) e no Núcleo Local de Inserção (NLI).

## **Descrição sumária do percurso**

Constituiu-se em Novembro/89 um grupo informal com alguns professores do 1º ciclo, educadoras de infância, médicos do centro de saúde, um agente de desenvolvimento, um técnico do ambiente, um animador de tempos livres e um professor com experiência de teatro. Todos tinham em comum a motivação de promover um melhor desenvolvimento das crianças, a convicção da importância das interações entre família, escola e comunidade nos processos educativos, e a aposta na estratégia da realização de festas, preparadas em conjunto pelas crianças com todos estes agentes educativos. Assim, o grupo desafiou as escolas do 1º ciclo e os jardins de infância de cada localidade a promoverem Festas Comunitárias, com base na cooperação entre crianças, pais, educadores e comunidade local, disponibilizando-se também o grupo animador a participar na iniciativa, e propondo ainda conteúdos variados para cada festa, de forma a que estivessem presentes as dimensões artística, lúdica, pedagógica e cultural, valorizando-se especialmente o património local.

O facto de o grupo informal ser constituído, não só por naturais do concelho, mas também por alguns técnicos recém-vindos de outras regiões, terá contribuído para "refrescar" as ideias e estimular a criatividade do grupo, a par do interesse de todos pela animação comunitária através de processos democráticos e participativos e da diversidade de experiências dos membros do grupo em "artes de comunicação". No entanto, há ainda a considerar que tudo isto aconteceu durante a execução de um programa

para a redução do insucesso escolar no 1º ciclo (PIPSE), cuja equipa concelhia integrava vários dos membros deste grupo informal, além de que, em 1989, se tinha iniciado em Gouveia uma cooperação entre jardins de infância e o centro de saúde – as “festas da saúde” – nas quais participaram também algumas das pessoas que constituíram este grupo. Todos estes factores foram decerto importantes para o arranque e êxito do que então se chamou “projecto aprender em festa”, que veio a abranger metade das 22 freguesias do concelho.

Quando em 1992 o grupo informal decidiu constituir-se como associação, nasceu o GAF; o seu percurso, então, já estava mais enriquecido e aprofundado por experiências comunitárias tendo as crianças como guias, e passou a considerar como seu objectivo principal a animação do desenvolvimento das pessoas e comunidades no concelho de Gouveia. Nos anos seguintes, continuou a investir-se na animação com crianças, dando prioridade às situações de risco e às comunidades rurais com menos recursos; além das festas, promoveu-se um projecto de formação-acção com professores e educadoras de infância, experimentando estratégias de abordagem comunitária para temas curriculares relacionados com o Meio, e criou-se uma Ludoteca Itinerante que ao longo de 15 anos apoiou semanalmente as crianças de 5 aldeias, aventurando-se ainda alguns anos no apoio a crianças em idade pré-escolar que viviam muito isoladas na serra, além de colaborar regularmente com as escolas e jardins de infância do concelho.

Por outro lado, a partir de 1992, o GAF começou a alargar as suas iniciativas ao sector juvenil, à animação interpares com grupos de jovens, e à dinamização do relacionamento dos jovens com a comunidade e com a natureza.

Esta caminhada levou naturalmente a que, em 1996, o GAF começasse a investir em projectos visando a inclusão social e o desenvolvimento local, através do desenvolvimento de competências pessoais e comunitárias; isto concretizou-se primeiro no projecto “Sair do Beco” (Subprograma Integrar), ao qual se seguiu, a partir de 2000, o “Gouveia Solidária” (Projecto de Luta Contra a Pobreza).

Nestes contextos, é de assinalar, por exemplo, a realização de cursos de formação profissional destinados prioritariamente a pessoas em risco de exclusão social; o acompanhamento personalizado destas pessoas e suas famílias, nomeadamente através da participação na Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido, comissão esta que foi

coordenada pelo GAF durante alguns anos; o papel animador no processo de arranque e formalização da Rede Social de Gouveia, com a constituição do Conselho Local de Acção Social e a aprovação de um primeiro diagnóstico social e de um plano de desenvolvimento social; a realização de múltiplas reuniões comunitárias nas aldeias, tendo em vista a identificação conjunta de necessidades e recursos, como base para a procura de uma mobilização sustentável das comunidades locais com vista a objectivos comuns.

Todavia, perante o sistema de funcionamento dos projectos subsidiados pelo Estado e pela União Europeia, criando dificuldades cada vez maiores a associações como o GAF, sem outros fundos próprios além das quotizações dos sócios, e também por razões a seguir referidas (no 3º ponto da síntese, na secção **Apoios**), o GAF optou, a partir de 2005, por desistir destes projectos com maior envergadura, restringindo a sua intervenção à cooperação como parceiro no CLAS e no NLI, à manutenção de um pequeno Centro Comunitário (acordo atípico com a Segurança Social para acompanhamento de um conjunto de famílias em risco de exclusão social, nomeadamente algumas com problemas de saúde mental), e a alguns projectos nas áreas de educação parental, prevenção de comportamentos de risco por parte dos jovens e promoção da saúde e da cidadania, além do prosseguimento de iniciativas de animação com crianças.

## **Apoios**

Entre 1989 e 1992, houve apenas pequenos apoios financeiros e logísticos de várias entidades locais, do Instituto de Inovação Educacional (IIE) e PIPSE.

Entre 1993 e 1996, já com o GAF constituído como associação, o principal apoio veio da Fundação Calouste Gulbenkian. Por outro lado, a Câmara Municipal de Gouveia assumiu um protocolo de cooperação com o GAF em relação ao projecto “Tenda das Tropelias” (Ludoteca Fixa e Itinerante), atribuindo-lhe um subsídio anual, que se manteve aliás até 2008. Houve ainda apoios pontuais do IIE, ICE, Instituto da Juventude, Projecto Vida e Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, em relação com projectos específicos, além de apoio logístico do Centro de Saúde.

Entre 1996 e 2004, os apoios mais importantes relacionaram-se com os Projectos “Sair do Beco” (Subprograma Integrar) e “Gouveia Solidária” (PL-CP) que tiveram financiamentos da UE geridos pelo Estado Português.

Nos últimos anos tem estado a vigorar um acordo atípico com a Segurança Social, que permite minimamente o funcionamento do Centro Comunitário, e houve apoios para projectos específicos por parte do Instituto da Droga e da Toxicodependência e do Alto Comissariado da Saúde.

Em síntese:

poderá caracterizar-se o período entre 1989 e 1992 como o período de pleno voluntariado, com iniciativas à medida dos poucos recursos que o grupo informal conseguia obter;

o período seguinte entre 1993 e 1996 foi um tempo de sustentabilidade dos processos de animação comunitária, desenvolvidos com grande autonomia, dada a disponibilidade e empatia que o GAF encontrou na Fundação Calouste Gulbenkian. Foi ainda um período em que o voluntariado predominou, havendo apenas um técnico remunerado pela associação;

a partir de 1997 e até 2004, o GAF mergulhou no mundo dos projectos formatados e geridos por critérios do União Europeia e do Estado Português. Apesar do grande aumento de recursos materiais e humanos, a sobrecarga burocrática, os sistemas de controlo baseados no princípio da desconfiança, as dificuldades de diálogo com técnicos normativos e distantes das problemáticas concretas com que o GAF se confrontava, os enormes atrasos nos financiamentos, em simultâneo com grandes exigências de prazos a cumprir e os interesses e influência dos poderes instituídos, prejudicaram bastante os processos desenvolvidos e os resultados obtidos. O voluntariado reduziu-se substancialmente. O trabalho em rede, inicialmente muito gratificante, foi-se sedentarizando embora mantendo-se a comunicação e a interacção nas parcerias existentes;

a partir de 2005, o GAF tem vivido uma fase instável, entre projectos de pequena dimensão que são aprovados e realizados de forma gratificante e com impacto comunitário, e outros que são rejeitados pelas entidades que poderiam financiá-los, o que é cada vez mais frequente. Por outro lado, continua vivo o envolvimento voluntário de um conjunto de pessoas que procuram dar sentido à cidadania.

## **Dinâmicas de revitalização**

As comunidades rurais do concelho de Gouveia terão naturalmente muito

em comum com os outros territórios do interior, apesar de algumas especificidades próprias da região da Serra da Estrela. Face à redução e envelhecimento da população, ao aumento das áreas por cultivar, à erosão florestal muito agravada pelos incêndios, à quase extinção da indústria têxtil que era antes um dos principais motores de desenvolvimento, que potencialidades podem identificar-se que permitam gerar dinâmicas de revitalização?

É um facto que se assinalam como importantes pólos para o desenvolvimento do concelho os recursos naturais e as potencialidades turísticas, além de que se valoriza o elevado número de associações locais com vitalidade e a manutenção em funcionamento de redes colaborativas. No entanto, também tem sido referido que até ao presente não tem havido um investimento concertado nestes recursos de modo a promover linhas de desenvolvimento sustentável.

Admitimos que, nesta região, a cultura das instituições é ainda muito ego-cêntrica, resistindo a processos que promovam partilha de poder, sendo este um importante constrangimento em relação ao desenvolvimento local.

Urge portanto investir em processos educativos que promovam uma consciência mais crítica face à realidade envolvente, uma maior abertura para a escuta, o diálogo e os processos de cooperação, aprendendo a convergir nas respostas a necessidades comuns. Também aqui, pode ser muito importante o papel das redes que continuam activas, mesmo que o seu tecido tenha ele próprio também necessidade de revitalização e abertura ao diálogo com tudo o que lhes é exterior.

De entre os processos educativos a promover, o de educação para a cidadania assume assim extraordinária importância, pois só através de cidadãos colectivamente empenhados como sujeitos participantes nos processos de animação comunitária e desenvolvimento local, é que será possível ultrapassar as tendências tradicionais. Naturalmente, todas as instituições locais, desde as associações às empresas, e ainda aos serviços da administração pública e sobretudo às autarquias locais, precisam ser desafiadas no sentido de cooperarem nesta dinâmica de revitalização local assente numa cidadania activa.

António Cardoso Ferreira



# INICIATIVAS COMUNITÁRIAS A PARTIR DE NECESSIDADES DE SAÚDE – ALJUSTREL 1975- 1982

## **ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO EM ALJUSTREL/1975**

Aljustrel é um concelho do distrito de Beja; que, em 1975; tinha cerca de 13000 habitantes, havendo emigração expressiva desde os anos 50. Já então era muito reduzida a população dispersa por “montes” isolados, distribuindo-se quase todos os habitantes por 11 lugares (8 com mais de 500 residentes), com a sua identidade cultural e laços comunitários relativamente fortes.

Na sede do concelho, com perto de 5000 habitantes, centrava-se não só o sector do comércio e serviços mas também a principal actividade económica – a exploração das minas de pirite, muito antiga e com maior impulso industrial desde a primeira metade do século XX, empregando então mais de 800 pessoas.

As restantes localidades estavam sobretudo orientadas para actividades agropecuárias, predominando o latifúndio.

Nas áreas do ambiente, educação/formação e saúde, eram de salientar as carências ao nível do saneamento básico; rede escolar oficial só constituída por escolas primárias até à abertura duma escola preparatória em 73/74; a existência de um Centro de Formação Profissional desde os anos 60; a dispersão dos serviços de saúde (um posto clínico da Caixa de Previdência, vários postos clínicos das Casas do Povo, um Dispensário Antituberculoso, um Centro de Saúde recentemente aberto, um Hospital da Misericórdia e um pequeno hospital da empresa mineira); o facto de apenas residirem 4 médicos no concelho, todos com mais de 65 anos, e só dois deles a viver na vila de Aljustrel; a dispersão dos 6 enfermeiros existentes por diferentes serviços, não havendo enfermagem no centro de saúde.

O contexto económico acima referido, associado às características demográficas e culturais das comunidades alentejanas, justifica que tenha havido aqui uma história de consolidação comunitária e de luta pela defe-

sa conjunta dos direitos dos trabalhadores, o que se evidenciou principalmente no sector mineiro. É igualmente de referir a vitalidade e antiguidade de várias associações locais.

Aliás, a revolução de 25 de Abril de 1974 encontrou neste concelho um terreno favorável para a construção duma sociedade mais democrática e solidária. O núcleo da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), em torno do qual a oposição ao regime anterior já se vinha organizando, tomou a iniciativa de realizar um plenário da população onde foi eleita a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, tendo-se constituído também por democracia directa as Comissões Administrativas para as Juntas de Freguesia e Comissões de Moradores.

## **Modelo**

Desenvolvimento endógeno com influência exógena inicial, sustentado por uma rede interserviços de saúde com participação expressiva da comunidade, quer através de órgãos de democracia representativa (autarquias, sindicatos), quer através de cidadãos e de instituições de diversas comunidades locais.

Processo iniciado a partir da procura de satisfação de necessidades de saúde sentidas como prioritárias pela comunidade, alargando-se progressivamente a outras vertentes da animação comunitária, da participação cidadã e do desenvolvimento local.

## **O Início do Processo**

O movimento que constituiu propriamente o ponto de partida para os processos comunitários, a partir das necessidades de saúde identificadas, foi a reunião em que se constituiu a Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais (CISSL) de Aljustrel, realizada em fins de Abril de 1975.

No entanto esta reunião teve a sua origem em três “pontos de partida prévios”, cuja importância foi determinante:

**1º)** Em Fevereiro de 1975, o Governo criou as Comissões Integradoras dos Serviços de Saúde Locais, com forte representação da comunidade, e das diversas entidades interessadas na saúde e bem-estar, propondo que,

face à multiplicidade de serviços dependentes de estruturas diferentes, e à morosidade dos processos de plena integração de serviços no âmbito do desejado Serviço Nacional de Saúde, se avançasse localmente na identificação das principais necessidades de saúde e se conjugassem os esforços possíveis dentro dos recursos existentes, a fim de se lhes dar resposta.

**2º)** Em Março de 1975, dois médicos e uma enfermeira até então colocados num hospital central de Lisboa, optam por iniciar funções em meio rural, promovendo a Direcção Geral de Saúde a sua colocação no Centro de Saúde de Aljustrel, a partir de 1/04/1975. Um dos médicos, já com formação em saúde pública, é nomeado Delegado de Saúde e director do Centro de Saúde. Nenhum destes três técnicos conhecia o concelho de Aljustrel.

**3º)** Logo no primeiro contacto entre a Câmara e o novo delegado de saúde, ficou combinado que a Câmara iria promover uma sessão para constituição da CISSL, convidando para a mesma todas as entidades prestadoras de cuidados de saúde no concelho, outras entidades interessadas (Bombeiros, Escolas, Centro de Formação Profissional, Empresa Mineira, Sindicato Mineiro, Comissão de Trabalhadores, etc.) e instituições da comunidade (Juntas de Freguesia, Comissões de Moradores, Associações Locais, etc.). Além disso, a Câmara Municipal anunciou também que a reunião seria aberta a todos os cidadãos que nela quisessem participar, pretendendo-se auscultar as opiniões sobre as mais importantes necessidades de saúde por satisfazer no concelho de Aljustrel.

## **Descrição do percurso**

A reunião para auscultação de necessidades de saúde e constituição da CISSL teve um elevado número de participantes. Rapidamente emergiu como necessidade prioritária a de um sistema de atendimento das situações urgentes fora do período de normal funcionamento dos serviços de saúde. As pessoas recorriam então ao domicílio dos médicos que viviam na insegurança de quantas vezes seriam chamados. Todos os presentes na reunião concordaram com a ideia de a CISSL promover um novo sistema, rentabilizando os recursos existentes, enriquecidos com os técnicos então recém-chegados, e os responsáveis pelos serviços de saúde, bem como todos os médicos e enfermeiros, dispuseram-se a colaborar. A CISSL ficou constituída nessa reunião com representantes da comunidade e

das instituições presentes, tendo ficado encarregada de organizar o sistema de atendimento de situações urgentes que começou a funcionar em 1/6/75.

Entretanto, outros problemas foram sendo identificados como importantes, a partir de novas reuniões realizadas em Aljustrel e também nas outras 3 freguesias, funcionando a CISSL como espaço de comunicação e cooperação entre os serviços de saúde, e ainda como “ponte” entre estes e as comunidades locais.

Por outro lado, o Centro de Saúde, à medida que se ia organizando e conhecendo as realidades locais, ia procurando ser um pólo animador da promoção da saúde na comunidade e dar uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis – grávidas, crianças nos primeiros anos de vida, mineiros – além de cooperar com as escolas, sensibilizar os casais para o planeamento familiar, etc.

Os pilares em que assentou o desenvolvimento de potencialidades do Centro de Saúde foram sobretudo:

- gestão participativa, com base na participação de todos os profissionais nas decisões e na realização das actividades, tentando-se corresponder às suas preferências de trabalho;
- trabalho em equipas interdisciplinares (médico, enfermeiro, administrativo, às vezes também auxiliar); estas equipas enriqueceram-se entretanto com a vinda dos médicos do Serviço Médico à Periferia, por períodos de um ano, e por vezes também com médicos e enfermeiros em estágio de saúde pública;
- descentralização comunitária, procurando-se assim compensar as deficiências das acessibilidades, em especial em relação às populações mais carenciadas e aos grupos mais vulneráveis; aliás, esta descentralização gerou o aparecimento das equipas de saúde por localidade;
- comissões locais de saúde, que começaram a surgir como resultado da continuidade da comunicação e interação entre as equipas de saúde por localidade e as comunidades locais, nomeadamente as escolas, as Juntas de Freguesia, associações, voluntários, etc, em articulação também com a CISSL;
- planeamento participado por objectivos: a partir de 1978, começou-se

a investir na formulação quantificada de objectivos em relação à melhoria do estado de saúde da população; este passo inseriu-se na sequência dos anteriores – através de processos participativos, o Centro de Saúde e os diversos sectores da comunidade presentes nas Comissões Locais de Saúde e na CISSL, identificavam áreas prioritárias de saúde, formulando-se objectivos e prestando-se contas dos resultados no final do ano;

- alargamento da conscientização/praxis, abrangendo todos os processos educativos geradores de uma tomada de consciência crítica capaz de ser motor de mudança.

Em relação às dinâmicas comunitárias desenvolvidas, com participação do Centro de Saúde, que mais contribuíram para o desenvolvimento local, apresentam-se algumas referências:

- logo nas primeiras reuniões da CISSL, tomou-se consciência de que o facto de o Hospital estar a funcionar quase só como “asilo”, não era bom, nem para os idosos que ali estavam, em condições pouco adequadas, nem para o aproveitamento do espaço para internamentos ao alcance das capacidades dos recursos locais. Não havia então nenhum Lar de Idosos no concelho, e foi a própria CISSL que, com a ajuda da Câmara, da Misericórdia, do Centro de Formação Profissional e de um conjunto de pessoas voluntárias, avançou para a criação de um Lar de Idosos, a partir da recuperação e adaptação de uma casa disponibilizada para o efeito. O serviço de internamento veio assim a ser rentabilizado, e o novo Lar pôde acolher um maior número de pessoas e integrá-las mais na comunidade;

- a partir de 1979, os serviços de saúde locais passaram a estar representados no Conselho Municipal, órgão autárquico com funções consultivas, criado pela Câmara, que ali reuniu os sectores que melhor representavam a vida do concelho, funcionando este órgão com reuniões periódicas e exprimindo-se através de pareceres solicitados pela autarquia e também por propostas da sua iniciativa. Em 1980, criou-se o Boletim Municipal, da responsabilidade da autarquia, ficando o Conselho Municipal a participar na equipa responsável deste boletim, nomeadamente pelo seu representante da saúde, tendo sido possível desafiar processos de conscientização em saúde e outras áreas através do Boletim Municipal;

- em 1979, Ano Internacional da Criança, foi criada uma comissão concehia por iniciativa da Câmara, com a participação das entidades locais inte-

ressadas nos problemas da criança. Além de esta comissão ter promovido várias iniciativas nesse ano, a maior comunicação entre os seus membros contribuiu para que estes identificassem a necessidade comum de se fazer um levantamento referente às crianças com deficiências, problemas de desenvolvimento e/ou dificuldades de aprendizagem, como ponto de partida para a procura de medidas que pudessem apoiar essas crianças e suas famílias. No ano seguinte, com o apoio dos serviços de Beja do Ministério da Educação e da Cercibeja realizou-se este levantamento, tendo o Centro de Saúde avaliado e encaminhado, quando necessário, os casos com problemas de saúde. Além de outras medidas, os resultados do estudo levaram a que, no ano lectivo de 81/82, o Ministério da Educação abrisse em Aljustrel um Centro de Recursos, tendo esta experiência sido posteriormente assinalada como uma das primeiras iniciativas em Portugal, a nível comunitário e em meio rural, com base na articulação entre educação, saúde e autarquia;

- por iniciativa da Junta e da Assembleia de Freguesia de Messejana, e com a participação da equipa de saúde daquela freguesia, da comissão local de saúde e da comunidade, a partir de 1980, os vários intervenientes organizaram um sistema de acompanhamento de diversas situações locais, como a manutenção dos parques infantis, escolas, iluminação pública, controlo da qualidade da água, do saneamento básico, problemas específicos de saúde, funcionamento do Posto de Saúde, etc, com reuniões mensais de avaliação conjunta e procura de soluções para os problemas existentes.

## **Actores-chave**

Na descrição sumária do percurso evidenciam-se múltiplos actores, valorizando-se em especial a Câmara Municipal de Aljustrel, a CISSL, o sector da saúde, o sector da educação, a Misericórdia, as Juntas de Freguesia, as associações locais e os cidadãos em geral.

Poderia apresentar-se uma lista mais extensa e assinalar a importância de alguns actores individuais, mas considera-se mais importante sublinhar que a “chave”, nesta experiência, esteve no trabalho em equipa e nos processos em rede que acima foram referidos, salientando-se o envolvimento de cidadãos nestes processos, desde o nível de cada localidade

(comissões locais de saúde) à própria CISSL.

Assim se justifica também que se tenha assinalado, no “modelo” referente a esta experiência, tratar-se de um processo de desenvolvimento endógeno, cuja influência exógena (resultante da decisão do governo sobre a criação das CISSLs e da chegada de novos técnicos de saúde) foi apenas inicial.

### **Dinâmicas de revitalização**

Reportando-nos a Aljustrel, entre 1975 e 1982, evidencia-se antes de mais um factor de resistência ao declínio, inerente à cultura da comunidade, constituindo um suporte fundamental para sustentar esta resistência e para promover mudanças, e que é afinal o que se apontou logo no enquadramento inicial do concelho como uma identidade cultural construída com fortes laços comunitários, consolidados ao longo da história pela luta contra as adversidades.

Outro aspecto importante naquele período tem a ver com o contexto sociopolítico pós-25 de Abril, expresso numa abertura à participação popular em democracia, e presente também nas circunstâncias que levaram o governo a criar as CISSLs, face à dispersão dos serviços de saúde na época e às resistências das várias estruturas centrais de que dependiam os serviços locais perante a perda de poder que iria representar a integração ou fusão desses serviços.

Aliás, em relação com este aspecto é de assinalar como muito favorável às dinâmicas de revitalização a capacidade de colaboração entre serviços de saúde que então se verificava no distrito de Beja, e a abertura que o nível distrital revelava em relação à autonomia dos serviços locais, prevalecendo o princípio do respeito por todas as iniciativas locais centradas na rentabilização dos recursos com vista a melhorar as respostas às necessidades de saúde da população. Só assim se pode compreender hoje a naturalidade e sentido da responsabilidade com que muitas decisões foram localmente assumidas e concretizadas.

Por outro lado, é interessante valorizar a influência exógena dos novos técnicos de saúde, trazendo uma perspectiva inovadora quanto à postura face à própria saúde, responsabilizando as pessoas e comunidades

pela sua promoção, enquanto sujeitos de algo que antes estava conferido apenas a quem detinha os saberes e poderes. Contudo, só pessoas e comunidades já a caminho de uma consciência crítica poderiam ter-se envolvido tão genuinamente nestes processos de conscientização e praxis, superando algumas alienações que antes as condicionavam. Daí que tenha sido possível uma progressiva apropriação dos processos participativos e solidários e, ao mesmo tempo, o seu alargamento para além do que é específico da saúde, passando a abranger outras áreas da cidadania e do desenvolvimento local. É curioso dizer ainda que estes processos de conscientização vieram igualmente a capacitar os próprios técnicos que os ajudaram a desencadear, abrindo-os a uma visão mais integrada do desenvolvimento pessoal e colectivo.

Quanto à sustentabilidade destas iniciativas, pode ainda assinalar-se, em breves palavras, que continuaram a dar frutos palpáveis na década seguinte, nomeadamente em relação a novas estratégias de trabalho em equipa no Centro de Saúde, o que veio então a constituir uma referência nacional, e ao trabalho cooperativo em redes comunitárias. Está entretanto por fazer uma avaliação mais aprofundada dos impactos no que respeita ao grau de consciência dos cidadãos e comunidades, perante os constrangimentos das mudanças políticas, económicas e sociais.

António Cardoso Ferreira









# ASAS

Aldeias Sustentáveis e Activas

[www.asas.com.pt](http://www.asas.com.pt)

Animar - Associação Portuguesa  
para o Desenvolvimento Local

Rua Antero de Quental  
Edifício Ninho de Empresas  
Bairro Olival de Fora  
2625-640 Vialonga

Telefone: +351 219 527 450

Fax: +351 219 521 322

E-mail: [animar@animar-dl.pt](mailto:animar@animar-dl.pt)

[www.animar-dl.pt](http://www.animar-dl.pt)

Associação para o Desenvolvimento  
do Concelho de Moura

Praça Gago Coutinho, nº 3, 1º  
7860-010 Moura

Telefone: +351 285 254 931

Fax: +351 285 253 160

E-mail: [adcmoura@adcmoura.pt](mailto:adcmoura@adcmoura.pt)

[www.adcmoura.pt](http://www.adcmoura.pt)

ICE - Instituto das  
Comunidades Educativas

Rua de Almada, Loja 2  
Manteigadas  
2910-227 Setúbal

Telefone: +351 265 783 006

Fax: +351 265 752 295

E-mail: [alternativa.ice@gmail.com](mailto:alternativa.ice@gmail.com)

[www.iceweb.org](http://www.iceweb.org)

Financiado por:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE  
E DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO



Parceria:

